



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal da Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Amapá

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013

MACAPÁ (AP) – 2014



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal da Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Amapá.

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013

Relatório de Gestão do exercício de 2013 apresentados aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 e 71 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as RESOLUÇÕES de n^{os} 234/2010 e 244/2011, das disposições da IN TCU n^{os} 63/2010 e 72/2013, DN TCU n^{os} 127/2013 e 132/2013, PORTARIA TCU n^o 175, de 9 de julho de 2013 e, da Portaria CGU n^o 133, de 18 de janeiro de 2013.

MACAPÁ (AP) – 2014

SUMÁRIO

1	PARTE A, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127/2013	08
1.1	IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA.....	08
1.1.1	RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL.....	08
	Quadro A.1.1 – Identificação Da UJ – Relatório De Gestão Individual.....	08
1.1.2	GESTÕES NO SISTEMA SIAFI.....	09
1.2	FINALIDADES E COMPETÊNCIAS	
INSTITUCIONAIS		10
1.3	Organograma Funcional.....	10
	TABELA - Estruturação Organizacional da SFA/AP	11
1.4	MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS	12
1.5	MACROPROCESSOS DE APOIO.....	12
1.6	PRINCIPAIS PARCEIROS.....	12
2	PARTE A, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127/2013	13
	Planejamento Da Unidade e Resultados Alcançados.....	13
2.1	Informações Sobre Outros Resultados da Gestão	13
	Estratégias De Atuação Frente aos Objetivos Estratégicos.....	14
2.2	Estratégias de Atuação Frente às Responsabilidades Institucionais	14
	TABELA – Perspectiva de Ações Internas e de Pessoas da SFA/AP	14
3	PARTE A, ITEM 3, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127/2013	15
	Estrutura De Governança.....	15
3.2	AVALIAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DOS CONTROLES	
INTERNOS		15
3.3	Remuneração Paga a Administradores	15
3.4	SISTEMA DE CORREIÇÃO	16
	Principais Resultados Obtidos em 2013.....	16
3.5	CUMPRIMENTO PELA INSTÂNCIA DE CORREIÇÃO DA PORTARIA Nº 1.043/2007 DA CGU	17
	RELATÓRIO DA ÁREA DE CORREIÇÃO DN TCU Nº 132/13 – ANEXO III.....	18
	PRINCIPAIS PARCEIROS	18
	SERVIÇO DE SANIDADE, INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO ANIMAL - SIFISA.....	19
	AÇÃO 4842: ERRADICAÇÃO DA FEBRE AFTOSA.....	19
	METAS FÍSICAS E	
FINANCEIRAS		19
	ANÁLISE CRÍTICA.....	19
	INDICADOR.....	19
	TABELA 01 – RESULTADO GERAL FEBRE AFTOSA EM NOVEMBRO/2013	22
	TABELA 02 – ÍNDICES DE VACINAÇÃO 2007 A 2013	24
	TABELA 03 – DATAS DOS ÚLTIMOS FOCOS DE FEBRE AFTOSA	25
	TABELA 04 – RESULTADO DA VACINAÇÃO CONTRA FEBRE AFTOSA	26
	TABELA 05 – VALORES PAGOS – SIFISA/SFA/AP	28
	TABELA 06 – ESTRUTURA DA SFA/AP	30
	TABELA 07 – ESTRUTURA DE CAMPO ATUAL DA AGENCIA DE DEFESA E INSPEÇÃO AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO AMAPÁ - DIAGRO	31
	TABELA 08 – ESTRUTURA DO SERVIÇO VETERINÁRIO ESTADUAL.....	33
	RECURSOS DESTINADOS A CONVÊNIOS.....	34
	QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE UJ	
	AÇÃO 8658: PCE-ANIMAL.....	35
	ANÁLISE CRÍTICA/INDICADOR.....	39
	TABELA 09 – CONTROLE DE TRANSITO FEITO PELA DIAGRO/AP.....	43
	TABELA 10 – FISCALIZAÇÃO DO TRANSITO ANIMAL PELA DIAGRO/AP	44

QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE UJ	
AÇÃO 8938: ISPANIMAL.....	46
ANÁLISE CRÍTICA/INDICADOR.....	47
QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE UJ	
AÇÃO 2124: FISCINAN.....	49
ANÁLISE CRÍTICA/INDICADOR.....	50
QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE UJ	
AÇÃO 2140: FISPROVET.....	52
ANÁLISE CRÍTICA/INDICADOR.....	53
QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE UJ	
AÇÃO 2019: FISCALIZAÇÃO DE MATERIAL GENÉTICO ANIMAL.....	55
JUSTIFICATIVA DA AÇÃO.....	55
SERVIÇO DE SANIDADE, INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO VEGETAL - SIFISV.....	56
AÇÃO 005: ERRADICAÇÃO DA MOSCA DA CARAMBOLA - ERRADMOSCA.....	56
PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.....	56
AÇÃO 20ZW: ERRADICAÇÃO DA MOSCA DA CARAMBOLA - 0005	57
METAS PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.....	58
AÇÃO 20ZW: ERRADICAÇÃO DA MOSCA DA CARAMBOLA – 04BQ	58
METAS PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.....	59
CONSIDERAÇÕES GERAIS.....	59
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS.....	62
PRINCIPAIS ENTRAVES.....	64
RESULTADOS ALCANÇADOS.....	66
MOSCAS CAPTURADAS EM ARMADILHAS NOS MUNICÍPIOS.....	66
AÇÕES DE MONITORAMENTO – ARMADILHAS INSTALADAS - 2013.....	67
ANÁLISE CRÍTICA.....	68
INDICADOR.....	70
AÇÕES DE EDUCAÇÃO SANITÁRIA EM DEFESA AGROPECUÁRIA.....	71
ANÁLISE CRÍTICA.....	68
INDICADOR.....	70
QUADRO – AÇÕES DO NÚCLEO DE EDUCAÇÃO SANITÁRIA EM APOIO AO PROGRAMA NACIONAL DE ERRADICAÇÃO DA MOSCA-DA-CARAMBOLA NO ESTADO DO AMAPÁ	72
INSPEÇÃO DE BEBIDAS, VINHOS E VINAGRES E OUTROS PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL... ..	73
AÇÃO 20ZW: IPVEGETAL13 – METAS DO EXERCÍCIO 2013	73
INDICADOR.....	75
ANÁLISE CRÍTICA.....	76
AÇÃO 20ZW: POA - PADCLASSIF13 – METAS DO EXERCÍCIO 2013	73
INDICADOR.....	78
ANÁLISE CRÍTICA.....	79
AÇÃO 20ZW: FISFECOI – METAS DO EXERCÍCIO 2013	80
INDICADOR.....	81
ANÁLISE CRÍTICA.....	81
AÇÃO 20ZW: FISAGROTOX– METAS DO EXERCÍCIO 2013	82
AÇÃO 20ZW: FISCALSEM – METAS DO EXERCÍCIO 2013	84
ANÁLISE CRÍTICA.....	85
INDICADOR.....	86
AÇÃO 20ZW: FISCORGEM – METAS DO EXERCÍCIO 2013	87

	DESEMPENHO OPERACIONAL.....	88
	VIGIAGRO – SISTEMA DE VIGILÂNCIA AGROPECUARIA INTERNACIONAL.....	90
4	PARTE A, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE18/01/2012.....	92
	PROGRAMAÇÃO, EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA.....	92
4.1	Relação dos Programas do Plano Plurianual Vigente da UJ.....	92
	QUADRO A.4.1 – Movimentação Orçamentária Externa por Grupo de Despesa	93
	QUADRO A.4.2.3.1– Despesas por Modalidade de Contratação - Total.....	93
	QUADRO A.4.2.3.2– Despesas por Modalidade de Contratação - UJ.....	93
	QUADRO A.4.2.3.3 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originarios	95
	QUADRO A.4.2.3.4 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Executados pela UJ	95
	QUADRO A.4.2.3.5 – Despesas por Modalidade de Contratação	98
	QUADRO A.4.2.3.6 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação	99
4.2	Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos.....	101
	QUADRO A.4.2 – Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos	101
4.3	Informações sobre Movimentação e os Saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	101
	Quadro A.4.3 – Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.....	101
4.4	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS.....	102
	Quadro A.4.1 – Caracterização dos Instrumentos de Transferências Vigentes no Exercício de Referência	102
	Quadro A.4.2 – Resumo dos Instrumentos de Transferências Celebrados pela UJ nos Três Últimos Exercícios	103
	Quadro A.4.3 – Resumo dos Instrumentos de Transferência que Vigerão em 2013 e Exercícios Anteriores	101
	Quadro A.4.4 – Resumo da Prestação de Contas Sobre Transferências Concedidas Pela UJ na Modalidade de	105
	Convênio, Termo de Cooperação e Contratos de Repasse	105
	Quadro A.4.5.1 – Visão Geral da Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse	106
	Quadro A.4.5.2 – Despesas Realizadas por Meio de Suprimento de Fundos (UG).....	107
	Quadro A.4.5.3 – Despesa com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador/Análise Crítica	108
	Quadro A.5.1.2 – Prestações de Contas de Suprimento de Fundos (Conta Tipo “B” e CPGF).....	109
	Quadro A.6.1.1 – Benefícios Financeiros e Creditícios Geridos pela UJ e Creditícios Estimados	110
	Quadro A.6.2.1 – Renúncias Tributárias Sob Gestão da UJ – Estimadas e Quantificadas	111
5	PARTE A, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE15/05/2013.....	125
5	GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E OUTROS CUSTOS	125
5.1	Composição Do Quadro De Servidores Ativo	125
	Quadro A.5.1.1 – Força de Trabalho da UJ – Situação Apurada em 31/12/2012.....	125
	Quadro A.5.1.1.2 –Situações que Reduzem a Força de Trabalho da UJ – Situação em 31/12/2012.....	125
	Quadro A.5.1.2.1 –Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UJ – 31/12.....	126
	Quadro A.5.1.2.2 –Quantidade de Servidores da UJ por Faixa Etária – Situação Apurada em 31/12/2012	126
	Quadro A.5.1.2.3 –Quantidade de Servidores da UJ por Nível de Escolaridade – Situação em 31/12/2012	127
	Quadro A.5.1.3 – Quadro de Custos de Pessoal no Exercício de Referência e nos Dois Anteriores.....	128
	Quadro A.5.1.4.1 –Composição do Quadro de Servidores Inativos – Situação Apurada em 31/12/2012.....	130
	Quadro A.5.1.4.2 –Instituidores de Pensão – Situação Apurada em 31/12/2012	130
	Quadro A.5.1.5.1 –Atos Sujeitos ao Registro do TCU – (ART, 3º DA IN TCU 55/2007)	131
	Quadro A.5.1.5.2 –Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU – (ART, 3º DA IN TCU 55/2007)	131
	Quadro A.5.1.5.3 –Regularidade do Cadastro dos Atos no SISAC	132
	Quadro A.5.2.1 –Cargos e Atividades Inerentes a Categoria Funcionários do Plano de Cargos da UJ	133
	Quadro A.5.2.2. –Autorizações Para Realização de Concursos Públicos ou Provimento Adicional	133
	Para Substituição de Terceirizados.....	133
	Quadro A.5.2.3. –Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva	134
	Quadro A.5.2.4. –Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra	135
	Quadro A.5.2.6. –Composição do Quadro de Estagiários	136

6	PARTE A, ITEM 6, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/05/2013.....	137
6.1	Gestão de Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros	137
6.2	Gestão de Patrimônio Imobiliário.....	139
	Quadro A.6.2.1 – Distribuição Espacial dos Bens e Móveis de uso Especial de Propriedade da União	139
	Quadro A.6.2.2 – Discriminação dos Bens e Móveis de Propriedade da União Sob Responsabilidade da UJ.....	140
	Quadro A.6.2.3 – Discriminação de Imóveis Funcionais da União Sob Responsabilidade da UJ.....	140
7	PARTE A, ITEM 7, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/05/2013.....	141
	GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI)	141
	Quadro A.7.1 – Gestão da Tecnologia da Informação da UJ.....	141
8	PARTE A, ITEM 8, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/05/2013.....	143
	Gestão do Uso dos Recursos Renováveis e Sustentabilidade Ambiental.....	143
8.1	Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis.....	143
	Quadro A.8.1 – Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis.....	143
8.2	Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água	143
	Quadro A.8.2 – Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água.....	144
9	PARTE A, ITEM 9, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/05/2013.....	145
	CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS	143
9.1	Tratamento de deliberação exaradas em acórdão do TCU.....	145
	Quadro A.9.1.1 – Cumprimento das Deliberações do TCU Atendidas no Exercício	141
	Quadro A.9.1.2 – Situação das Deliberações do TCU que Permanecem Pendentes de Atendimento	145
9.2	Tratamento de Recomendações	146
	Quadro A.9.2.1 – Relatório de Cumprimento de Recomendações do OCI	146
	Quadro A.9.2.2 – Situação das Recomendações do OCI que Permanecem Pendentes.....	147
9.3	Informações Sobre Atuação da Unidade da Auditoria Interna	147
9.4	Informações de Bens e Rendas Estabelecidas na Lei nº 8.730/93	147
	Quadro A.9.4.1 – Demonstrativo do Cumprimento Por Autoridades e Servidores da UJ.....	147
9.5	Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário.....	148
	Quadro A.9.5 – Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário em 2013	148
9.6	Modelo de Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV	149
	Análise Crítica	124
10	PARTE A, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/05/2013.	149
10.1	RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE.....	151
	Quadro I – Ações do Núcleo de Educação Sanitária em Apoio ao Programa Nacional de Erradicação da Mosca da Carambola no Estado do Amapá	152
10.2	Mecanismos para Medir a Satisfação dos Cidadãos-usuários ou Clientes dos Produtos e Serviços.....	153
11	PARTE A, ITEM 11, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/05/2013.	149
	Informações Contábeis.....	155
12	PARTE A, ITEM 12, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/05/2013	157
12	Outras Informações Sobre a Gestão.....	157
12.1	Outras Informações Consideradas Relevantes pela UJ.....	157
	ANEXOS.....	

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CGU - Controladoria Geral da União
COMPRASNET – Portal de Compras do Governo Federal
DDA – Divisão de Defesa Agropecuária
DN - Decisão Normativa
DOU - Diário Oficial da União
INMETRO - Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial.
IN - Instrução Normativa
ISO - International Standards Organization
LOA - Lei Orçamentária Anual
MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
NMAP – Núcleo de Manutenção Predial
NPR – Núcleo de Protocolo
NTR – Núcleo de Transportes
PI - Programa Intra-setorial do MAPA
PPA - Plano Plurianual do Governo
RG – Relatório de Gestão
RT – Responsável Técnico
SAD - Serviço de Apoio Administrativo
SAG – Seção de Atividades Gerais
SEOF – Seção de Execução Orçamentária e Financeira
SePA – Seção de Planejamento e Acompanhamento
SFA/AP – Superintendência Federal de Agricultura no Amapá
SGP – Seção de Gestão de Pessoas
SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIASG – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SICONV – Sistema de Convênios do Governo Federal
SIFISA – Serviço de Saúde, Inspeção e Fiscalização Animal
SIFISV – Serviço de Sanidade, Inspeção e Fiscalização Vegetal
SIORG - Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
SIPLAN - Sistema de Planejamento e Execução Orçamentária
SMP – Setor de Material de Patrimônio
SSC - Seção de Compras e Contratos
TCU – Tribunal de Contas da União
TI – Tecnologia da Informação
UG - Unidade Gestora
FFA – Fiscal Federal Agropecuário



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal da Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Amapá

APRESENTAÇÃO

A Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Amapá, vinculada ao **Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**, segue as diretrizes legais para a elaboração do relatório de Gestão do exercício de 2013, bem como as orientações previstas nos normativos legais: as RESOLUÇÕES n^{os} 234/2010 e 244/2011, das disposições da IN TCU n^{os} 63/2010 e 72/2013, DN TCU n^{os} 127/2013 e 132/2013, PORTARIA TCU n^o 175, de 9 de julho de 2013 e, da Portaria CGU n^o 133, de 18 de janeiro de 2013.

Os Planos Internos – PI's, e as respectivas **ações**, foram analisadas com foco nas informações que possibilitaram demonstrar o desempenho e o alcance dos objetivos propostos nos Planos de Trabalhos internos de acordo com as informações registradas no PPA através de seus programas enumerados, sempre objetivando os indicadores de desempenho da eficiência, da eficácia e da efetividade.

O **Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento** é um Órgão do Poder Executivo pertencente à estrutura de governo do Brasil, com a competência de formular e programar as políticas para desenvolvimento do agronegócio, integrando os aspectos de mercado, tecnológicos, organizacionais e ambientais para o atendimento dos consumidores do país e do exterior, promovendo a segurança alimentar, a geração de renda e emprego, a redução das desigualdades e a inclusão social, tendo como:

Visão

“Ser Reconhecido pela Qualidade e Agilidade na Implementação de Políticas e na Prestação de Serviços para o Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio.”

Missão

“Promover o Desenvolvimento Sustentável e a Competitividade do Agronegócio em Benefício da Sociedade Brasileira.”

Temos também a informar que algumas das informações contidas no RG não se aplicam a modalidade do respectivo Relatório de Gestão 2013 na forma individual:

1 PARTE A, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127/2013

1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DAS UNIDADES CUJAS GESTÕES COMPÕEM O RELATÓRIO

1.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada

1.1.1 Relatório de Gestão Individual

QUADRO A.1.1 - IDENTIFICAÇÃO DA UJ – RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento-MAPA		Código	SIORG: 00014
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Amapá			
Denominação Abreviada: SFA/AP			
Código SIORG: 02799		Código LOA: 22101	Código SIAFI: 130100
Situação: ativa			
Situação Jurídica: Ativa		CNPJ: 000.396.895/0034-93	
Principal Atividade: Fiscalização		Código CNAE: 8413-2	
Telefones/Fax de contato:	(096) 3223-3075	(096) 3223-3071	(096)3223-3071/fax
Endereço Eletrônico: gab-ap@agricultura.gov.br			
Página na Internet: http://www.agricultura.gov.br			
Endereço Postal: Rua Tiradentes, 463- Centro, CEP: 68906-380 Macapá - AP			
Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada Criada pela Lei Delegada nº 09, de 11 de outubro de 1962, e tendo suas competências legais definidas em PORTARIA Nº 428, de 09 de junho de 2010/MAPA, Aprova o Regimento Interno das SFA's nos Estados, unidades descentralizadas do MAPA, diretamente subordinadas ao Ministro de Estado, consoante orientação técnica dos órgãos específicos singulares e setoriais do MAPA.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada, tais como: Decretos, Portarias, Instrução Normativa, etc.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada Instrução de serviço, Ofícios, Circulares, Manuais diversos, etc.			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
130100	SFA/AP		
Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
130100	SFA/AP		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
130100		SFA/AP	

1.1.2 – Gestões no Sistema SIAFI

Natureza da Responsabilidade		ORDENADOR DE DESPESA					
AGENTE	PETRUS PAHULUS CAVALCANTE RAMOS					CPF	481.581.002-87
ENDEREÇO RESIDENCIAL		AV. MARANHÃO Nº 294					
MUNICÍPIO	MACAPA	CEP	668.908-294	UF	AP	TELEFONE	91669232
CARGO OU FUNÇÃO		SUPERINTENDENTE					
DESIGNAÇÃO	DOCUMENTO	EXONERAÇÃO		PERÍODO GESTÃO			
03/MAIO/2012	PORT. 1132/2013	20/NOVEMBRO/2013		2013			
DATA	ATA/Nº/ANO	DATA		DATA INÍCIO	DATA FIM		
28/ MARÇO /2013		/ / /			/ /		

1.1.2.1

Natureza da Responsabilidade		ORDENADOR SUBSTITUTO					
AGENTE	CARLOS RICARDO DE CARLI					CPF	815.696.537-04
ENDEREÇO RESIDENCIAL		ALAMEDA MARACA, QUADRA 9, CASA 1 , CABRALZINHO					
MUNICÍPIO	MACAPA	CEP	68906840	UF	AP	TELEFONE	3261 1996
CARGO OU FUNÇÃO		SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO					
DESIGNAÇÃO	DOCUMENTO	EXONERAÇÃO		PERÍODO GESTÃO			
15/JULHO/2011	PORT. 614/11	-		2013			
DATA	ATA/Nº/ANO	DATA		DATA INÍCIO	DATA FIM		
28/ MARÇO /2013		/ / /			/ /		

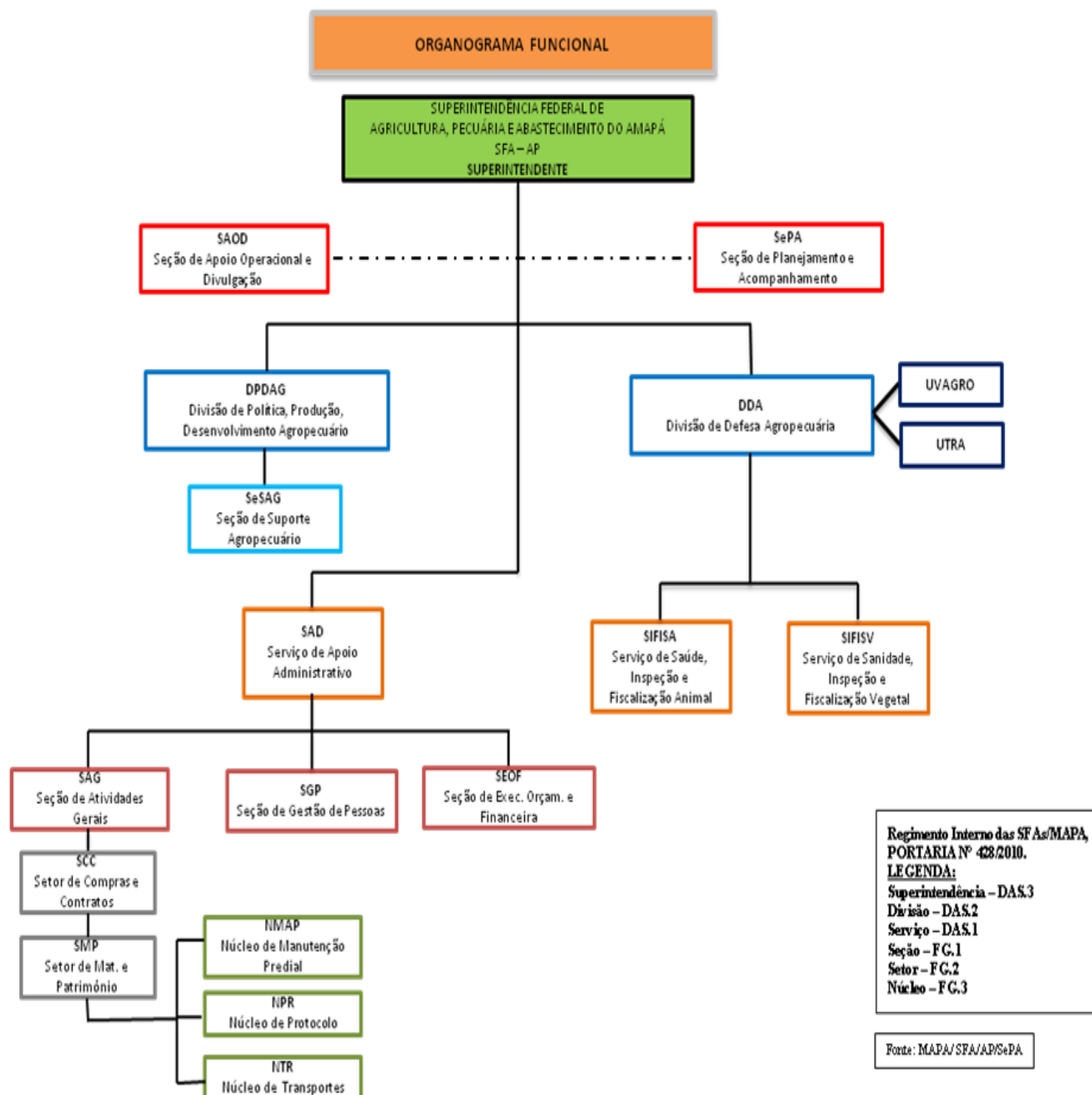
1.1.2.2

Natureza da Responsabilidade		ORDENADOR DE DESPESA					
AGENTE	MARCIANE COSTA DO ESPIRITO SANTO					CPF	829.844.332-20
ENDEREÇO RESIDENCIAL		AV NAÇÕES UNIDAS 737, LAGUINHO					
MUNICÍPIO	MACAPA	CEP	68.906-030	UF	AP	TELEFONE	3217 2311
CARGO OU FUNÇÃO		SUPERINTENDENTE					
DESIGNAÇÃO	DOCUMENTO	EXONERAÇÃO		PERÍODO GESTÃO			
20/NOVEMBRO/13	PORT. 1.133/13	-		2013			
DATA	ATA/Nº/ANO	DATA		DATA INÍCIO	DATA FIM		
28/ MARÇO /2013		/ / /			/ /		

1.2 Finalidade e Competências Institucionais da Unidade

Criada pela Lei Delegada nº 09, de 11 de outubro de 1962 e, tendo suas competências legais definidas em PORTARIA Nº 428, de 09 de junho de 2010/ MAPA, Aprova o Regimento Interno das SFA's nos Estados, unidades descentralizadas do MAPA, diretamente subordinadas ao Ministro de Estado, consoante orientação técnica dos órgãos específicos singulares e setoriais do MAPA.

1.3 Organograma Funcional



Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, estabelecido na Portaria N° 428, de 09 de junho de 2010.

Tab. Estruturação Organizacional da Superintendência Federal da Agricultura do Amapá-SFA/AP.

UNIDADES DE ASSISTÊNCIA DIRETA		
Cargo	Local de trabalho	Classificação
1. Superintendente	GAB	DAS. 3
1.1. Seção de Planejamento e Acompanhamento	SePA/SFA-AP	FG.1
1.2. Seção de Apoio Operacional e Divulgação	SAOD/SFA-AP	FG.1
UNIDADES CENTRAIS DE EXECUÇÃO FINALÍSTICA		
2. Divisão de Defesa Agropecuária	DDA/SFA-AP	DAS. 2
Unidade de Vigilância Agropecuária	UVAGRO/Oiapoque/DDA/SFA-AP	FG. 1
Unidade de Vigilância Agropecuária	UVAGRO/Santana/DDA/SFA-AP	FG. 1
2.1. Serviço de Saúde, Inspeção e Fiscalização Animal	SIFISA/DDA/SFA-AP	DAS. 1
2.2. Serviço de Sanidade, Inspeção e Fiscalização Vegetal	SIFISV/DDA/SFA-AP	DAS. 1
3. Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário	DPDAG/SFA-AP	DAS. 2
3. 1. Seção de Suporte Agropecuário	SeDAG/DPDAG/SFA/AP	FG. 1
UNIDADES DE APOIO OPERACIONAL		
4. Serviço de Apoio Administrativo	SAD/SFA-AP	DAS. 1
4.1 Seção de Atividades Gerais	SAG/SAD/SFA-AP	FG. 2
4.1.1 Núcleo de Manutenção Predial	NMAP/SAG-AP	FG. 3
4.1.2 Setor de Compras e Contratos	SCC/SAG/SFA-AP	FG. 2
4.1.3 Setor de Material e Patrimônio	SMP/SAG/SFA-AP	FG. 3
4.1.4 Núcleo de Protocolo	NPR/SAG/SFA-AP	FG. 3
4.1.4 Núcleo de Transporte	NTR/SAG/SFA-AP	FG. 3
4.2 Seção de Gestão de Pessoas	SGP/SAD/SFA-AP	FG. 1
4.3 Seção de Execução Orçamentária e Financeira	SEOF/SAD/SFA-AP	FG. 1

Fonte: MAPA/SFA/AP

1.4 Macroprocessos Finalístico

- 1- Fiscalização de Sementes e Mudanças – referência Plano Interno **FISCALSEM**;
- 2- Fiscalização das Atividades com Organismos Geneticamente Modificados – Referência Plano Interno **FISCORGEM**;
- 3- Fiscalização de Agrotóxicos e Afins – referência Plano Interno **FISAGROTOX** (fiscalização terceirizada do comércio estadual);
- 4- Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes – referência Plano Interno **FISFECOI**;
- 5- Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal – referência Plano Interno **IPVEGETAL**;
- 6- Padronização de Classificação de Produtos Vegetais – referência Plano Interno PADCLASSIF;
- 7- Erradicação da Mosca da Carambola – referência Plano Interno ERRADMOSCA;
- 8- Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura Orgânica – **DESENORG**;
- 9- Aplicação dos Mecanismos de Garantia da Qualidade Orgânica – **CERTORGAN1**;
- 10- Apoio ao Desenvolvimento de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono – **ORGMANEJO2**;
- 11- Fomento à Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários – **INDIGRAF**;
- 12- Fiscalização de Contratos de Repasse – **FISCONTRATO**.

1.5 Macroprocessos de Apoio

Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais – PCEVEGETAL

VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO DO TRÂNSITO INTERESTADUAL DE VEGETAIS, SEUS PRODUTOS E INSUMOS -VIGIFITO

PCEVEGETAL e VIGIFITO dão suporte orçamentário para execução do PI ERRADMOSCA.

1.6 Principais Parceiros

Vivemos num momento da necessidade de parcerias e alianças estratégicas tanto em nível internacional, nacional, estadual e municipal, para fortalecimento das ações de defesa agropecuária em função do bem estar social, garantindo principalmente a segurança alimentar da população. Vale lembrar que em 2014 está prevista a abertura da Aduana/Oiapoque/AP/Br./Guiana Francesa/Fr., aonde as relações comerciais vão se estreitar entre esses dois países, onde demandas por fiscalização, inspeção e sanidade ocorrerão e devemos nos preparar para tal situação.

O principal parceiro do SIFISA/AP nas ações de defesa agropecuária é a DIAGRO/AP, que é uma autarquia pública, com personalidade jurídica, direito público, autonomia técnica, administrativa, financeira, patrimônio e receitas próprias vinculadas a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural, contando atualmente com 04 escritórios de atendimento a comunidade – EAC's, e 10 Unidades Veterinárias Locais – UVL's, agrupadas em 07 Unidades Regionais – UR em 16 municípios existentes no Estado, de modo que apenas dois municípios no Estado não contam com médicos veterinários em tempo integral.

Também é oportuno citar a EMBRAPA/AP como braço científico e tecnológico do SFA/AP, contribuindo com pesquisas e desenvolvimento de tecnologias para melhoras da segurança alimentar. É uma empresa pública vinculada ao MAPA, que tem como missão viabilizar soluções sustentável do espaço rural, com foco no agronegócio, por meio da geração,

adaptação e transferência de conhecimento e tecnologias em benefício dos diversos segmentos da sociedade brasileira.

Outra grande parceira da SFA/AP nas atividades de Defesa Agropecuária é a Federação da Agricultura no Estado do Amapá – FAEAP, que tem como missão representar o Produtor Rural, zelando pelos seus interesses, por meio dos Sindicatos Rurais, contribuindo para o desenvolvimento econômico, social e ambiental da sociedade; sempre apóia a SFA/AP e DIAGRO/AP nas etapas de vacinação contra febre aftosa no Estado do Amapá.

Também, é oportuno citar a Associação dos Pecuáristas do Amapá – ASPA, como principal elo representando a iniciativa privada nas ações de responsabilidades compartilhadas entre os entes federais, estaduais e privados, principalmente naquelas de erradicação da febre aftosa no Estado do Amapá.

2 PARTE A, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU N° 127/2013.

2. PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS

A Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Amapá-SFA/AP, no cumprimento do Regimento Interno através da Portaria n° 428, de 09 de junho de 2010 e dentro da competência e atribuições legais na Área Administrativa e Área Finalística na perspectiva das realizações perante o cumprimento de suas ações prestarem em âmbito Estadual os serviços de Defesa Agropecuária e Desenvolvimento Rural, através do fomento, fiscalização, classificação, produção, comercialização e inspeção de produtos e subprodutos de origem animal e vegetal, garantindo assim a qualidade e a segurança alimentar aos consumidores objetivando a visão de futuro e cumprir a Missão do MAPA em “Promover o Desenvolvimento Sustentável e a Competitividade do Agronegócio em Benefício da Sociedade”.

2.1 Informações sobre outros resultados da gestão

Estratégias de Atuação Frente aos Objetivos Estratégicos

Os objetivos e metas estabelecidos para o exercício estão alinhados ao texto do Plano Plurianual que, com jurisdição no âmbito do Estado e competência regimental, executa as ações do PPA, via gerenciamento dos Planos Internos (PI's). Têm como finalidade a execução de serviços de defesa, inspeção, fiscalização e fomento, além da elaboração e celebração de convênios com o Governo do Estado, com Prefeituras e com Cooperativas Agropecuárias, dentre outros, com a finalidade de executar projetos de infraestrutura rural e desenvolvimento agropecuário, também tem por objetivo a minimização do risco de introdução e disseminação de pragas e agentes etiológicos de doenças que constituam ou possam constituir ameaças à agropecuária nacional, certamente garantir a segurança dos alimentos e manter custos competitivos.

Ainda dentro dos objetivos estratégicos há as ações do núcleo de educação sanitária, a qual realizou ações de orientações, prevenções e conscientização aos produtores e consumidores competitivos em vários municípios do Estado, também foram promovidas campanhas educativas em áreas de grande fluxo populacional e locais estratégicos como: aeroportos, terminais

rodoviários e hidroviários, entre outros, assim como participação em eventos, tais como, as Exposições Agropecuárias do Estado.

Na execução dessas ações, que se inserem nos programas de Defesa agropecuária, da política agrícola e da promoção do desenvolvimento agropecuário, espera-se que os resultados neste exercício contribuam para que não ocorram impactos econômicos e sociais adversos, causados pelo não cumprimento da produção e da produtividade agropecuária sobre todo no Estado.

2.2 - Estratégias de atuação frente às responsabilidades institucionais

A Superintendência em conformidade com o Regimento Interno aprovado pela Portaria MAPA de nº 428/2010, publicada em 14/06/2010, executa as ações voltadas para as atividades: de Defesa Agropecuária, da Fiscalização Agropecuária, da Inspeção de Produtos de Origem Animal, da Vigilância Agropecuária e Política de Desenvolvimento e fomento do Setor Agropecuário.

Para atender as demandas da sociedade, vários são os aspectos tratados internamente que, embora não esteja ligado a ações de governo que cabe à SFA/AP executar, seu acompanhamento, faz parte da rotina interna. Nesta linha citamos também o Programa de Apoio Administrativo, que tem o fundamento primordial, dar apoio a todos os programas finalísticos e as ações parcialmente comprometidas, assim também dando continuidade aos serviços administrativos de recursos humanos da Instituição.

Alinhado ao plano estratégico desenhado pelo MAPA, a SFA/AP direcionou esforços no sentido de atender, dentro da perspectiva de processos internos e de pessoas, conforme é demonstrado na Tabela 1.

Tabela 1 – Perspectiva de ações internas e de pessoas da SFA/AP

Objetivos/Prioridades	Decisão/Iniciativa	Avaliação/Resultados
Excelência Administrativa	Fortalecer o processo de Gestão da SFA/AP	Desdobramento do Planejamento Estratégico do MAPA e acompanhamento dos resultados institucionais. Fortalecimento do aprendizado contínuo a partir Relatório de Auditoria e do acompanhamento do Plano de Providências, assim, quando houver.
	Aperfeiçoar a execução orçamentária e financeira	Redução de consumo. Melhoria do índice de aplicação dos recursos disponibilizados.
	Melhorar a infraestrutura	Ampliação do número de computadores. Ampliação da rede elétrica para suportar o número de computadores a ser Instalados. Promover os procedimentos de pregão eletrônica para qualquer situação que se fizer necessária, alocando equipamentos precisos, disponibilizar de ambiente físico adequado.

Ambiente de trabalho	Valorizar e integrar a força de Trabalho	Promover capacitação de recursos humanos em todos os níveis constantemente para acompanhar a evolução da gestão. Manutenção e/ou ampliação da coleta seletiva solidária.
	Desenvolver a comunicação interna	Divulgação interna e externa das ações da SFA/AP.

Com relação às ações relacionadas no PPA, a Superintendência Federal da Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Amapá, a sua atuação tem como base o Plano Operativo de cada ação, onde são planejadas as metas físicas e financeiras de acordo aos objetivos específicos de cada programa, utilizando sempre os indicadores padrões utilizados pelo MAPA, tais como, eficácia, eficiência e efetividade, que servem para medir o desempenho de cada ação, atividade, meta ou até mesmo o programa.

3 PARTE A, ITEM 3, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127/2013

3. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO

3.1 Estrutura de Governança

Não se aplica esta UJ não possui unidade de auditoria, conselhos, comitês de avaliações, etc, ficando tudo a cargo da Sede do Ministério da Agricultura.

3.2 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos

Não se aplica a avaliação dos controles internos são efetuados através da Sede do Ministério da Agricultura, através do monitoramento dos atos de gestão desta UJ, com vista a assegurar a uniformidade das informações.

3.3 Remuneração Paga a Administradores

Não se aplica

3.4 SISTEMA DE CORREIÇÃO

Estrutura normativa e atividades da Unidade de Correição

A Coordenação-Geral de Procedimentos Disciplinares – CGPAD/SE foi criada por meio do Decreto Presidencial nº 7127, de 04 de março de 2010, “que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e dá outras providências”, como uma das unidades da Secretaria-Executiva da Pasta.

Contudo, o Regimento Interno da Secretaria-Executiva do MAPA vigente é anterior à criação da citada unidade, de forma que apenas há a Portaria nº 12, de 16 de fevereiro de 2012, publicada no DOU. Nº 38, seção 01, pág. 02, de 24.02.12, de lavra do Secretário-Executivo, a qual delega “competência ao Coordenador-Geral de Procedimentos Disciplinares – CGPAD/SE”.

Principais resultados obtidos em 2013

Os principais resultados da CGPAD foram:

- a) 179 procedimentos disciplinares supervisionados no âmbito do MAPA em 2013, sendo 106 instaurados (64 PADs e 42 Sindicâncias) e 73 julgados:
 - a.1- 35 PADs, sendo 23 válidos (10 arquivados sem aplicação de penalidade e 13 concluídos com aplicação de penalidade) e 12 anulados;
 - a.2 - 38 Sindicâncias, sendo 34 válidas (20 arquivadas sem indicação de abertura de PAD ou aplicação de penalidade e 14 concluídas com aplicação de penalidade) e 4 anuladas;
 - a.3- dos 73 procedimentos julgados, 78,08% (57 em 73) foram válidos. Destes 57 válidos, 52,63% (30 em 57) arquivados sem aplicação de sanções disciplinares;
 - a.4 - 22 penalidades aplicadas, sendo: 9 advertências (5 prescritas), 5 suspensões (2 prescritas), 7 demissões (3 prescritas) e 1 destituição de cargo (prescrita). Assim, destas, 36,36% (8 em 22), foram expulsórias (demissões e destituição de cargo).

Destes 179 procedimentos disciplinares (106 instaurados/73 julgados), 29 deles foram instaurados (24 PADs e 05 Sindicâncias) e 20 julgados, pela Secretaria-Executiva, da seguinte forma:

- b) 12 PAD's (10 válidos e 2 anulados) e 8 Sindicâncias (7 válidas e 1 anulada);
 - b.1 - dos 20 procedimentos julgados, 85% (17 em 20) foram válidos.
- c) 140 procedimentos foram lançados no Sistema CGU/PAD, dentre os 179 instaurados e julgados no âmbito do MAPA, o que equivale a 78,21%. Dentre estes, 43 dos 49 procedimentos referentes à Secretaria-Executiva, foram lançados no Sistema CGU-PAD, o que equivale a 88,75%.
- d) 52 denúncias analisadas, das quais, 26 arquivadas após diligências preliminares e 26 estão em trâmite.

3.5 CUMPRIMENTO PELA INSTÂNCIA DE CORREIÇÃO DA PORTARIA Nº 1.043/2007 DA CGU

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA editou a Portaria MAPA/SE nº 37, de 19 de março de 2008, publicada no Boletim de Pessoal nº 9, de 31 de março de 2008, acessível no site da CGU, que dispõe sobre a política de uso do Sistema CGU-PAD no âmbito do MAPA em consonância com a Portaria nº 1043, de 24 de julho de 2007.

A Coordenadora-Geral de Procedimentos Disciplinares é responsável pela supervisão dos lançamentos das informações referentes aos procedimentos disciplinares no Sistema CGU-PAD, como Coordenadora do Sistema CGU-PAD no MAPA e o Coordenador-Substituto é o seu Administrador Principal.

Dos 179 procedimentos supervisionados no âmbito do MAPA, 140 foram lançados no Sistema CGU/PAD, da seguinte forma:

- I. dos 64 PAD's instaurados, 49 foram lançados (76,56%);
- II. das 42 Sindicâncias instauradas, 31 foram lançadas (73,08%);
- III. dos 35 PAD's julgados, 30 foram lançados (85,71%);
- IV. das 38 Sindicâncias julgadas, 30 foram lançadas (78,94%).

Dentre estes, dos 49 procedimentos disciplinares instaurados/julgados pela Secretaria-Executiva, 43 foram lançados no Sistema CGU/PAD, o que equivale a 88,75%. O alcance dos 100% foi obstado pela falta de informações de um Colegiado Apuratório formado por servidores da CGU, que respondem pela apuração de 6 PAD's da Secretaria-Executiva.

RELATÓRIO DA ÁREA DE CORREIÇÃO DN TCU Nº 132/13 – Anexo III

Item 6: Dos 73 procedimentos julgados no âmbito do MAPA, 57 foram válidos e destes, 27 resultaram em aplicação de penalidade, dentre elas, 8 expulsórias, das quais, 7 demissões e 1 destituição de cargo.

Principais Parceiros

Cada vez mais se evidencia a necessidade do estabelecimento de parcerias e alianças estratégicas tanto em nível internacional, nacional, estadual e municipal, para fortalecimento das ações de defesa agropecuária em função do bem estar social, garantindo principalmente a segurança alimentar da população. Vale lembrar que em 2014 está prevista a abertura da Aduana/Oiapoque/AP/Br./Guiana Francesa/Fr., aonde as relações comerciais vão se estreitar entre esses dois países, onde demandas por fiscalização, inspeção e sanidade ocorrerão e devemos nos preparar para tal situação.

O principal parceiro do SIFISA/AP nas ações de defesa agropecuária é a DIAGRO/AP, que é uma autarquia pública, com personalidade jurídica, direito público, autonomia técnica, administrativa, financeira, patrimônio e receitas próprias vinculadas a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural, contando atualmente com 04 escritórios de atendimento a comunidade – EAC's, e 10 Unidades Veterinárias Locais – UVL's, agrupadas em 07 Unidades Regionais – UR em 16 municípios existentes no Estado, de modo que apenas dois municípios no Estado não contam com médicos veterinários em tempo integral.

Também é oportuno citar a EMBRAPA/AP como braço científico e tecnológico do SFA/AP, contribuindo com pesquisas e desenvolvimento de tecnologias para melhoras da segurança alimentar. É uma empresa pública vinculada ao MAPA, que tem como missão viabilizar soluções sustentáveis do espaço rural, com foco no agronegócio, por meio da geração, adaptação e transferência de conhecimento e tecnologias em benefício dos diversos segmentos da sociedade brasileira.

Outra grande parceira da SFA/AP nas atividades de Defesa Agropecuária é a Federação da Agricultura no Estado do Amapá – FAEAP, que tem como missão representar o Produtor Rural, zelando pelos seus interesses, por meio dos Sindicatos Rurais, contribuindo para o desenvolvimento econômico, social e ambiental da sociedade; sempre apóia a SFA/AP e DIAGRO/AP nas etapas de vacinação contra febre aftosa no Estado do Amapá.

Também, é oportuno citar a Associação dos Pecuaristas do Amapá – ASPA, como principal elo representando a iniciativa privada nas ações de responsabilidades compartilhadas entre os entes federais, estaduais e privados, principalmente naquelas de erradicação da febre aftosa no Estado do Amapá.

SERVIÇO DE SANIDADE, INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO ANIMAL – SIFISA

Ação 4842: Erradicação da Febre Aftosa

Metas Físicas e Financeiras:

Toda a programação do Plano Operativo Anual – POA 2013 para o desenvolvimento de ações que objetivam a Erradicação da Febre Aftosa no Amapá foi elaborada com utilização do Sistema de Gestão Integrada – SGI, fundamentada em orientações oriundas do Departamento de Saúde Animal – D S A/MAPA contendo sugestões de metas assim como quantitativos financeiros presumivelmente suficientes para suas respectivas execuções.

A Programação aqui referida, elaborada pelo Serviço de Saúde, Inspeção e Fiscalização Animal – SIFISA/AP, levou em consideração a necessidade de manutenção do status de “alto risco” em relação à Febre Aftosa e de, ao mesmo tempo, executar ações no sentido da elevação desse status para o de “livre com vacinação” conforme acontece com a maioria das unidades da federação. Entretanto, tal evolução depende do cumprimento de diversas etapas como, por exemplo, a execução de campanhas de vacinação com elevada cobertura vacinal e a manutenção dos serviços de vigilância e fiscalização sanitária devidamente estruturados e em permanente operação.

No caso do Estado do Amapá, as ações executivas dessas etapas estão ao encargo da Agência de Defesa e Inspeção Agropecuária do Estado do Amapá – DIAGRO, ficando a SFA/AP encarregada da coordenação, orientação, da fiscalização e do apoio geral desses processos, cujos resultados positivos serão traduzidos em oportunidades de diversificação da produção animal e na conquista dos mercados nacional e internacional

- Equipe de Trabalho

No SIFISA/AP a equipe que atuou na execução das atividades do PI FEBREAFTOSA, foi composta por:

- Adriano Benicio Valadares - Med. Veterinário/Fiscal Federal Agropecuário - Coordenador;
- Francisco Assis Nobre dos Santos - Agente de Serviços Complementares;
- Zeneida Barbosa de Oliveira - Agente Administrativo e;
- Jose Eli Viana – Auxiliar Operacional de Serviços Diversos.

Análise Crítica

- Cumprimento das metas:

A análise sintética do cumprimento das metas se inicia pelo cálculo dos índices de Eficiência, Eficácia e Efetividade da Ação 4842

Para efeitos de cálculos considerou-se :

- ÁREA LIVRE (com vacinação) como produto – próximo status a ser atingido na classificação internacional - apresentado no SIG/POA/2013 e;
- a área total do Estado de 142.815 km² como área trabalhada, (mesmo que ainda não esteja classificada como Área Livre).

INDICADOR:

Utilidade do Indicador: Medir a relação custo/benefício e o nível de atendimento das metas programadas.

Tipo: Eficácia, Eficiência e Efetividade

A) Eficiência: medida pela relação entre os Custos Unitários Realizado (CUR) e Programado (CUP)

- O Custo Unitário Programado (CUP) 2013, é obtido pela relação entre o Custo Total Programado da ação (CP) pela quantidade programada (QP), ou seja, pela meta física.

$$CUP_{2013} = CP_{2013} : QP_{2013}$$

$$CUP_{2013} = R\$ 236.216 : 142.815 \text{ km}^2 = R\$ 1,65/ \text{ km}^2$$

- O Custo Unitário Realizado (CUR)2013 é obtido pela relação entre o Custo Total Realizado da ação (CR) e a quantidade realizada (QR) da meta física:

$$CUR_{2013} = CR_{2013} : QR_{2013}$$

$$CUR_{2013} = R\$ 14.666,63 : 142.815 \text{ km}^2 = R\$ 0,10/ \text{ km}^2$$

Variação % entre o custo unitário realizado (CUR) e programado (CUP) em 2013:

$$V(\%) = [(CUR_{2013} : CUP_{2013}) - 1] \cdot 100$$

$$V(\%) = [(0,10 : 1,65) - 1] \cdot 100 = - 93,93\%$$

B) EFICÁCIA

Variação Absoluta (VA) entre a Quantidade Realizada do Produto da Ação e a Meta Física Programada em 2013.

$$VA_{2013} = QR_{2013} - QP_{2013}$$

$$VA_{2013} = 142.815 \text{ km}^2 - 142.815 \text{ km}^2 = 0$$

Variação relativa (VR) entre a quantidade realizada de unidades do produto da ação e a meta física programada para 2013, em percentagem:

$$VR_{2013} = [(QR_{2013} : QP_{2013})] \cdot 100\% =$$

$$(QR_{2013} : QP_{2013}) \cdot 100\% = (142.815 \text{ km}^2 : 142.815 \text{ km}^2) \cdot 100 = 100\%$$

C) EFETIVIDADE

Taxa de Incidência das Doenças:

A Taxa resulta da relação entre o (Número de propriedades livres da doença pelo Total de propriedades com rebanho no Estado) x 100.

Esse indicador de Efetividade tem seu cálculo dificultado devido as propriedades no Estado do Amapá não serem ainda declaradas livres de febre aftosa. Por isto, e considerando recomendações contrárias ao seu cálculo, no relatório anterior (2012), já que os resultados daquela forma obtidos não refletem a realidade do Estado, optou-se utilizar o indicador “Índice Vacinal Alcançado” (ou cobertura vacinal), pois:

- reflete melhor a realidade administrativa da execução do Programa no Estado do Amapá;
- utiliza um dos parâmetros mais importantes para avaliação das vacinações, especialmente das que são realizadas em ambientes onde as condições adversas sobrepõem-se às facilidades e
- reflete o aproveitamento da oportunidade de imunização em única vacinação anual, como a que foi admitida para utilização nos criatórios estabelecidos no campos naturais inundáveis do Amapá.

A meta da Ação 4842 – Erradicação da Febre Aftosa – Departamento de Saúde Animal /DSA “Área do território nacional reconhecida pela Organização Mundial da Saúde Animal (OIE)” é taxativa segundo a Lei nº 12.593/2012. Adicionalmente incluiremos nesse relatório um indicador local “índice vacinal contra febre aftosa” que mede o índice de bovídeos vacinados em cada etapa de vacinação. A fórmula usada para calculo do índice é: $IV = (\text{numero de bovídeos vacinados} : \text{numero de bovídeos existentes}) \times 100$

$$IV = (285.433 : 331.603) \times 100$$

$$IV = 86,07\%$$

A Tabela 1 em seguida demonstra:

Na Primeira Parte: A Distribuição Espacial das Unidades Veterinárias da DIAGRO enquanto responsável pela execução das campanhas de vacinação contra febre aftosa; além da distribuição dos Estabelecimentos Pecuários pelos municípios amapaenses.

Observa-se avanço das explorações com bubalinos (bufalinos), ou da especialização dos estabelecimentos pecuários com opção pela bubalinocultura (bufalinocultura), notadamente nos municípios que apresentam campos naturais inundáveis na sua fisiografia.

Na Segunda Parte: A Distribuição Espacial dos Rebanhos (Bovinos, Bubalinos e Bovídeos) e os Resultados da Vacinação Anti-Aftosa em Etapa Única (Novembro/2013).

Constata-se que, segundo dados obtidos na Etapa Única de Vacinação Novembro/2013, apenas 07 (sete) municípios amapaenses (Amapá, Calçoene, Cutias do Araguari, Itaubal, Macapá, Santana e Tartarugalzinho) detém 67,44% do rebanho bovino e 90,54% do rebanho bubalino do Estado.

Constata-se ainda que a cobertura vacinal foi de 67,72% para bovinos; 91,08% para os bubalinos resultando numa cobertura vacinal total de 86,07% do rebanho bovídeo (bovino + bubalino) levantado.

**Tabela 01 – RESULTADO GERAL DA ETAPA ÚNICA DE VACINAÇÃO CONTRA FEBRE AFTOSA EM NOVEMBRO DE 2013
PRIMEIRA PARTE – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DAS UNIDADES VETERINÁRIAS E DOS ESTABELECIMENTOS PECUÁRIOS CADASTRADOS**

Identificação da UF: Amapá				Etapa de vacinação (mês/ano): ETAPA ÚNICA – NOVEMBRO 2013						
Faixa etária envolvida: Todas as Faixas Etárias				Região envolvida: Todo o Estado						
Código IBGE	Município	Unidade Veterinária		Estabelecimentos Pecuários (Rebanhos Bovídeos – Controle de Vacinação)				Produtores com Bovinos e Bufalinos		
		Local	Regional	Com Bovinos e Bufalinos	Apenas Bovinos	Apenas Bufalinos	Total de Propriedades	Propriedades com Registro de Vacinação	Total	com Registro de Vacinação
055	Serra do Navio	00	Porto Grande	02	23	00	25	18	25	-
154	Pedra Branca do Amapari	00	Porto Grande	01	76	00	77	16	76	-
204	Calçoene	01	Calçoene	30	59	74	163	44	172	-
212	Cutias do Araguari	01	Cutias do Araguari	12	04	74	90	66	132	-
238	Ferreira Gomes	01	Porto Grande	15	19	50	84	70	87	-
253	Itaubal	01	Cutias do Araguari	04	02	11	17	13	18	-
279	Laranjal do Jari	01	Laranjal do Jari	03	50	16	69	31	68	-
402	Mazagão	01	Santana	27	22	97	146	77	146	-
501	Oiapoque	01	Calçoene	08	60	11	79	27	87	-
535	Porto Grande	01	Porto Grande	05	155	00	160	68	165	-
550	Pracuuba	00	Tartarugalzinho	23	21	26	70	55	131	-
600	Santana	01	Santana	19	39	81	139	101	147	-
808	Vitória do Jari	01	Laranjal do Jari	12	07	54	73	30	92	-
303	Macapá/Bailique	01/01	Macapá	130	202	292	624	412	673	-
709	Tartarugalzinho	01	Tartarugalzinho	59	114	88	261	194	290	-
105	Amapá	01	Tartarugalzinho	42	56	65	163	88	225	-
-	TOTAL	16	-	392	909	939	2.240	1.310	2.534	-

Fonte: DIAGRO/AP

Elaboração SFA/AP – Março/2014

Tabela 01 – RESULTADO GERAL DA ETAPA ÚNICA DE VACINAÇÃO CONTRA FEBRE AFTOSA EM NOVEMBRO DE 2013
SEGUNDA PARTE – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS REBANHOS BOVÍDEOS CADASTRADOS E RESULTADOS DA VACINAÇÃO

Identificação da UF: Amapá							Etapa de vacinação (mês/ano): ETAPA ÚNICA – NOVEMBRO 2013					
Faixa etária envolvida: Todas as Faixas Etárias							Região envolvida: Todo o Estado					
Município	População Bovídea						Propriedades					
	Bovina(a)		Bufalina(b)		Total (a+b)		Fiscalizadas		Assistidas		Com vacinação oficial	
	Existentes	Vacinados	Existentes	Vacinados	Existentes	Vacinados	Total	Bovinos + Bufalinos	Total	Bovinos + Bufalinos	Total	Bovinos + Bufalinos
Serra do Navio	537	457	08	08	545	465	00	00	00	00	00	00
Pedra Branca do Amapari	2.273	736	01	01	2.274	737	00	00	00	00	00	00
Calçoene	9.975	2.858	17.524	6.427	27.499	9.285	00	00	00	00	00	00
Cutias do Araguari	3.000	537	65.724	65.541	68.724	66.078	00	00	00	00	00	00
Ferreira Gomes	873	817	3.650	3.507	4.523	4.324	00	00	00	00	00	00
Itaubal	448	435	13.367	13.075	13.815	13.510	00	00	00	00	00	00
Laranjal do Jari	3.043	2.233	717	534	3.760	2.767	00	00	00	00	00	00
Mazagão	1.348	619	9.153	6.518	10.501	7.137	00	00	00	00	00	00
Oiapoque	4.734	1.201	1.156	1.012	5.890	2.213	00	00	00	00	00	00
Porto Grande	7.125	4.759	131	131	7.256	4.890	00	00	00	00	00	00
Pracuuba	1.945	1.943	5.571	5.561	7.516	7.504	00	00	00	00	00	00
Santana	1.826	1.645	9.375	8.817	11.201	10.462	00	00	00	00	00	00
Vitória do Jari	1.260	794	4.249	3.139	5.509	3.933	00	00	00	00	00	00
Macapá	11.283	10.263	68.566	66.283	79.849	76.546	00	00	00	00	00	00
Tartarugalzinho	10.376	9.244	34.178	33.613	44.554	42.857	00	00	00	00	00	00
Amapá	11.032	9.599	27.155	23.126	38.187	32.725	00	00	00	00	00	00
TOTAL	71.078	48.140	260.525	237.293	331.603	285.433	00	00	00	00	00	00
(%)	(100,00)	(67,72)	(100,00)	(91,08)	(100,00)	(86,07)						

Fonte: DIAGRO/AP
 Elaboração SFA/AP – Março/2014

O número de bovídeos (bovinos e bufalinos) cadastrados, segundo censo atual da DIAGRO, foi de 331. 603 animais. Esse universo reflete a realidade atual do Estado, já que esses levantamentos censitários foram feitos em cada município pelas unidades da DIAGRO, conforme quadro geral do resultado de vacinação. Foram vacinados 285.433 bovídeos. No caso presente, o número de bovídeos vacinados é inferior ao existente no cadastro, dessa forma, tal diferença deve-se ao pecuarista não conseguir vacinar todo seu rebanho, devido à forma extensiva com que os animais são criados - soltos no campo, sem divisórias por cercas - às vezes tornando-se semi-selvagens, em muitas áreas que apresentam características que dificulta o manejo, como nos casos de igapós “baixios”, etc.

Especificamente, segundo dados da Vacinação Novembro/2013, na região do Baixo Araguaari (engloba parte dos municípios de Cutias, Ferreira Gomes, Amapá, Pracuuba e Macapá) o rebanho bubalino representa 74, 89 % do total desses animais no Estado. Nessa região a criação é conduzida nos campos naturais inundáveis, condição em que o búfalo se adapta com facilidade.

Os dados da Tabela I – Segunda Parte - demonstram que as maiores propriedades – principalmente as que exploram bubalinos - vêm vacinando regularmente seus rebanhos, já que elas geram as maiores movimentações de animais no Estado, principalmente com destino a matadouros nos municípios.

Inicialmente, considerando as adversidades em geral, estabeleceu-se um índice vacinal de, pelo menos, 80%. Verificou-se que o índice vacinal atingido foi de 86,07 %, resultado que vem se mantendo com poucas variações desde a intervenção direta do MAPA, através do financiamento da infra-estrutura para a realização das Mega-Operações denominadas “Agulha Oficial” em novembro de 2009 e novembro de 2010, onde foram gastos mais de R\$ 6.000.000,00.

Em princípio, pode-se avaliar comparativamente às Operações tipo “Agulha Oficial” realizadas em 2009 e 2010, que a etapa única de vacinação contra febre aftosa vem sendo **efetiva**, já que apresenta boa cobertura vacinal a custos bastante reduzidos, conforme na tabela abaixo:

Tabela 02- Índices de vacinação contra febre aftosa no Estado do Amapá, 2007 a 2013.

Etapas de vacinação contra a febre aftosa em bovinos e bubalinos no Amapá – 2007 a novembro de 2013	População bovina e bubalina		
	Envolvida na etapa	Vacinada	Cobertura Vacinal %
Maio 2007	315.291	8.901	2,82
Novembro 2007	315.291	136.981	43,45
Maio 2008	313.702	27.243	8,68
Novembro 2008	313.702	200.670	63,97
Maio 2009	313.702	43.690	13,93
Novembro 2009*	325.545	262.252	80,55
Maio 2010	316.207	4.646	1,47
Novembro 2010*	306.912	282.369	92,00
Novembro 2011	306.912	268.937	87,62
Novembro 2012	306.912	271.428	88,43
Novembro 2013	331.603**	285.433	86,07
*Operação Agulha Oficial			
**Censo DIAGRO-AP			

Fonte: SIFISA/SFA/AP – DIAGRO-AP

É importante registrar que o alcance de um Índice Vacinal – IV de 86,07 % contra febre aftosa foi conseguido numa metodologia que denominamos de **responsabilidade compartilhada** onde comerciantes disponibilizaram os produtos demandados pela vacinação; os pecuaristas adquiriram e aplicaram as vacinas e declaram essas aplicações à DIAGRO que efetivou os devidos controles. Portanto, entende-se que a prevenção da febre aftosa passa a acontecer cada vez mais com menor participação das entidades governamentais, tanto pela responsabilidade da aquisição da vacina quanto na execução das vacinações. Em outras palavras pode-se dizer que houve efetividade no processo.

Tomamos como Indicador no novo PPA 2011/215, aprovado pela Lei nº 12.593/2012, a “Área do território nacional reconhecida pela Organização Mundial da Saúde Animal (OIE) como livre de febre aftosa”, para analisar os resultados alcançados, vislumbrando outra mudança com elevação do atual status de classificação em relação à doença.

No novo SIG/POA/2013 o produto da ação é “área livre”, porém o Estado do Amapá ainda não atingiu esse status pois evoluiu de “Risco Não Conhecido” para “Zona de Alto Risco” em relação à Febre Aftosa. Por outro lado, não se registra ocorrência dessa doença há mais de 14 anos – apesar da agressividade de seu agente causal - o que indica pela efetividade das medidas postas em prática no âmbito Estado, mesmo que ainda não se tenha reconhecido o Amapá como “Livre de Febre Aftosa, com Vacinação”

Este SIFISA/AP passou a trabalhar com dotação orçamentária inicial, através do SIG/POA/2013 sendo os recursos liberados ao longo do ano de acordo com a necessidade do setor. Segundo informações do SIAF GERENCIAL foi descentralizado pelo PI FEBREAFTOSA em 2013 para aplicação pelo SIFISA/SFA/AP a quantia de R\$ 25.742,47.

Vale apresentar como projeção para estudo da confiabilidade do Indicador Índice Vacinal, a tabela geral do resultado de vacinação contra febre aftosa realizada em todos os Estados, onde o índice vacinal atingido pelo Amapá contribuiu para a média geral nacional de 91,58%.

Tabela 03 - Datas dos últimos focos de febre aftosa e períodos sem ocorrência da doença nos Estados da Região Amazônica.

Unidade Federativa	Data da última ocorrência de FA (mês/ano)	Período sem ocorrências (anos)
Amapá	Out/99	14
Roraima	Jun/01	11
Maranhão	Ago/01	11
Pará (área não livre)	Jun/04	08
Amazonas	Set/04	08

Fonte: DSA/SDA/MAPA

Tabela 04 - Resultado da vacinação contra Febre Aftosa do 2º semestre de 2013 - Brasil
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Secretaria de Defesa Agropecuária/Departamento de Saúde Animal

Resultados da vacinação contra Febre Aftosa do 2º semestre de 2013 - Brasil							
UF	Bovinos e Bubalinos existentes	Bovinos e bubalinos envolvidos na etapa	Bovinos e bubalinos Vacinados na etapa	Cobertura Vacinal (%)	Previsão de envio do relatório ao MAPA (prazo final)	Envio final do relatório (Data)	Observação
Acre	2.693.048	2.693.048	2.645.369	98,23%	30/12/2013	17/01/2014	
Alagoas	1.215.251	1.215.251	1.147.045	94,39%	30/12/2013	06/02/2014	
Amapá	331.603	331.603	285.433	86,08%	30/12/2013	17/01/2014	
Amazonas (-41 municípios)	574.013	574.013	520.368	90,65%	15/09/2013	17/10/2013	
Amazonas(zona não livre)	365.042	365.042	342.179	93,74%	30/12/2013	27/01/2014	
Amazonas (zona livre)	492.436	492.436	486.848	98,87%	30/12/2013	27/01/2014	
Bahia	11.103.780	4.065.202	3.866.728	95,12%	30/12/2013	24/01/2014	
Ceará	2.581.886	2.581.886	2.412.541	93,44%	30/12//2013	13/01/2014	
Distrito Federal	104.805	46.129	42.526	92,19%	30/12/2013	31/12/2013	
Espírito Santo	2.309.479	2.309.479	2.284.865	98,93%	30/12//2013	30/12/2013	
Goiás	21.133.178	8.897.546	8.854.960	99,52%	30/12/2013	13/01/2014	
Maranhão	7.364.612	7.364.612	7.007.802	95,16%	30/12//2013	31/01/2014	
Mato Grosso	28.427.049	28.427.049	28.261.281	99,42%	15/01/2014	27/01/2014	
Mato Grosso do Sul	21.060.675	10.292.185	10.222.366	99,32%	15/01/2014	21/01/2014	
Minas Gerais	24.132.141	9.874.581	9.593.222	97,15%	30/01/2014	28/01/2014	Prorrogação autorizada
Pará (Faro e Terra Santa)	50.674	50.674	50.674	100,00%	15/09/2013	27/11/2013	

Pará (Arquipélago do Marajó)	584.540	584.540	568.216	97,21%	15/10/2013	26/11/2013	
Pará (demais municípios)	20.428.573	20.428.573	20.185.165	98,81%	30/12/2013	28/01/2014	
Paraíba	1.323.589	1.323.589	1.063.531	80,35%	30/12/2013	08/01/2014	
Pernambuco	2.021.396	2.021.396	1.904.202	94,20%	30/12/2013	08/01/2014	
Piauí	1.697.779	1.697.779	1.656.844	97,59%	20/09/2013	27/09/2013	Prorrogação autorizada
Paraná	9.412.438	9.412.438	9.111.583	96,80%	30/12/2013	09/01/2014	
Rio de Janeiro	2.368.184	943.058	811.443	86,04%	30/12/2013	07/01/2014	
Rio Grande do Norte	1.063.580	1.063.580	856.880	80,57%	30/12/2013	17/02/2014	
Rio Grande do Sul	13.578.632	5.083.449	4.978.415	97,93%	30/12/2013	03/01/2014	
Rondônia	12.287.015	12.287.015	12.108.285	98,55%	15/12/2013	23/12/2013	
Roraima	740.932	740.932	705.480	95,22%	10/12/2013	06/02/2014	Prorrogação autorizada
São Paulo	10.417.225	10.358.526	10.222.109	98,68%	30/12/2013	07/01/2014	
Sergipe	1.237.855	529.585	485.487	91,67%	30/12/2013	16/01/2014	
Tocantins	8.118.701	3.446.837	3.409.623	98,92%	30/12/2013	27/12/2013	
Total	206.527.063	146.808.985	146.091.470	91,58			

Fonte: Serviços Veterinários Estaduais

Observações:

1 - De acordo com o Art. 17, § 5º, da IN 44, de 2/10/07, o serviço veterinário oficial nas Unidades da Federação deverá elaborar e encaminhar ao MAPA relatório das atividades de vacinação contra febre aftosa dentro de 30 dias após o término da etapa.

2 - Os dados de animais existentes e envolvidos na etapa são estimados e serão atualizados no final da etapa.

Data de atualização: 18/02/2014

Os recursos descentralizados no PI FEBREAFTOSA foram aplicados em:

TABELA 05 – VALORES PAGOS - SIFISA/SFA/AP

ELEMENTO DE DESPESA	VALOR PAGO	OBJETIVO
3390-14	2.130,42	Pagamento de diárias a servidores em atividades de fiscalização, supervisão e educação sanitária.
3390-39	600,00	Pagamento de taxa administrativa de uso do cartão de abastecimento
3390-30	6.626,21	Aquisição de combustível para desenvolvimento de atividades do SIFISA/AP.
3390-39	5.910,00	Pagamento de conserto de veículos que foram usados pelo SIFISA/AP.
TOTAL	15.266,63	

Fonte: SIAF GERENCIAL – SEOF/SFA/AP

Em 2013, o SIFISA/AP continuou buscando otimizar seus gastos, aplicando os recursos quando estritamente necessários. O contingenciamento sofrido a nível central, principalmente nos recursos para aquisição de material permanente (veículos) determinou que, em muitas oportunidades, recorrêssemos a outros Setores, como nos casos de empréstimos de veículos que foram adquiridos pelo Programa de Erradicação da Mosca da Carambola.

Eventuais problemas de execução: Não houve maiores problemas relacionados à execução. Apesar do contingenciamento a nível central, os recursos descentralizados foram aplicados pelo SIFISA/AP de acordo com a orientação do DSA/SDA/MAPA.

Restos a pagar: houve o valor na rubrica 339030 de R\$ 9. 758,79 referente a aquisição de combustível para dar apoio ao PNEFA. Também da rubrica 339039 ficou em restos a pagar não processados o valor de R\$ 5.910,00 que foram descentralizados para pagamento de conserto de veículos do SIFISA.

Superações significativas das metas estabelecidas: O SIG/POA/2013 tem como objetivo aperfeiçoar e modernizar os processos operacionais da defesa agropecuária para ampliar o alcance e a abrangência dos seus serviços em todo o território nacional, através da estruturação e implementar o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária – SUASA

Em 2013, o SIFISA/AP superou as metas de Supervisões Programadas de 10 para 16 supervisões, realizando a maioria delas nas UVL's de Macapá em Santana, onde se visualizaram as movimentações mais significativas de animais.

Ainda em 2013, o Departamento de Saúde Animal - DSA/SDA realizou mais uma auditoria nas Unidades Veterinárias Locais - UVL's da DIAGRO/AP. A atividade objetivou avaliar o nível de estruturação da organização estadual com vistas, principalmente, ao andamento na execução do Programa Nacional de Erradicação e Prevenção da Febre Aftosa - PNEFA . O Relatório Preliminar, aponta algumas inconformidades do serviço veterinário oficial local, conforme também registrado em relatórios anteriores de supervisão realizada pelo SIFISA/AP. Dentre outros as deficiências estruturais nas bases interiorizadas; a insuficiência de equipamentos; a falta de pessoal treinado e conhecedor da legislação sanitária animal; falhas de comunicação entre a central e as unidades locais; atrasos ou falta de envio de informações/relatórios; inexistência de kits para atendimento às emergências sanitárias; inexistência de sistema informatizado de cadastro de propriedades e de movimentação de animais; além da necessidade de reformulação da legislação sanitária do Estado.

Como resultado positivo podemos citar a implantação de Unidades Veterinárias Locais – UVL's, que passaram de 03 para 10 UVL's, se comparado com dados da última auditoria realizada em 2006 e; a obtenção do índice vacinal de 86,07% na vacinação de 2012, fruto de esforços conjunto da SFA/AP, DIAGRO/AP e iniciativa privada.

Destacamos algumas tabelas da Comissão Sul-Americana para a Luta Contra a Febre Aftosa COSALFA/2013, criada em 1972, durante a V Reunião Inter-Americana de Nível Ministerial sobre o Controle da Febre Aftosa e Outras Zoonoses (RICAZ V), cujo propósito é avaliar o andamento dos programas nacionais de controle e erradicação da febre aftosa na América do Sul e recomendar ações para que esses programas, garantam a integração regional das ações de intervenção. Inicialmente apresentamos a estrutura atual da SFA/AP e em seguida a estrutura e atividades auditáveis da DIAGRO/AP.

Tabela 06 - ESTRUTURA DA SFA/AP

Nível considerado	Número de Escritórios / unidades	Veterinários oficiais	Outros profissionais de nível superior	Auxiliares técnicos	Auxiliares administrativos	Automóveis tração simples	Automóveis dupla tração	Embarcações	Motos	Trailers	Microcomputadores	Linhas de telefone	Aparelhos de FAX	Aparelhos GPS ou similares	Veterinários habilitados
SSA / SISA / SIFISA															
Unidade central	1	5	1	2	1	2	1	0	0	0	4	1	1	3	2
Unidade regional	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Subtotal	2	5	1	2	1	2	1	0	0	0	4	1	1	3	2
VIGIAGRO															
Unidade central															
Unidade regional	1	1	0	0	1	0	1	1	0	0	1	1	0	0	
Portos, postos e aeroportos	2	0	0	0	2	0	0	0	0	0	1	0	0	0	
Subtotal	3	1	0	0	3	0	1	1	0	0	2	1	0	0	
SIPOA															
Unidade central															
Unidade regional															
Estabelecimentos*															
Subtotal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
SIFIP															
Unidade central															
Unidade regional															
Subtotal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
TOTAL															
Unidade central	1	5	1	2	1	2	1	0	0	0	4	1	1	3	2
Unidade regional **	1	1	0	0	1	0	1	1	0	0	1	1	0	0	0
Portos, postos e aeroportos	2	0	0	0	2	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0
Estabelecimentos*	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total geral	4	6	1	2	4	2	2	1	0	0	6	2	1	3	2

Fonte: DIAGRO/AP - SIFISA/AP

Atualmente, a estrutura da SFA/AP não contempla recursos humanos suficientes a execução das atividades de sanidade animal no Estado, cabendo-lhe as atividades de fiscalização e supervisão das atividades da DIAGRO/AP

**TABELA 07 - ESTRUTURA DE CAMPO ATUAL DA AGÊNCIA DE DEFESA E INSPEÇÃO AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO AMAPÁ - DIAGRO:
PRIMEIRA PARTE – DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS POR UNIDADE VETERINÁRIA**

Município	Unidade Veterinária		Recursos Humanos Locais					
	Local	Responsável pelo Atendimento	Médico Veterinário	Engenheiro Agrônomo	Zootecnista	Técnico em Agropecuária	Auxiliar Técnico	Auxiliar Administrativo
Amapá	01	Amapá	01	00	01	00	00	01
Calçoene	00	Amapá	00	00	00	00	01	00
Cutias do Araguari	01	Cutias do Araguari	01	00	00	00	03	00
Ferreira Gomes	01	Ferreira Gomes	01	00	00	00	00	00
Itaubal	01	Itaubal	01	00	00	00	01	00
Laranjal do Jari	01	Laranjal do Jari	01	00	00	00	00	00
Macapá/Bailique	01/00	Macapá/Bailique	06/00	00/00	00/00	00/00	00/00	00/00
Mazagão	01	Mazagão	02	01	00	00	01	01
Oiapoque	00	Amapá	00	00	00	00	00	01
Pedra Branca do Amaparí	00	Porto Grande	00	01	00	00	01	01
Porto Grande	01	Porto Grande	01	00	00	00	02	00
Pracuúba	00	Tartarugalzinho	00	00	00	00	00	00
Santana	01	Santana	04	02	00	00	00	01
Serra do Navio	00	Porto Grande	00	00	00	00	01	00
Tartarugalzinho	01	Tartarugalzinho	01	00	00	00	00	01
Vitória do Jari	00	Laranjal do Jari	00	00	00	00	00	01
TOTAL	10	-	19	04	01	00	10	07

Fonte: DIAGRO/AP - SIFISA/AP

**TABELA 07 - ESTRUTURA DE CAMPO ATUAL DA AGÊNCIA DE DEFESA E INSPEÇÃO AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO AMAPÁ - DIAGRO:
SEGUNDA PARTE – DISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS MATERIAIS/SERVIÇOS DE APOIO POR UNIDADE VETERINÁRIA**

Município	Unidade Veterinária		INFRA-ESTRUTURA									
	Local	Regional	Linha Telefônica	Fax	PC	Automóvel	Picape	Embarcação	Moto	Van	Acesso à Internet	GPS
Amapá	01	Amapá	00	00	00	00	01	00	00	00	00	00
Calçoene	00	Amapá	00	00	01	00	00	00	00	00	00	00
Cutias do Araguari	01	Cutias do Araguari	00	00	01	00	01	00	00	00	00	00
Ferreira Gomes	01	Ferreira Gomes	00	00	01	01	00	00	00	00	00	00
Itaubal	01	Itaubal	00	00	01	00	01	01	00	00	00	00
Laranjal do Jari	01	Laranjal do Jari	00	00	01	00	01	00	00	00	00	00
Macapá/Bailique	01/00	Macapá/Bailique	01/00	00	02	00	01	00	00	00	00	00
Mazagão	01	Mazagão	00	00	01	00	01	00	00	00	00	00
Oiapoque	00	Amapá	00	00	00	00	01	00	00	00	00	00
Pedra Branca do Amaparí	00	Porto Grande	00	00	01	00	00	00	00	00	00	00
Porto Grande	01	Porto Grande	01	00	01	00	01	00	00	00	00	00
Pracuúba	00	Tartarugalzinho	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
Santana	01	Santana	00	00	01	00	01	00	00	00	00	00
Serra do Navio	00	Porto Grande	00	00	01	00	00	00	00	00	00	00
Tartarugalzinho	01	Tartarugalzinho	00	00	00	00	01	01	00	00	00	00
Vitória do Jari	00	Laranjal do Jari	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
TOTAL	10	-	02	00	12	01	10	02	00	00	00	00

• TABELA 08 - ESTRUTURA DO SERVIÇO VETERINÁRIO ESTADUAL:

	Unidade Central	Unidades Regionais	Unidades Veterinárias Locais	Escritórios de atendimento a comunidade	Laboratórios Estaduais Oficiais			Total
						Postos Fixos	Equipes Volantes	
Quantidade	1	8	10	17	0	1	0	
Distribuição dos Médicos Veterinários do serviço veterinário oficial								
Cargos de Direção	4	3			0			7
PNEFA	2	0	16		0			18
Epidemiologia	1	0			0			1
Inspeção	4	0	4		0			8
Outros setores	8	0	0	0		1	0	9
TOTAL	19	3	20	0	0	1	0	43
Auxiliares técnicos	0	1	8		0	1	0	10
Auxiliares Administrativos	0	3	3		0	0	0	6
Automóveis (4x2)	0	0	1		0	0	0	1
Picapes (4x4)	4	0	10		0	0	0	14
Embarcações	4	0	4		0	0	0	8
Motos	2	0	0		0	0	0	2
Vans e Trailers	2	0	0		0	0	0	2
Computadores	20	0	13		0	0	0	33
Telefones fixos	5	0	2		0	0	0	7
FAX	2	0	0		0	0	0	2
Aparelhos de GPS	3	0	0		0	0	0	3
Acesso a Internet	1	0	0		0	0	0	1
Kits de Atendimento Doenças Vesiculares	0	0	0		0	0	0	0

Fonte: DIAGRO/AP - SIFISA/AP

Recursos destinados a Convênios:

Desde 2006 DIAGRO e MAPA/SFA/AP vêm tentando celebrar convênio no sentido, dentre outros, da estruturação do órgão estadual de defesa agropecuária com implementação do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA). A Administração Estadual tornou-se adimplente, através de liminar judicial em 30 de dezembro de 2013, permitindo que a proposta então em análise fosse transformada em “pré-convênio” nº 798243/2013/MAPA/SFA-AP/DIAGRO. Conforme registrado no SICONV o “pré-convênio” apresenta um valor total de R\$ 2.015.262,44 dos quais, R\$ 182.581,99 como contrapartida (recursos do Estado) e R\$ 1.832.680,45 como recursos federais – MAPA.

Dessa forma, cria-se a expectativa de que no próximo exercício as campanhas de vacinação mantenham elevados índices vacinais; seja ampliada a participação da iniciativa privada no atendimento dos requisitos pré e pós vacinações e que a entidade estadual de defesa agropecuária esteja bem mais estruturada, possibilitando assim o reconhecimento de condições para um novo e superior status na classificação do Amapá em relação à febre aftosa.

QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Ação						
Código	012I					
Descrição	Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais - PCEANIMAL					
Iniciativa	Ação 8658 -Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais (PCEANIMAL)					
Unidade Responsável	Secretaria de Defesa Agropecuária (SDA)					
Unidade Orçamentária	Superintendência Federal de Agricultura no Amapá					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
(14)	(14)	(14)	(14)	(14)	(14)	(14)
13.727,50	1.413,73	1.413,73	1.413,73	0,00	0,00	1.413,73
(30)	(30)	(30)	(30)	(30)	(30)	(30)
6.000,00	897,68	897,68	897,68	0,00	0,00	897,68
(39)	(39)	(39)	(39)	(39)	(39)	(39)
8.272,50	00,00	00,00	00,00	0,00	00,00	00,00
28.000,00	2.311,41	2.311,41	2.311,41	00	00	2.311,41
335039 – STP Jurídica; 339014 – Diária; 339030 – Consumo;						

Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Propriedade atendida	Unidade	2.240	2.240	28.000,00	2.311,41
2	Supervisionar as ações de vigilância e erradicação das doenças dos animais, inclusive trânsito, executadas pela Unidade Central do órgão executor	Supervisão realizada	12	12		
3	Supervisionar as ações de vigilância e erradicação das doenças dos animais, inclusive trânsito, executadas pela EAC's do órgão executor	Unidade de atendimento supervisionada	12	12		
4	Supervisionar as ações de vigilância e erradicação das doenças dos animais, inclusive trânsito, executadas pelas UVL's do órgão executor	Unidade local supervisionada	12	12		
5	Supervisionar as ações da fiscalização do trânsito executadas pelos postos fixos de vigilância agropecuária e unidades volantes do órgão executor	Unidade supervisionada	1	1		
6	Supervisionar as ações da fiscalização do trânsito executadas pelo executor em aglomerações de animais	Supervisão realizada	Por demanda*	1		
7	Supervisionar as ações do órgão executor nas propriedades rurais para prevenção e erradicação das doenças dos animais	Propriedade supervisionada	12	12		
8	Supervisionar ações do órgão executor nas áreas de risco para enfermidades dos	Unidade supervisionada	12	12		

	animais (abrigos, lixões, etc)	a			
9	Supervisionar as ações do órgão executor no atendimento a suspeitas de enfermidades dos animais	Supervisão realizada	Por demanda*	0	
10	Atuar em focos confirmados de enfermidades dos animais	Foco Acompanhado	Por demanda*	0	
11	Supervisionar a realização de estudos soropidemiológicos para enfermidades dos animais	Supervisão realizada	Por demanda*	0	
12	Analisar, emitir pareceres e concluir os processos de habilitação de Médicos Veterinários para emissão de GTA e credenciamento para emissão de CIS-E	Processo analisado	Por demanda*	0	
13	Enviar o cadastro atualizado de médicos veterinários habilitados e credenciados para a CTQA	Cadastro enviado	1	1	
14	Supervisionar Médicos Veterinários Habilitados e credenciados junto a SFA	Supervisão realizada	4	4	
15	Analisar, emitir pareceres e concluir os processos de autorização para emissão de CZI	Processo analisado	Por demanda*	0	
16	Analisar, emitir pareceres e concluir os processos para emissão de GTAs, certificados sanitários e declarações sanitárias de origem	Processo analisado	Por demanda*	0	
17	Analisar, emitir pareceres e concluir os processos para autorização da importação	Processo analisado	Por demanda*	0	
18	Realizar treinamentos para médicos veterinários habilitados e credenciados	Treinamento realizado	0	0	
19	Atender as demandas da Ouvidoria/MAPA e outras denúncias relacionadas ao trânsito ou aos programas sanitários	Demanda atendida	Por demanda*	0	
20	Participar de reuniões técnicas (internas, com o executor estadual, com outras instituições ou iniciativa privada, inclusive videoconferências)	Reunião realizada	Por demanda*	6	
22	Verificar semanalmente a atualização dos informes semanais - SIVCONT	Verificação atualizada	48	48	
23	Analisar e enviar informes epidemiológicos mensais	Informes analisados e enviados	12	12	
24	Analisar, emitir pareceres e concluir os processos de habilitação de Médicos Veterinários para atuar no PNCEBT	Processo analisado	Por demanda*	0	
25	Supervisionar Médicos Veterinários Habilitados para atuar no PNCEBT	Supervisão realizada	3	3	
26	Analisar, emitir pareceres e concluir os processos de fiscalização de Médicos Veterinários para atuar no PNCEBT (irregularidades)	Processo analisado	Por demanda*	0	

27	Controlar a distribuição de insumos para diagnóstico da brucelose e tuberculose (caso a distribuição seja feita pela SFA)	Relatório emitido	12	12
28	Participar de reuniões técnicas (internas, com o executor estadual, com outras instituições ou iniciativa privada, inclusive videoconferências)	Reunião realizada	1	6
29	Participar de treinamentos relacionados ao PNCEBT	Treinamento realizado	Por demanda*	0
30	Ministrar palestras sobre Brucelose e Tuberculose	Palestra ministrada	1	0
31	Acompanhar focos de brucelose	Relatório e Notificações	Por demanda*	0
32	Acompanhar focos de tuberculose	Relatório e Notificações	Por demanda*	0
33	Fiscalizar alimentos para ruminantes na fiscalização ativa e passiva para prevenção da EEB	Propriedade fiscalizada	2	2
34	Encaminhar amostras de tronco encefálico para vigilância ativa da EEB	Amostra encaminhada	Por demanda*	0
35	Colher e processar amostras de alimentos para ruminantes em propriedades rurais (colheita do material para envio ou realização de feed-test)	Amostra colhida ou analisada	1	1
36	Analisar, emitir pareceres e concluir processos de indenizações	Processo analisado	Por demanda*	0
37	Sacrificar ou acompanhar o sacrifício de animais	Sacrifício ou acompanhamento realizado	Por demanda*	0
38	Participar de treinamentos relacionados ao PNCRH	Treinamento realizado	Por demanda*	0
39	Ministrar palestras sobre PNCRH	Palestra ministrada	1	1
40	Fiscalizar estabelecimentos avícolas de reprodução	Fiscalização realizada	0	0
41	Analisar e emitir pareceres em processos de registro de granjas avícolas	Processo analisado	Por demanda*	0
42	Certificar estabelecimentos avícolas de reprodução	Certificado emitido	Por demanda*	0
43	Sacrificar ou acompanhar o sacrifício de aves visando a prevenção e controle das doenças	Sacrifício ou acompanhamento realizado	Por demanda*	0
44	Participar de treinamentos relacionados ao PNSA	Treinamento realizado	Por demanda*	0
45	Ministrar palestras sobre sanidade avícola	Palestra ministrada	1	1
46	Receber e analisar os resultados dos exames laboratoriais para diagnóstico da AIE e Mormo dos laboratórios credenciados	Exame acompanhado	Por demanda	58

47	Analisar e emitir pareceres em processos de certificação e renovação da certificação de propriedades controladas para AIE	Processo analisado	0	0
48	Concluir os processos de certificação e renovação da certificação de propriedades controladas para AIE	Processo analisado	0	0
49	Participar de treinamentos relacionados ao PNSE	Treinamento realizado	Por demanda*	0
50	Ministrar palestras sobre sanidade dos equídeos	Palestra ministrada	1	1
51	Acompanhar focos de AIE	Relatório e Notificações	Por demanda*	0
52	Analisar, emitir pareceres e concluir processos de certificação ou renovação de certificação de granjas de reprodutores de suídeos	Processo analisado	0	0
53	Sacrificar ou acompanhar o sacrifício de animais visando à prevenção e controle das doenças	Sacrifício ou acompanhamento realizado	Por demanda*	0
54	Participar de treinamentos relacionados ao PNSS	Treinamento realizado	Por demanda*	0
55	Ministrar palestras sobre sanidade dos suínos	Palestra ministrada	1	0
56	Participar de treinamentos relacionados ao PNSCO	Treinamento realizado	Por demanda*	0
57	Ministrar palestras sobre sanidade dos caprinos e ovinos	Palestra ministrada	0	0
58	Participar de treinamentos relacionados ao PNSAp	Treinamento realizado	Por demanda*	0
59	Ministrar palestras sobre sanidade das abelhas	Palestra ministrada	0	0
60	Participar de treinamentos relacionados ao PNCR	Treinamento realizado	Por demanda*	0
61	Fiscalizar a execução de convênios	Fiscalização realizada	Por demanda	0
62	Emitir relatórios de acompanhamento	Relatório emitido	Por demanda	0
63	Analisar plano de trabalho de convênios e termos de cooperação técnica	Plano de trabalho analisado	1	1
64	Emitir parecer de viabilidade técnica em convênios e acordos de cooperação técnica	Viabilidade analisada	Por demanda*	1
65	Analisar a prestação de contas de convênios	Prestação de contas analisada	Por demanda	0
66	Participar de treinamentos em Convênios	Treinamento realizado	Por demanda*	0

Fonte: Siafi Gerencial/SIPLAN/SIFISA/AP

(*) Por demanda: Para evitar que algumas metas tivessem sua previsão subestimada ou superestimada optou-se por classificá-las nessa categoria

Ação 8658: Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais

Metas Físicas e Financeiras:

O Plano Operativo do Departamento de Saúde Animal - DSA, está contido no PPA para o período 2012/2015 aprovado pela Lei nº 12.593/2012, que estabeleceu as metas a serem executadas no ano de 2013, bem como o controle dos recursos financeiros utilizados para execução das mesmas. O Plano Operativo Anual - POA sugerido pelo Departamento de Saúde Animal ao Serviço de Saúde, Inspeção e Fiscalização Animal - SIFISA/DDA-AP, deu-se através do Sistema Integrado de Gerenciamento – SGI/POA/2013 que tem a manutenção da programação do plano operativo, como um dos grandes objetivos.

Pro outro lado, o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária – SUASA, coordenado pelo MAPA (instância central e superior), visa aperfeiçoar e modernizar os processos operacionais da defesa agropecuária para ampliar a abrangência dos seus serviços em todo o território nacional; dando mais visibilidade aos gestores integrantes da Saúde Animal, Divisões Técnicas e Superintendentes nos Estados e da comunidade em geral, sobre a programação e execução física e financeira em cada exercício.

Em 2013, a equipe que atuou na execução das atividades do PI Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais PECANIMAL, foi assim composta:

- um Fiscal Federal Agropecuário – Médico Veterinário FFA Francisco Canindé da Silva – responsável;
- um Médico Veterinário - José Dorceles Paiva Rabelo – Apoio Técnico e
- um Auxiliar Operacional de Serviços Diversos - Jose Eli Viana de Souza.

Análise Crítica

- Cumprimento das metas:

Análise sintética do cumprimento das metas, se possível, avaliando o impacto dos resultados alcançados na consecução dos objetivos de médio e longo prazo da UJ;

A Ação 8658 do quadro acima, descrita na Lei do PPA 2008/2011 – Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais têm com principal finalidade: Garantir a segurança zoonosológica nacional, visando agregar valor qualitativo aos animais, seus produtos e subprodutos, por meio da prevenção, controle e erradicação de enfermidades dos animais, de acordo com os parâmetros técnicos e sanitários recomendados pelos organismos internacionais. É uma ação de execução direta e descentralizada, a execução poderá ser descentralizada, por meio de convênios com órgãos públicos estaduais, com a iniciativa privada e demais entidades envolvidas com a defesa sanitária.

Inicialmente vamos iniciar a análise do resultado alcançado calculando os Índices de Eficácia, Eficiência e Efetividade da Ação 8572.

Usamos o INDICADOR: PROPRIEDADE ATENDIDADE apresentado no SIG/POA/2013.

Utilidade do Indicador: Medir a relação custo/benefício e o nível de atendimento das metas programadas.

Tipo: Eficácia, Eficiência e Efetividade

A) EFICIÊNCIA:

Custo Unitário Realizado (CUR) em 2013, resulta da relação entre o custo total realizado (CR) e a quantidade realizada (QR) da meta física:

$$\text{CUR}_{2013} = \text{CR}_{2013} : \text{QR}_{2013}$$

$$\text{CUR}_{2013} = \mathbf{2.311,41} : 2.240 = \text{R\$ } 1,03$$

Custo Unitário Programado (CUP) em 2013, em reais e custo total programado da ação CP/ (quantidade programada (QP) da meta física.

$$\text{CUP}_{2013} = \text{CP}_{2013} : \text{QP}_{2013}$$

$$\text{CUP}_{2013} = \mathbf{29.000} : 2.240 = \text{R\$ } 12,94$$

Variação % entre o custo unitário realizado (CUR) e programado (CUP) em 2013:

$$V(\%) = [(\text{CUR}_{2013} : \text{CUP}_{2013}) - 1] \cdot 100$$

$$V(\%) = [(1,03 : 12,94) - 1] \cdot 100 = - 93,00\%$$

B) EFICÁCIA

Variação Absoluta (VA) Entre a Quantidade Realizada de Unidades do Produto da Ação e a Meta Física Programada em 2013, em Quantidade da Meta Física.

$$\text{VA}_{2013} = \text{QR}_{2013} - \text{QP}_{2013}$$

$$\text{VA}_{2013} = 2.240 - 2.240 = 0$$

Variação relativa (VR) entre a quantidade realizada de unidades do produto da ação e a meta física programada para 2013, em percentagem:

$$\text{VR}_{2013} = [(\text{QR}_{2013} : \text{QP}_{2013}) \cdot 100\% =$$

$$(\text{QR}_{2013} : \text{QP}_{2013}) \cdot 100\% = (2.240 : 2.240) \cdot 100 = 100\%$$

C) EFETIVIDADE

Taxa de incidência das doenças:

Número de propriedades livres das doenças x 100

Total de propriedades com rebanho no Estado

Esse indicador não é possível de se calcular, porque as propriedades com bovídeos, equídeos, suídeos, caprinos, ovinos, aves, etc., não são certificadas como livre de nenhuma doença que afeta umas dessas espécies mencionadas.

Segundo informações do SIAF GERENCIAL, foi descentralizado para a SFA/AP o valor de R\$2.311,41, e pagos R\$ 1.413.73 onde tais valores foram gastos principalmente em diárias nas atividades de fiscalização e supervisões do SIFISA/AP. Também foram adquiridos combustíveis para deslocamentos de técnicos em serviço do SIFISA/AP.

No SIG/POA/2013 foi programado nacionalmente o produto “ propriedade atendida” o valor unitário de 307.692 propriedades. No Amapá temos 2.240 propriedades segundo censo DIAGRO/2013. Os valores de propriedade atendida são baseados em atendimentos que a DIAGRO/AP realiza (emissão de GTA, atendimento a suspeitas de doenças de notificação obrigatória, cadastramento/atualização de propriedades, fiscalização de trânsito, etc.).

Este ano a Lei nº 12.593, de 18/1/2012 trouxe profundas mudanças nos indicadores do PPA 2011/2012, na Ação 8658 – Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais (PCEANIMAL), o principal indicador da ação é “porcentagem de notificação de suspeitas de doenças atendidas no prazo legal (síndrome vesicular, hemorrágica dos suínos, respiratória e nervosa das aves)”. – SDA/MAPA, sendo a meta “ampliar dos 82% para 100% o número de atendimentos nos prazos legais das suspeitas de síndromes Vesicular, Hemorrágica dos Suínos, Respiratória e Nervosa das Aves”. Dando continuidade ao relatório, ainda não se pode calcular o número de Estabelecimentos Certificados como Livres ou Monitorados para Brucelose e Tuberculose Bovina e Bubalina, segundo o que estabelece o Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e da Tuberculose - PNCEBT, pois no Estado do Amapá não existem propriedades com tais certificados.

O Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose Animal foi implantado através da Instrução Normativa nº 06, de 08 de janeiro de 2004, que dentre os principais objetivos, visa baixar a prevalência e a incidência da brucelose e da tuberculose e certificação de propriedades. Essas ações ainda não foram implementadas pela DIAGRO/AP que precisa normatizar essas ações baseada na legislação federal, estabelecendo dentre outras atividades, a vacinação obrigatória de fêmeas bovinas e bubalinas de 03 a 08 meses contra brucelose. A SFA/AP mantém 03 médicos veterinários habilitados a fazerem exames de brucelose e tuberculose, que realizam esporadicamente de acordo com a demanda dos proprietários. Basicamente esses exames são feitos quando da aglomeração de animais em Expo-Feiras (Macapá, Amapá e Laranjal do Jarí). Em 2013 não houve registros de ocorrência da doença – nem de suspeitas da doença – no Amapá

O Programa Nacional de Sanidade Suídea - PNSA foi instituído através da Instrução Normativa nº47, de 18 de junho de 2004. Em 2013, não houve registro de ocorrência dessa doença no Estado do Amapá. Não são registradas granjas comerciais de suínos e nem abatedouros no Estado. A criação é extensiva e de subsistência.

Quanto a doença da vaca louca (encefalopatia espongiforme), não se conhece registro de sua ocorrência no Brasil, fato reconhecido pela Portaria SDA nº 516 de 09 de dezembro de 1997.

Dentre as diversas ações que a SFA/AP promove em conjunto com a DAIGRO/AP, destaca-se a fiscalização de graxarias e a fiscalização de propriedades onde se alimentam ruminantes com ração animal são as principais para se evitar que proprietários alimentem ruminantes com farinha de carne e osso, conforme disciplina a Instrução Normativa SDA nº 08, de 25 de março de 2004.

O Programa Nacional de Controle da Raiva dos Herbívoros foi implantado pela Portaria SDFPA nº168, de 27 de setembro de 2005. Da mesma forma, no Amapá não houve registros de ocorrência dessa doença. Porém, algumas ações precisam ser aplicadas pela DIAGRO/AP como o controle de morcegos hematófagos, e a obrigatoriedade da vacinação em áreas endêmicas.

O Programa Nacional de Sanidade Avícola foi implantado através da Portaria nº193, de 19 de setembro de 1994. Até a presente data o Estado do Amapá ainda não aderiu ao Programa conforme determina a Instrução Normativa SDA nº 17, de 07 de abril de 2006.

O Programa Nacional de Sanidade dos Equídeos foi implantado pela Instrução Normativa nº17, de 08 de maio de 2008. O Estado do Amapá é zona endêmica para Anemia Infecciosa Equina – AIE e o sacrifício dos animais soro positivos é obrigatório. Em 2013 não se registrou tal providência. As ações baseiam-se em fiscalizações de equídeos quando de aglomerações em Exposições e Feiras, informações conjunta com a SFA-AP/DIAGRO/AP.

Vale mostrar o relatório atual do COSALFA em relação às atividades de controle e erradicação de doenças animais que a DIAGRO está desenvolvendo:

TABELA 09 - CONTROLE DE TRANSITO FEITO PELA DIAGRO/AP

Destino	Dentro do Estado						Para fora do estado						Número de GTAs emitidas	Total
Finalidade	Abate	Engorda	Reprod	Leilão	Expos.	Outras	Abate	Engorda	Reprod	Leilão	Expos.	Outras		
BOVINOS E BUBALINOS	40.221	5.924	3.817	0	579	2.179	0	0	0	0	0	0	2.965	52.720
SUÍDEOS	14	285	47	0	17	19	0	0	0	0	0	0	15	382
OVINOS	0	13	10	0	17	15	0	0	0	0	0	0	9	55
CAPRINOS	0	0	0	0	10	10	0	0	0	0	0	0	2	20

Fonte: DIAGRO/AP - SIFISA/AP

Vale comentar a tabela acima, em relação ao egresso negativo de animais para outras unidades da federação, fato devido principalmente ao status de zona de alto risco para febre aftosa, em relação aos Estados vizinhos que já são MÉDIO RISCO e LIVRE COM VACINAÇÃO para febre aftosa

TABELA 10 - FISCALIZAÇÃO DO TRANSITO ANIMAL PELA DIAGRO/AP

UF	Número Operações de Fiscalização	Animais inspecionados				Veículos inspecionados	Boiadas inspecionadas	Equídeos
		Bovinos	Suínos	Ovinos	Caprinos			
Inspeções em Postos Fixos		7.339	190	13	0	20	0	87
Inspeções por Equipes Volantes*	0	0	0	0	0	0	0	0
Inspeções Volantes realizadas pelas UVLs	14	0	0	0	0	46	0	0

Fonte: DIAGRO/AP - SIFISA/AP

Abatedouros - Inspeção Estadual e Municipal

Tipo de serviço de inspeção	Total de estabelecimentos	Animais abatidos			Profissionais que atuam nos frigoríficos	
		nº de Bovinos abatidos	Nº de Suínos abatidos	Nº de Peq. Rumin. Abatidos	Veterinários	Auxiliares técnicos
Inspeção Estadual	2	33.469	0	0	4	6
Inspeção Municipal	0	0	0	0	0	0

Fonte: DIAGRO/AP - SIFISA/AP

Eventuais problemas de execução:

O SIFISA/AP atua através da delegação de competência para a execução dos referidos programas e/ou ações que são repassadas para a DIAGRO/AP.

As informações solicitadas pelo SIFISA/AP à DIAGRO/AP, tais como: relatórios, informes entre outros são enviados na maioria das vezes com atraso, em algumas oportunidades não são enviados; as atividades de vigilância, em boa parte das situações, não são executadas com precisão

Os principais problemas detectados na DIAGRO/AP segundo a mais recente auditoria estão relatados na parte destinada às análises do PI FEBREAFTOSA, quais sejam: Dentre outros as deficiências estruturais nas bases interiorizadas; a insuficiência de equipamentos; a falta de pessoal treinado e conhecedor da legislação sanitária animal; falhas de comunicação entre a central e as unidades locais; atrasos ou falta de envio de informações/relatórios; inexistência de kits para atendimento às emergências sanitárias; inexistência de sistema informatizado de cadastro de propriedades e de movimentação de animais; além da necessidade de reformulação da legislação sanitária do Estado.

QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Ação							
Código	0278						
Descrição	Inspeção e fiscalização dos produtos de origem animal.						
Iniciativa	Ação 8938 - Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal (INSPANIMAL) - Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal /DIPOA						
Unidade Responsável	Secretaria de Defesa Agropecuária / SDA						
Unidade Orçamentária	Superintendência Federal de Agricultura no Amapá						
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)							
Despesa	Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
339014	18.319,50	10.375,33	10.375,33	10.375,33	0,00		10.375,33
339030	12.178,50	6.249,27	6.249,27	748,66	0,00	5.500,61	748,66
339039	9.302,00	5.719,03	5.719,03	4.619,03	0,00	1.100,00	4.619,03
339036	1.593,00	1.593,00	1.593,00	1.593,00	00,00	00,00	1.593,00
339014 – Diária; 339030 – Consumo; 335039 – STP Jurídica; 339036 – Serviço de terceiros pessoa física							

Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Estabelecimento Inspeccionado	Estabelecimento	5	5	R\$ 39.800,00 Valor Total conforme ao SIG/POA/2014	R\$ 17.336,02 Valor Total conforme ao SIAFI para o Plano Interno INSPANIMAL 3.
1	Treinamentos-Reunião Técnica	Treinamento realizado	Por demanda	01		
2	Fiscalização	Fiscalização realizada	11	12		
3	Supervisão	Supervisão realizada	4	4		
4	Coleta de Amostras	Coleta realizada	4	4		
5	Apoio Técnico ao SIFISA	Apoio realizado	Por demanda	0		
6	Capacitação/Reunião Técnica	Reunião realizada	Por demanda	06		
7	Ações do SISBI/POA	Ação realizada	Por demanda	0		
8	Ações de Combate a Clandestinidade	Ação realizada	Por demanda	3		
9	Semana de substituição (férias, imprevistos, outros)	Substituição realizada	Por demanda	0		
10	Acompanhamento <i>in locu</i> de SIF	Acompanhamento realizado	Por demanda	1		
11	Ações do DIPOA	Ação realizada	Por demanda	2		
13	Vistoria de Terreno para implantação de indústria	Vistoria realizada	Por demanda	0		

Fonte: Siafi Gerencial/SIPLAN/SIFISA/AP

Metas Físicas e Financeiras - O Plano operativo enviado pelo Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal ao SIFISA/DDA/SFA-AP estabelece as metas a serem executadas durante o ano, bem como o controle dos recursos financeiros utilizados para execução de cada atividade, seja ela fiscalização, supervisão ou outras ações. . Com a extinção do Sistema Integrado de Planejamento – SIPLAN o Plano Operativo Anual-POA enviado pelo Departamento de Saúde Animal ao SIFISA/DDA-AP, deu-se através da implantação do Sistema Integrado de Gerenciamento – SGI/POA/2013, que tem o objetivo principal de manter programação do plano operativo - POA anual, e como objetivo macro reestruturar, implementar e coordenar o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária - SUASA e aperfeiçoar e modernizar os processos operacionais da defesa agropecuária para ampliar o alcance e a abrangência dos seus serviços em todo o território nacional

No Estado do Amapá estão registrados cinco Entrepostos de Pescados sob controle do Serviço de Inspeção Federal com produção média total de 3.700 toneladas de peixe por ano. Desses, três estão localizados no município de Santana/AP e dois no município de Calçoene/AP.

O SIFISA/AP fiscaliza, esses estabelecimentos, no mesmo deslocamento do Fiscal Federal Agropecuário ao respectivo município, visando melhor utilização dos recursos e da mão de obra.

Portanto, o orçamento previsto inicial fica sempre superior ao valor gasto porque o sistema calcula os gastos para cada atividade e não permite fazer esse tipo de observação. Em 2013, no SIFISA/AP foram designados responsáveis pelas atividades do PI INSPANIMAL, a Fiscal Federal Agropecuária-FFA/Médica Veterinária Wanderleia de Barros Gomes, auxiliada pelo Fiscal Federal Agropecuário Med. Vet. Claudio João Zorthea.

Análise Crítica

Cumprimento das metas:

Análise sintética do cumprimento das metas, se possível, avaliando o impacto dos resultados alcançados na consecução dos objetivos de médio e longo prazo da UJ.

A Ação 8938 do quadro acima, descrita na Lei do PPA 2012/2015 – Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal tem com principal finalidade: Garantir a segurança higiênico-sanitária e tecnológica, a identidade e qualidade dos produtos e subprodutos de origem animal. É uma ação de execução direta e visa de modo global:

A) Inspeção tecnológica e higiênico-sanitária nas indústrias que abatem animais ou recebem, produzem, manipulam e beneficiam matéria-prima de origem animal, envolvendo a inspeção ante - mortem e post-mortem dos animais de consumo humano; a fiscalização dos produtos industrializados subprodutos e derivados de modo geral decorrentes do abate; a fiscalização dos estabelecimentos das áreas de leite, pescado, ovos, mel, cera de abelha e outros produtos apícolas, coalhos, margarinas, produtos derivados e subprodutos de origem animal, comestíveis ou não comestíveis, adicionados ou não de produtos vegetais; bem como aqueles que armazenam, distribuem ou manipulem esses produtos, além da realização de rotinas operacionais com vistas à confirmação do atendimento às normas vigentes e aos acordos internacionais para manutenção do Brasil no mercado de exportação;

B) Fiscalização dos produtos acabados (industriais) e dos estabelecimentos comerciais que geram grandes quantitativos de apreensão de produtos adulterados ou de qualidade comprometida;

C) Estabelecimento de diretrizes básicas, normas e regulamentos para a garantia da qualidade dos produtos de origem animal, baseados nos princípios gerais do Sistema de Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle (APPCC) e seus pré-requisitos Bons Práticas de Fabricação (BPF) e Procedimentos-Padrão de Higiene Operacional (PPHO) e Sistema de Análise de Risco nos processos de produção, beneficiamento, armazenamento, transporte e processamento; inspeção, certificação, monitoramento, supervisões, auditorias e rastreamento do sistema; capacitação de recursos humanos (Fiscais, Auditores, Responsáveis Técnicos e demais agentes envolvidos na cadeia produtiva); supervisão e auditoria das atividades descentralizadas ou credenciadas;

D) Classificação e tipificação de produtos de origem animal destinados ao comércio interestadual ou internacional e certificação de produtos com qualidade diferenciada e descentralizada, em ações conjuntas com os serviços de defesa sanitária animal dos estados federativos e com os países fronteiriços.

Continuam as dificuldades na execução das metas em razão da falta de mão de obra especializada na SFA/AP. É patente a escassez de mão de obra para as atividades de inspeção de produtos de origem animal. Vale ressaltar que no ano de 2005, havia 03 (três) Fiscais Federais Agropecuários (FFA's), 01 (um) Agente de Atividades Agropecuárias e 03 (três) Agentes de Inspeção Industrial e Sanitária atuando no atual SIFISA/SFA/AP.

No decorrer desses anos, aposentadorias, remoções, transferências, fim dos contratos temporários e um afastamento por motivo de doença reduziram o quadro de pessoal atuante. Várias tentativas de reposição foram feitas com o Estado e com municípios, porém nenhum resultado positivo foi alcançado.

Análise do resultado alcançado calculando os Índices de Eficácia, Eficiência e Efetividade

Usamos o estabelecimento inspecionado apresentado no SIG/POA/2013, projeta uma quantidade de 3.700 estabelecimentos para todo o Brasil. No Amapá trabalharemos com a quantia de 05 estabelecimentos sifados

Utilidade do Indicador: Medir a relação custo/benefício e o nível de atendimento das metas programadas.

Tipo: Eficácia, Eficiência e Efetividade

A) EFICIÊNCIA:

Produtividade no Serviço na Fiscalização: N° Estabelecimentos Fiscalizados/N° Total de Fiscais envolvidos – IPF

$$\text{IPF} = 5/1 = 5$$

Custo da Fiscalização: Recurso Financeiro despendido/Nº Estabelecimento Fiscalizado – ICF

ICF = 17.336, 02/5 = R\$ 3.467,20/fiscalização. Porém cabe aqui uma observação: apesar de termos fiscalizado os 05 Estabelecimentos sifados, fizemos entre fiscalização e supervisão um total de 16 visitas nesses estabelecimentos; desta forma se dividirmos esse numero pela quantia de R\$ 3.467,20, temos o valor unitário de cada atividade de R\$ 216,70

B) EFICÁCIA

Estabelecimentos Fiscalizados: Nº Estabelecimentos Fiscalizados/Nº Estabelecimentos Registrados – IEF = IEF = 5/5 = 1 = 100%

C) EFETIVIDADE

Conformidade de Produtos: Nº de Amostras de Produtos em Conformidade/Nº Total de Análises Realizadas = ICP = 4/4 = 1 = 100%

QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Ação						
Código	Código 013F					
Descrição	Aperfeiçoamento e modernização dos processos de fiscalização de insumos pecuários.					
Iniciativa	Ação 2124 - Fiscalização de Insumos Destinados à Alimentação Animal (FISCINAN)					
Unidade Responsável	Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA/MAPA					
Unidade Orçamentária	Superintendência Federal de Agricultura no Amapá – SFA/AP (130100)					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação(SIG/POA/14)		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
(14) 3.186,0 0	(14) 2.832,61	(14) 2.832,61	(14) 2.832,61			(14) 2.832,61
(30) 1.814,0 0	(30) 1.411,90	(30) 661,96	(30) 661,96		(30) 749,94	(30) 661,96
5.000,0 0	4.244,51	3.494,57	3.494,57		749,94	3.494,57
339014 – Diária. 339030 – Material de consumo						

Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Fiscalização realizada	Unidade	157	141	R\$ 5.000,00	R\$ 3.494, 57
2	Atender denuncia irregularidade	Atendimento	Por demanda	1		
3	Coleta de amostra	Coleta	Por demanda e sorteio	0		

Fonte: Siafi Gerencial/SIPLAN/SIFISA/AP

Análise Crítica

Cumprimento das metas:

Segundo a Lei nº 12.593/2012, que criou o PPA 2012/2015, a ação 2124 - Fiscalização de Insumos Destinados à Alimentação Animal (DFIP/SDA) tem com principal finalidade: Assegurar a qualidade e a conformidade dos insumos destinados à alimentação animal. O trabalho envolve fiscalização das condições higiênico-sanitária dos estabelecimentos fabricantes, importadores, remisturadores, fracionadores e comerciantes de produtos destinados à alimentação animal; fiscalização da conformidade e inocuidade dos produtos destinados à alimentação animal; capacitação dos fiscais federais agropecuários em boas práticas de fabricação (BPF), APPCC, auditoria, tecnologia de fabricação de ração, relatoria de processo a implementação das BPF nos estabelecimentos; e a participação em reuniões, simpósios e congressos nacionais e internacionais. Com a extinção do Sistema Integrado de Planejamento – SIPLAN o Plano Operativo Anual-POA enviado pelo Departamento de Saúde Animal ao SIFISA/DDA-AP, deu-se através da implantação do Sistema Integrado de Gerenciamento – SGI/POA/2013, que tem o objetivo principal de manter programação do plano operativo - POA anual, e como objetivo macro reestruturar, implementar e coordenar o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária - SUASA e aperfeiçoar e modernizar os processos operacionais da defesa agropecuária para ampliar o alcance e a abrangência dos seus serviços em todo o território nacional

O PI - FISCINAM tem previsto apenas um produto descrito no SIG/POA/2013: FISCALIZAÇÃO REALIZADA

Os indicadores para a ação PI - FISCINAM foram criados objetivando, a princípio, a análise de três dimensões: eficiência, eficácia e efetividade.

A eficiência foi calculada para algumas atividades executadas, sendo definida como a relação entre os produtos gerados por uma atividade e o custo dos insumos empregados para tal, em um determinado período de tempo.

A eficácia também foi determinada para as atividades executadas, sendo considerada como o grau de alcance das metas programadas, em um determinado período de tempo, independentemente dos custos implicados, ou seja, a relação percentual entre o executado e o programado para cada atividade, conforme o cálculo abaixo:

Informamos a seguir, o resultado dos indicadores de desempenho obtidos para o ano de 2012 no exercício da fiscalização.

Utilidade do Indicador: Medir a relação custo/benefício e o nível de atendimento das metas programadas.

Tipo: Eficácia, Eficiência e Efetividade.

A) EFICIÊNCIA:

Produtividade no Serviço na Fiscalização: N° Estabelecimentos Fiscalizados/N° Total de Fiscais envolvidos – IPF

$$\text{IPF} = 141/1 = 141$$

Custo da Fiscalização: Recurso Financeiro despendido/N° Estabelecimento Fiscalizado – ICF

$$\text{ICF} = 3.494,57/141 = 24.78 \text{ Reais por fiscalização}$$

B) EFICACIA

Estabelecimentos Fiscalizados: N° Estabelecimentos Fiscalizados/N° Estabelecimentos Registrados – IEF

$$\text{IEF} = 141/141 = 1 = 100\%$$

C) EFETIVIDADE

Conformidade de Produtos: N° de Amostras de Produtos em Conformidade/N° Total de Análises Realizadas.

Não foi possível calcular a Efetividade, pois o SIFISA/AP não foi sorteado para coletar amostras, pois ainda não temos fabricas de rações e insumos agropecuários no Estado do Amapá. As fiscalizações são feitas em produtos acabados vindo de outras unidades da federação

As atividades do PI FISCINAN ainda são centralizadas no nível de SFA/AP e consiste basicamente em fiscalizações de fabrica de rações e insumos agropecuários. No Estado do Amapá ainda não existem implantadas fabricas de rações; a fiscalização se processa no comercio varejista de ração animal. As metas do PI - FISCINAN foram totalmente cumpridas no ano de 2013. As atividades são desenvolvidas pelo Fiscal Federal Claudio João Zorthea e 01 Auxiliar Agropecuária Jose Nascimento Pinto. Também não há disponibilidade exclusiva de veículos para as atividades. Foram fiscalizados 100% dos estabelecimentos comercializadores, enfatizando-se os de maior impacto no comércio de rações em razão de sua maior expressividade no Estado. O interesse dos produtores e comerciantes em garantir a qualidade de seus produtos foi fator de suma importância para o cumprimento das metas programadas. A Fiscalização ocorre

em comércio na cidade de Macapá e em outros municípios do Estado. Vale ressaltar que os recursos **R\$ 3.186,00** pagos, foram usados em pagamento de diárias para os técnicos realizarem as fiscalizações fora da área metropolitana. Todas as metas físicas foram atingidas.. As metas financeiras não foram atingidas, devido principalmente a cotização de recursos orçamentários e financeiros a nível central.

Eventuais problemas de execução:

Não liberação de recurso em quantidades solicitadas

Restos a pagar:

Não ficaram restos a pagar de acordo com as informações do setor responsável.

QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Ação						
Código	Código 013F					
Descrição	Aperfeiçoamento e modernização dos processos de fiscalização de insumos pecuários.					
Iniciativa	Ação 2140 - Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário (FISPROVET)					
Unidade Responsável	Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA/MAPA					
Unidade Orçamentária	Superintendência Federal de Agricultura no Amapá – SFA/AP (130100)					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
(14) 15.930,00	(14) 2.910,84	(14) 2.910,84	(14) 2.910,84			(14) 2.910,84
(30) 12.371,00	(30) 8.087,71	(30) 8.087,71	(30) 838,26		(30) 7.249,45	(30) 838,26
28.301,00	10.998,55	10.998,55	3.749,10		7.249,45	3.749,10
339014 – Diária. 339030 – Consumo						
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Fiscalização realizada	Unidade	60	60	R\$ 28.301,00	R\$ 3.749,10
2	Atender denuncia irregularidade	Atendimento	Por demanda	6		
3	Coleta de amostra	Coleta	Por demanda	0		

Fonte: Siafi Gerencial/SIPLAN/SIFISA/AP

Análise Crítica

Cumprimento das metas:

Ação 2140 do quadro acima, descrita na Lei do PPA 2012/2015 – Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário tem com principal finalidade: Assegurar a oferta de produtos de uso veterinário, em conformidade com as normas de sanidade, a fim de garantir aos criadores em geral níveis de segurança e qualidade compatíveis com as necessidades dos programas de sanidade animal e com os padrões e exigências internacionais. Com a extinção do Sistema Integrado de Planejamento – SIPLAN o Plano Operativo Anual-POA enviado pelo Departamento de Saúde Animal ao SIFISA/DDA-AP, deu-se através da implantação do Sistema Integrado de Gerenciamento – SGI/POA/2013, que tem o objetivo principal de manter programação do plano operativo - POA anual, e como objetivo macro reestruturar, implementar e coordenar o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária - SUASA e aperfeiçoar e modernizar os processos operacionais da defesa agropecuária para ampliar o alcance e a abrangência dos seus serviços em todo o território nacional

É uma ação de execução direta, realizada pelo Fiscal Federal Agropecuário João Claudio Zorthea e pelo Agente de Atividades Agropecuárias Jose do Nascimento Pinto, através de licenciamento de estabelecimentos produtores e comerciais e registro de produtos de uso veterinário para fins de licenciamento, capacitação de fiscais federais agropecuários em boas práticas de fabricação, auditoria, segurança, eficácia e estabilidade de produtos de uso veterinário. A fiscalização é feita de forma rotineira e se intensificou na etapa única de vacinação contra febre aftosa, onde estabelecimentos revendedores de vacinas contra a doença mencionada, eram fiscalizados semanalmente para averiguação das condições de armazenamento e manuseio dessas vacinas

Inicialmente vamos iniciar a análise do resultado alcançado calculando os Índices de Eficácia, Eficiência e Efetividade da Ação 2140. O PI - FISPROVET tem previsto no PPA, apenas um produto descrito no SIPLAN:

FISCALIZAÇÃO REALIZADA

a) Utilidade do Indicador: Medir a relação custo/benefício e o nível de atendimento das metas programadas.

b) Tipo: Eficácia, Eficiência e Efetividade

A) EFICIÊNCIA:

Produtividade no Serviço na Fiscalização: N° Estabelecimentos Fiscalizados/N° Total de Fiscais envolvidos – IPF

$$\text{IPF} = 60/1 = 60$$

Custo da Fiscalização: Recurso Financeiro despendido/Nº Estabelecimento Fiscalizado – ICF

$$\text{ICF} = 3.749,10/60 = \text{R\$ } 62,48/\text{fiscalização}$$

B) EFICÁCIA

Estabelecimentos Fiscalizados: Nº Estabelecimentos Fiscalizados/Nº Estabelecimentos Registrados – IEF

$$\text{IEF} = 60/60 = 1 = 100\%$$

C) EFETIVIDADE

Conformidade de Produtos: Nº de Amostras de Produtos em Conformidade/Nº Total de Análises Realizadas. Não foi possível calcular a Efetividade da ação, pois o SIFISA/AP não foi sorteado para coletar amostras, pois ainda não temos laboratórios produtores de medicamentos veterinários no Estado do Amapá. As fiscalizações são feitas em medicamentos veterinários vindo de outras unidades da federação.

No SIFISA/SFA-AP, a dotação orçamentária é mensal, descentralizada pelo Departamento de Fiscalização e Insumos Agropecuários – DFIP; as atividades de Fiscalização de Produtos Veterinários são desenvolvidas no SIFISA/AP por um técnico em Agropecuária e um Fiscal Federal Agropecuário – FFA.

As atividades do PI FISPROVET são baseadas no Decreto Lei nº 467/1969; Decreto nº5.053/2004, Instrução Normativa nº 13/2003 e Portaria Ministerial nº 301/1996; possuem o objetivo no Estado do Amapá, de garantir a qualidade dos produtos veterinários vendidos no comércio local. Vale ressaltar que ainda não existem indústrias de produtos veterinários no Estado, onde é a competência da SFA/AP, atuar na indústria. Importante frisar que dos R\$ 3.749,10 dotados a SFA/AP, R\$ 2.910,84 foram destinados para o pagamento de diárias de técnicos do SIFISA/AP em deslocamento fora da área metropolitana de Macapá, e o restante R\$ 838,26, usados para pagamento de combustível. Este ano os recursos empregados foram usados exclusivamente nas ações previstas pelo PI FISPROVET

Eventuais problemas de execução:

Não liberação de recurso para a aquisição de material permanente.

Restos a pagar:

Não ficou restos a pagar de acordo com informação do setor responsável.

QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Ação						
Código		Código 013F				
Descrição		Aperfeiçoamento e modernização dos processos de fiscalização de insumos pecuários.				
Iniciativa		Ação 2019 – Fiscalização de Material Genético Animal Departamento de Fiscalização de Insumos Pecuários				
Unidade Responsável		Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA/MAPA				
Unidade Orçamentária		Superintendência Federal de Agricultura no Amapá – SFA/AP (130100)				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
00	00	00	00	00	00	00
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Fiscalização realizada	Unidade	00	00	00	00

Fonte: Siasi Gerencial/SIPLAN/SIFISA/AP

Justificativa da Ação:

Apesar da Ação 2019 – Fiscalização de Material Genético Animal (Departamento de Fiscalização de Insumos Pecuários - DFIP/SDA) está descrita no POA 2012/2015 e SIG/POA/2013, não há atividades e nem descentralização de recursos orçamentários para o SIFISA/AP.

SERVIÇO DE SANIDADE, INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO VEGETAL – SIFISV

1. PROGRAMA DEFESA AGROPECUÁRIA – 2028

– Ação 005 - Erradicação da Mosca-da-Carambola – ERRADMOSCA

O Programa de Erradicação da Mosca da Carambola no Amapá teve sua execução sob a responsabilidade da Superintendência Federal de Agricultura no Amapá, dividindo esta responsabilidade com a Agência de Defesa e Inspeção Agropecuária – DIAGRO através do Termo de Cooperação Técnica n° 01/2010.

Objetivo Geral: Tem como proposta minimizar o risco da introdução e disseminação de pragas e doenças que afetam a produção agropecuária, atendendo as exigências de padrões fitossanitários dos mercados internos e externos.

1. PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

A operacionalização das ações do Programa de Erradicação da Mosca da Carambola no Estado do Amapá em 2013 ocorreu com a descentralização orçamentária em três PIs: ERRADMOSCA, PCEVEGETAL e INSUASA.

Essa dinâmica foi estabelecida pelo Departamento de Sanidade Vegetal – DSV/SDA, através da solicitação feita a CAO/SDA anteriormente, que considerando a transversalidade das ações (Mem° CAO/SDA n° 130/2009) de Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais concordou com o remanejamento de recursos do PI PCEVEGETAL. Como a dotação orçamentária do DSV para o exercício de 2013 sofreu contingenciamentos consideráveis, houve a necessidade de reforçar o aporte orçamentário do Programa a fim de serem viabilizadas a execução das metas físicas.

No espelho das ações do PI PCEVEGETAL foram programados recursos, cuja finalidade era a execução das metas do PI ERRADMOSCA, motivo pelo qual não foram lançadas as quantificações das metas físicas, as mesmas encontram-se inseridas no espelho das ações do PI ERRADMOSCA.

Já no PI INSUASA, não foram programados recursos, entretanto, o mesmo também foi direcionado para executar ações do PI ERADMOSCA, considerando o contingenciamento de recursos, que reduziu a disponibilidade orçamentária do PI PCEVEGETAL.

Os recursos dos PIs PCEGEVETAL e INSUASA foram utilizados para pagamento da empresa terceirizada que realiza as ações de combate (PCEVEGETAL) e na aquisição dos materiais, principalmente inseticidas, utilizados na mesma ação.

Identificação da Ação							
Código do Programa	2028 - Defesa Agropecuária						
Descrição	Reestruturar, implementar e coordenar o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária - SUASA e aperfeiçoar e modernizar os processos operacionais da defesa agropecuária para ampliar o alcance e a abrangência dos seus serviços em todo o território nacional.						
Ação	20ZW - Promoção da Defesa Agropecuária						
Plano Orçamentário	0005 - Erradicação da Mosca da Carambola						
Iniciativa	04BQ - Promoção da Defesa Agropecuária						
Unidade Responsável	Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA/MAPA						
Unidade Orçamentária	Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA/MAPA						
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)							
Despesa	Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
339014			63.324,56	63.324,56	0,00		63.324,56
339030	143.966,00	143.966,00	30.146,55	30.146,55	0,00		30.146,55
339036			12.478,50	12.478,50			12.478,50
339039			180.171,91	159.195,10	0,00	20.976,81	159.195,10
449052	50.000,00	50.000,00					
	193.966,00	193.966,00	266.121,52	265.144,71	0,00	20.976,81	265.144,71

Metas do Exercício Para a Ação

Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Monitoramento e Combate de pragas	N°	550.412	336.479	4.612.689,00	258.971,71
2	Supervisão de Rotas	N°	72	40	157.947,50	-
3	Reunião de Avaliação Técnica	N°	04	03	19.116,00	-
4	Capacitação Técnica	Treinamento	01	-	3.540,00	-
5	Implementação de ações de Educ. Sanitária	Palestras/Mobilização	108	187	2.863,20	6.173,00
					4.796.155,70	265.144,71

FONTE: POA SIFISV/2013 – SGI/POA

Identificação da Ação

Código do Programa	2028 - Defesa Agropecuária
Descrição	Prevenção e Erradicação das Pragas dos Vegetais - PCEVEGETAL
Ação	20ZW- Promoção da Defesa Agropecuária
Plano Orçamentário	0006 - Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais
Iniciativa	04BQ - Promoção da Defesa Agropecuária
Unidade Responsável	Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA/MAPA
Unidade Orçamentária	Superintendência Federal de Agricultura no Amapá – SFA/AP (130100)

Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)

Despesa	Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
339014	9.640,00	9.640,00	9.965,39	9.965,39	0,00		9.965,39
339030	10.960,00	10.960,00	229.696,65	142.878,03	0,00	86.818,62	133.878,75
339039	3.600,00	3.600,00	2.273.374,99	2.256.928,32	0,00	16.446,67	2.066.697,40
339033	5.800,00	5.800,00					
449052	30.000,00	30.000,00					
	60.000,00	60.000,00	2.513.037,03	2.409.771,74	0,00	103.265,29	2.210.541,54

Metas do Exercício Para a Ação

Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista (1)	Realizada (2)	Prevista	Realizada
1	Monitoramento e Combate de pragas	Nº			-	2.186.697,40
2	Supervisão de Rotas	Nº			-	14.034,75
3	Reunião de Avaliação Técnica	Nº			-	6.309,39
4	Capacitação Técnica	Treinamento			-	-
5	Implementação de ações de Educ. Sanitária	Palestras/Mobilização			-	3.500,00
						2.210.541,54

FONTE: POA SIFISV/2013 – SGI/POA

Identificação da Ação							
Código do Programa	2028 - Defesa Agropecuária						
Descrição	Reestruturar, implementar e coordenar o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária – INSUASA e aperfeiçoar e modernizar os processos operacionais da defesa agropecuária para ampliar o alcance e a abrangência dos seus serviços em todo o território nacional.						
Ação	20ZW – Promoção da Defesa Agropecuária						
Plano Orçamentário							
Iniciativa	04BQ- Promoção da Defesa Agropecuária e 04D4 - Fiscalização das Atividades Agropecuárias						
Unidade Responsável	Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA/MAPA						
Unidade Orçamentária	Superintendência Federal de Agricultura no Amapá – SFA/AP (130100)						
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)							
Despesa	Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
339014			8.992,07	8.992,07	0,00		8.992,07
339030			902.989,00		0,00	902.989,00	
339039			238.951,00	24.360,04	0,00	214.590,96	
			1.150.932,07	33.352,11	0,00	1.117.579,96	8.992,07

Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista (1)	Realizada (2)	Prevista	Realizada
1	Monitoramento e Combate de pragas	Nº	-	-	-	929.978,11
2	Supervisão de Rotas	Nº	-	-	-	2.121,00
3	Reunião de Avaliação Técnica	Nº	04	03	-	
4	Capacitação Técnica	Treinamento	-	-	-	
5	Implementação de ações de Educ. Sanitária	Palestras/Mobilização	-	-	-	4.242,00
						936.341,11

FONTE: POA SIFISV/2013 – SGI – PPA 2012-2015

CONSIDERAÇÕES GERAIS

Atualmente o Brasil é o terceiro maior produtor de frutas do mundo, com uma produção de 41 milhões de toneladas de frutas frescas, em constante evolução, sendo que a base agrícola abrange uma área de 2,1 milhões de hectares. O agronegócio da fruticultura está fundamentado em pequenas e médias propriedades e sua cadeia produtiva emprega mais de 5,4 milhões de pessoas representando 27% da mão de obra do agronegócio brasileiro. Para cada US\$ 10.000 dólares investidos há três empregos diretos e dois indiretos sendo que as exportações de frutas frescas em 2010 foi de 750 mil toneladas de frutas.

A mosca-da-carambola (*Bactrocera carambolae* Drew & Hancock) é considerada a principal barreira fitossanitária para as exportações do agronegócio da fruticultura, pois os principais compradores de frutas brasileiras, como a União Européia, os países asiáticos (entre eles, o Japão), os EUA e os países do MERCOSUL, estabelecem restrições à aquisição de produtos oriundos de países exportadores onde a praga ocorre.

Os prejuízos causados pela praga são os danos diretos nos frutos, a perda dos mercados de exportação e os custos elevados das ações de controle, tanto para o produtor como para o Governo Federal, na realização de monitoramentos e supervisões de controle.

O estudo da viabilidade econômica da erradicação da mosca-da-carambola da América do Sul, realizado pelo USDA (1995), indicou que os danos econômicos e ambientais que podem ser causados pela praga, no Brasil, estão estimados em US\$ 30,8 milhões no primeiro ano e US\$ 92,4 milhões no terceiro ano, caso a praga se disperse pelo território nacional. Os danos ambientais estão relacionados, ainda, aos possíveis ataques a plantas nativas da Floresta Amazônica, afetando a biodiversidade da região.

Segundo o USDA (1995), cada dólar investido na erradicação da praga gera benefícios marginais entre US\$ 65 a 88, reforçando o conceito de que a melhor e mais barata forma de controle é a prevenção. Nesse sentido, o Departamento de Sanidade Vegetal vem realizando grandes esforços para sua contenção na fronteira com a Guiana Francesa e apoiando efetivamente a sua erradicação do continente americano. Exemplo de sua importância para o país foi a publicação do Decreto nº 2.226/97.

A *Bactrocera carambolae* é uma praga de grande importância econômica para países produtores e exportadores de frutas. Seu potencial de danos diretos (ataque aos frutos) e indiretos (restrições quarentenárias dos países que não têm a praga quanto aos produtos hospedeiros daqueles que a têm) é muito grande. São estimadas perdas de cerca de US\$ 100 milhões anuais caso a praga se estenda para todo o país.

A base legal do Plano Nacional de Erradicação da Mosca da Carambola - PNEMC reside nas seguintes legislações: Regulamento de Defesa Sanitária Vegetal; Decreto n. 24.114/34; Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária/SUASA; Decreto n. 5741/2006; Decreto n. 2226/1997, em anexo, Instrução Normativa n. 52/2007; Instrução Normativa n. 05/2008; Acordo de Cooperação Técnica Brasil/França visando a realização do monitoramento bilateral (suspensão e em negociação com a França); Normas Internacionais de Medidas Fitossanitárias - NIMFs 02, 05, 08, 09 e 26. Legislações complementares que estabelecem a proibição do transporte e a comercialização de frutos hospedeiros da mosca-da-carambola dentro do Estado do Amapá e para todas as Unidades da Federação tais como: Portaria S.D.A nº 121/1997, Portaria SFA-RR nº 164/2010, Portaria SFA- Pará nº 119/2011, e Instrução Normativa 09/2011 que declara emergência fitossanitária no estado de Roraima e estabelece a implementação do plano de erradicação e supressão da mosca da carambola naquele estado.

O PNEMC tem como objetivo principal a manutenção das 24 unidades da federação consideradas com o status de “praga ausente” e a erradicação da praga do Estado do Amapá, onde a praga está presente, além de Roraima e Pará onde a praga esta sendo considerada presente, mas transiente, em vias de erradicação. As ações deste Programa nas 27 unidades da federação são realizadas conforme o risco de dispersão da praga, classificados como alto, médio, baixo risco, sendo que nos estados classificados como de alto risco são realizadas ações de monitoramento e educação sanitária, nos de médio e baixo risco são realizadas ações de monitoramento e capacitação dos técnicos da Agencias. Para que a a erradicação em determinada localidade possa ser declarada os monitoramentos realizados devem indicar 378 dias sem detecção da praga.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

- Garantir a segurança dos alimentos com custos competitivos, por meio da adequação do modelo de Defesa Agropecuária à dinâmica do setor e às regras internacionais;
- Aperfeiçoamento dos mecanismos de prevenção, erradicação e controle de pragas e doenças; e da ampliação dos instrumentos de fiscalização e auditoria dos processos de produção de alimentos;
- Desenvolver e ampliar ações de educação sanitária para produtores e consumidores;

Plano de Trabalho de Erradicação da Mosca-da-Carambola no Estado do Amapá-2013

No intuito de organizar as ações num contexto geográfico regional foram estabelecidos 04 (quatro) Planos de Trabalho: o Plano de Erradicação da Mosca da Carambola do Sul do Amapá; o Plano de Erradicação do Vale do Jarí; o Plano de Erradicação do Centro Norte do Amapá e o Plano de Contenção do Extremo Norte do Amapá. Os Planos de Trabalho estão atrelados a vigência do PLANO PLURIANUAL 2010-2015.

A área de execução dos planos abrange todo território Amapaense, contemplando os 16 municípios do Estado do Amapá nas ações de monitoramento e controle com frequência quinzenal e 45 (quarenta e cinco) dias respectivamente.

A Mosca-da-Carambola (MC) foi detectada no Brasil em 1996 no município de Oiapoque e no município de Santana em 2000. Época em que a praga se expandiu para diversas localidades da região Sul do Estado do Amapá.

A população da praga aumentou gradativamente, sendo encontrada em praticamente toda a área urbana de Macapá e Santana, ocasionando focos com alta prevalência.

Em 2013 foram combatidos focos em Macapá, Santana, Mazagão, Ferreira Gomes, Oiapoque, Calçoene, Pracuúba, Pedra Branca, Serra do Navio, Cutias, Porto Grande, Amapá, Itaubal do Piririm, Cutias do Aragarí, Vitória do Jarí e Laranjal do Jarí.

Tecnicamente, considera-se foco a **detecção de “uma espécime” de *Bactrocera Carambolae*** na área monitorada; condição que resulta na implementação imediata de um plano emergencial, em tempo máximo de até 48 horas.

Dada as características do Estado do Amapá que apresenta movimentações diárias de tráfego de barcos do Porto de Santana para o baixo e médio Amazonas e Belém, e os vôos diários de Macapá para outras unidades da federação; a presença da praga nesta região apresenta risco constante de estabelecimento em outras regiões do Brasil. A SFA/AP monitora mensalmente os seus dezesseis municípios.

Objetivo

O objetivo do Plano é estabelecer as ações necessárias para a erradicação e controle populacional da Mosca-da-Carambola, em todos os municípios do Amapá, utilizando o conceito internacional de controle em área ampla.

Infra-Estrutura do Plano em 2013

1- Recursos Humanos.

RECURSOS HUMANOS	QUANTIDADE
Fiscais Federais Agropecuários do SIFISV/AP.	03
Agentes de Atividades Agropecuárias- SIFISV/AP.	02
Servidores da SFA/AP - administrativos e motoristas.	10
Auxiliares de campo (Contratadas por empresas terceirizadas para as atividades de campo).	72
Servidores da DIAGRO/AP Termo de Cooperação Técnica.	15
TOTAL	102

Fonte: SIFISV/SFA/AP 2013

Veículos e Materiais

O Plano dispõe de uma frota de vinte e oito veículos tipo pick-up, assim como materiais necessários para ações de monitoramento e controle (torula, metil-eugenol, armadilhas Jackson e McPhail, proteína hidrolisada, malathion, sacos plásticos, arames e outros). Do total de veículos que atendem o Programa, 15 (quinze), foram cedidos à DIAGRO com base no Termo de Cooperação Técnica; 11 (onze) executam ações nas rotas e 02 (dois) ficam a disposição das ações de supervisão.

Em 2012, o programa era executado com 32 (trinta e duas) equipes de campo, em 2013 essas equipes tiveram que ser readequadas, considerando a saída de alguns líderes, tanto da DIAGRO como da SFA/AP. Desta forma, o programa foi reorganizado em 26 (vinte e seis) equipes executando 38 rotas, sendo cada equipe constituídas por 2 combatentes e 1 coordenador, atuando em uma área pré-estabelecida denominada de rota. A abrangência da área monitorada e combatida não sofreu alteração, entretanto, algumas rotas foram incorporadas a outras, tornando a amplitude e o trabalho mais intenso em algumas áreas.

Envolvimento Institucional e Definições de Responsabilidades:

Coordenação Geral de Proteção de Plantas - CGPP/MAPA: Coordenação do Programa Nacional de Erradicação da Mosca-da-Carambola, representada pela Fiscal Federal Agropecuária **Maria Julia Signoretti Godoy**. Tem a responsabilidade de coordenar todas as ações de planejamento, supervisão e avaliação do plano e interceder junto ao DSV no intuito de disponibilizar os recursos orçamentários e financeiros necessários a execução do Programa.

• **Superintendência Federal de Agricultura no Amapá - SFA/AP:** Representada pelo Superintendente Petrus Pahulus Cavalcante Ramos / Marciane Costa do Espírito Santo e pela Fiscal Federal Agropecuária Líliam Pastana Monteiro - Chefe do Serviço de Sanidade, Inspeção e Fiscalização Vegetal - **SIFISV/SFA/AP**; pelo Fiscal Federal Agropecuário Rubilar da Rocha Portal; Carlos Alberto Pereira de Carvalho – Fiscal Federal Agropecuário – Responsável Técnico pelo PI – Erradmosca; pelo Agente de Atividades Agropecuárias José Mac-Dowell Pires Filho – Coordenador de Campo do Programa Erradmosca e as servidoras Maria Eliana Costa Queiroz, Jacirene Ferreira Maia e Luzia da Silva Picanço, responsáveis pelas atividades do Núcleo de Educação Sanitária.

A SFA/AP é responsável pela coordenação local e execução das ações de monitoramento e controle (combate) preconizadas no Plano, além de disponibilizar estrutura gerencial e física como: depósitos, materiais e serviços de terceiros; apoio administrativo e logístico; alocação de recursos humanos do MAPA e terceirizados.

É de responsabilidade do SIFISV/AP a obtenção, sistematização e disponibilização de dados e outras informações para o Departamento de Sanidade Vegetal em Brasília.

• **Agência de Defesa e Inspeção Agropecuária do Estado do Amapá - DIAGRO-** Representada pelo Diretor Presidente Marco Antônio Silva de Sousa, pelo Engenheiro Agrônomo Charles Ferreira Brito, Coordenador Estadual do PNEMC/DIAGRO, que disponibilizou recursos humanos (Engº Agrônomos e Técnicos Agrícolas) para compor as equipes de campo que atuam nos municípios de Macapá, Santana, Itaubal do Píririm, Cutias do Aragarú e Distrito do Pacuí, Laranjal do Jarí e Vitória do Jarí, Ferreira Gomes, Porto Grande, Pedra Branca do Amapari e Serra do Navio, com ênfase no Termo de Cooperação Técnica firmado entre a Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará – ADEPARA, a DIAGRO e a SFA/AP em 2010.

• **Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará - ADEPARA:** Representada pelos Engº. Agrônomo Leonardo Magno Marques Moraes, Técnico da Defesa e Inspeção Agropecuária.

Disponibilizou recursos humanos para compor as equipes de campo que atuam na fronteira Amapá/Pará na execução do Plano de Erradicação do Vale do Jarí.

PRINCIPAIS ENTRAVES

O Programa ERRADMOSCA por apresentar uma modalidade de execução diferenciada das demais ações de fiscalização, apresenta grande interferência de diversas ordens que afetam diretamente a execução das ações.

O Programa requer atividades diárias e ininterruptas, haja vista que o comportamento da biologia da praga é dinâmico, apresentando características reprodutivas de ordem geométrica. Sob este foco, vale ressaltar que uma só fêmea é capaz de ovopositar 1.200 ovos, durante o seu ciclo de vida, multiplicando-se vertiginosamente em curto período de tempo. Tal comportamento requer o emprego de ações eficientes e uma logística capaz de suplantar esta problemática.

Dentre as principais dificuldades para a execução do Programa podemos citar:

• O descumprimento pela DIAGRO das Portarias nº 21/2009- SDA/MAPA, nº 26/2001-SFA/AP e do Decreto Presidencial nº 2.226/1997 que proíbem o transporte e a comercialização de frutos hospedeiros da

Mosca da Carambola, dentro do Estado do Amapá e para todas as unidades da Federação associado a não implementação das barreiras de fiscalização na localidades de Maracá, Porto de Santana e Fortaleza.

A deficiência de recursos humanos com formação técnica para executar o programa ainda é um problema não superado. Até a presente data o quantitativo de pessoal, em sua maioria, não apresenta qualificação adequada para execução das atividades, além de encontrarem-se na condição de desvio de função. O SIFISV, encaminhou documentos à Coordenação Nacional do Programa e ao DSV apontando esses desvios, mas, não houveram avanços nesse sentido. Adicionalmente, a DIAGRO dispõe também de um quadro reduzido de pessoal; por ocasião das férias ou afastamento por outros motivos, não há como repor esta ausência, esta condição, frequentemente, promove a descontinuidade das ações, contribuindo para que o índice populacional da praga não sofra redução e em alguns casos aumente.

O Plano do Centro Norte do Amapá é todo executado por servidores da DIAGRO. Em novembro/2013 as ações do Programa deixaram de ser executadas nos municípios de Itaúbal do Píririm, Cutias do Araguaí, Distrito de São Joaquim do Pacuí, Pedra Branca do Amaparí, Serra do Navio e Mazagão. Os técnicos envolvidos nas ações foram redirecionados para executarem as atividades de vacinação – meta do Programa FEBREAF-TOSA executado pela DIAGRO e coordenado pelo SIFISA/SFA/AP. O SIFISV/AP no intuito de minimizar os efeitos negativos dessa medida, oficializou que a medida traria prejuízos ao programa e solicitou a permanência dos respectivos responsáveis, entretanto, a direção da DIAGRO informou que não teria como atender a solicitação, considerando a prioridade do órgão de defesa agropecuários, em assuntos de defesa agropecuária animal (combate a aftosa).

A frota de veículos a cada ano vem sofrendo com as depreciações. A maioria dos veículos foram adquiridos em 2005 e 2008 estando uma boa parte em processo de sucateamento, haja vista às condições adversas encontradas na região, portanto sofrem paralisações freqüentes para a realização de reparos mecânicos. Regularmente as ações dos Planos do Centro Sul e Extremo Norte do Amapá, mais especificamente as dos municípios de Pracuúba, Tartarugalzinho, Amapá e Calçoene deixam de ser executadas com a freqüência necessária ou com a devida abrangência, quer seja pela falta de pessoal, quer seja por problemas mecânicos nos veículo, que impossibilitam o acesso em locais com maiores dificuldades.

As atividades no município de Oiapoque, continuam sendo realizadas somente na área urbana, ficando as demais áreas sem cobertura ou, sendo realizadas esporadicamente, ou seja, por ocasião do deslocamento de uma equipe de Macapá.

A eficiência de alguns setores administrativos da SFA/AP ainda não respondem às demandas da área finalística. O SAG/SFA/AP não consegue apresentar em tempo hábil as cotações de preços, na modalidade de cotação eletrônica para viabilizar as aquisições dos materiais necessários de uso específico das atividades do Programa ERRADMOSCA. Em 2013 deixamos de viabilizar o transporte de um Escaner e uma esteira elétrica cedidos do Aeroporto de Guarulhos/SP para otimizar a fiscalização do trânsito de frutos, realizada pela DIAGRO no aeroporto de Macapá. Além disto, deixamos de efetuar o corte de lâminas, em blocos a serem utilizados no combate da praga em função do SAG apresentar dificuldades em operar o SIASG.

O fornecimento de combustível sofreu restrições a partir de junho de 2013, comprometendo substancialmente as atividades nos meses de julho até o dia 20/08/13. Tal fato foi ocasionado pela inabilidade do pregoeiro, que por ocasião do pregão eletrônico não teve o conhecimento necessário para a condução do mesmo, ocasionando o seu cancelamento, assim o procedimento teve que ser refeito, devido à nova sistemática implantada, que exigia a previsão do lançamento das despesas em dois elementos de despesas e não em um como foi erroneamente executado. Tal procedimento, obedecidos os prazos legais, afetou as ações de monitoramento e combate do Programa ERRADMOSCA. Vale ressaltar, que a implantação do novo sistema de abastecimento, por meio de ticket, em muito contribuiu para o controle do consumo de combustíveis, após sua implantação, reduzindo drasticamente a probabilidade de desvios e consequentemente melhorando os controles.

Na programação de ação de combate estava prevista a aplicação de 488.300 blocos na modalidade Técnica de Aniquilamento de Macho - (MAT), sendo aplicados apenas 335.567 blocos, o que corresponde a 68,72% do programado. Vários fatores contribuíram para o não cumprimento desta meta, dentre os quais podemos citar: a deficiência de pessoal para reposição, descontinuidade no fornecimento de combustível, atraso na aquisição de materiais (arame e inseticida), decorrente do retardo na apresentação das cotações, associado também ao atraso da descentralização orçamentária para efetivar a aquisição dos materiais.

Insuficiência de pessoal técnico em agropecuária para coordenar as equipes de controle nas 20 rotas (áreas) de Macapá e Santana, o que nos leva a lançar mão de servidores administrativos, que evidenciam desvio de função desde o início do Programa.

O contingenciamento de recursos afetou consideravelmente a descentralização orçamentária em 2013, gerando atrasos na aquisição de pneus e outros materiais de consumo, que por sua vez chegaram a afetar a execução das ações nos meses de abril e maio

Resultados Alcançados

Os Monitoramentos da Mosca da Carambola no Estado do Amapá apresentaram os seguintes resultados:

MOSCAS CAPTURADAS EM ARMADILHAS NOS MUNICÍPIOS - 2013

MUNICÍPIOS	CAPTURA	PERCENTUAL
MACAPÁ	70.532	43,48
PORTO GRANDE	32.302	19,91
SANTANA	7.657	4,72
OIAPOQUE	18.206	11,22
CALÇOENE	3.669	2,26
ITAUBAL	3.419	2,12
CUTIAS DO ARAGUARI	2.290	1,41

TARTARUGALZINHO	2.761	1,70
FERREIRA GOMES	8.892	5,48
MAZAGÃO	2.986	1,85
PEDRA BRANCA	5.351	3,30
AMAPÁ	31	0,02
SERRA DO NAVIO	3.798	2,34
PRACUÚBA	296	0,18
LARANJAL DO JARÍ	17	0,01
VITÓRIA DO JARÍ	2	0,001
TOTAL	162.209	100%

Fonte: SIFISV-SFA/AP-2013

A ação de monitoramento da Mosca da Carambola é realizado em todos os municípios do Estado, através de armadilhas de captura. São usados dois tipos de armadilhas: As Jackson, que capturam mosca com atrativos sexuais e as Mac-Phail que capturam com atrativos alimentares. As armadilhas estão assim distribuídas no Estado:

ACÇÕES DE MONITORAMENTO - ARMADILHAS INSTALADAS - 2013

MUNICÍPIOS	Nº DE ARMADILHAS	PERCENTUAL POR MUNICÍPIO INSTALADAS
MACAPÁ	1.142	44,78
SANTANA	388	15,21
PORTO GRANDE	116	4,55
CALÇOENE	89	3,49
OIAPOQUE	100	3,92
FERREIRA GOMES	106	4,15
MAZAGÃO	156	6,11
PEDRA BRANCA	40	1,56
TARTARUGALZINHO	64	2,50
ITAUBAL	38	1,49
CUTIAS DO ARAGUARÍ	23	0,90
SERRA DO NAVIO	24	0,94
AMAPÁ	33	1,29
PRACUÚBA	15	0,58
LARANJAL DO JARÍ	185	7,25
VITÓRIA DO JARÍ	31	1,21

TOTAL	2.550	100
--------------	--------------	------------

Fonte:SIFISV-SFA/AP-2013

As ações de controle da mosca da carambola no estado do Amapá em 2013 consistiram na coleta e destruição de 64.087 kg de frutos hospedeiros da praga, erradicação de 63 caramboleiras, distribuição de 335.567 iscas tóxicas (blocos) e a pulverização de 2.568.373 plantas hospedeiras. O quadro abaixo mostra a realização do combate por município:

5.3 – AÇÕES DE CONTROLE – RESULTADOS – 2013

MUNICÍPIOS	FRUTOS COLETADOS Kg	HOSPEDEIRO ERRADICADO	BLOCOS DISTRIBUIDOS MAT	PLANTAS PULVERIZADAS
				ISCAS TOXICAS
MACAPÁ	32.905	46	134.811	1.314.966
SANTANA	12.234	-	57.756	231.477
PORTO GRANDE	1.996	0	7.400	132.400
CALÇOENE	1.647	2	9.150	56.974
OIAPOQUE	3.030	5	45.042	99.785
FERREIRA GOMES	6.668	0	12.002	105.317
MAZAGÃO	299	22	11.300	106.055
PEDRA BRANCA	250	0	2.730	38.521
TARTARUGALZINHO	1.413	0	7.640	33.510
ITAUBAL	790	5	2.786	43.250
CUTIAS	980	4	2.820	40.408
SERRA DO NAVIO	0	1	2.650	35.957
AMAPÁ	75	0	2.200	33.523
PRACUÚBA	60	0	2.060	900
LARANJAL DO JARÍ	1.575	0	33.320	258.059
VITÓRIA DO JARÍ	0	0	900	18.431
TOTAL	63.332	206	332.177	2.513.708

Fonte:SIFISV-SFA/AP-2013`

ANÁLISE DE DESEMPENHO

Desempenho Operacional

Em 2013, a SFA/AP, através do SIFISV em parceria com a DIAGRO, implementou ações de monitoramento e combate a praga Mosca da Carambola nos 16 municípios do Estado do Amapá. Os maiores índices de ocorrência da praga foram registrados nos municípios de: Macapá com 43,48%, Porto Grande com 19,91 %, seguido de Oiapoque com 11,22 % e Ferreira Gomes com 5,48%

A meta para 2013 preveu a ocorrência da praga em 14 municípios, entretanto, houve incidência nos 16 municípios do estado. Tais resultados apontam que a estrutura física e de recursos humanos do programa, sofreu desgastes ao longo dos anos sem qualquer readequação. Além disto, a estrutura administrativa da SFA/AP apresenta-se corroída por conceitos e práticas obsoletas devido ao engessamento do serviço público, incapazes de dinamizar e atender com a celeridade requerida as demandas das áreas finalísticas.

Quando avaliamos o perfil da equipe que compõe o Programa é perceptivo o grau de desmotivação dos líderes de rotas tanto da SFA/AP, quanto da DIAGRO, como relatado anteriormente muitos estão em desvio de função e não apresentam perfil para coordenar as ações em suas respectivas rotas. Não há disponibilidade de servidores em quantitativo suficiente para orientar, acompanhar e supervisionar as ações de campo; um único servidor assume as responsabilidades de planejar, avaliar e viabilizar toda logística necessária para a execução das atividades em campo, havendo inclusive que executar ações diretas de monitoramento e combate nos municípios do norte e sul do estado, mais especificamente Vitória do Jarí e Laranjal do Jarí.

Freqüentemente alguns servidores são deslocados de suas rotas em Macapá e Santana e direcionados para atuarem nos municípios do norte do estado, numa periodicidade quinzenal. Tais redirecionamentos colaboram para o crescimento populacional da praga, visto que no período de uma semana são mantidas somente as atividades de pulverizações, realizadas pelos combatentes da empresa terceirizada.

A SFA/AP não tem como repor a ausência de servidores por ocasião de seu período de férias, afastamento por motivos de saúde ou outros, idêntica condição também ocorre com a DIAGRO.

Ocorreram paralisações motivadas pelo atraso na regularização do seguro obrigatório dos veículos e na interrupção no fornecimento de combustível, esta última chegando a paralisar as atividades em mais de 70 % das rotas pelo período de um mês contínuo e 25 dias em condição descontínua; para ambas as situações houve previsão orçamentária do SIFISV e ainda assim o programa foi diretamente afetado com esta descontinuidade.

Acreditamos que a ocorrência da praga nos municípios de Vitória do Jarí e Laranjal do Jarí é decorrente do trânsito de frutos de Macapá e Santana através dos transportes rodoviários e fluviais, bem como pela inexistência das barreiras de fiscalização de responsabilidade da DIAGRO. A SFA através do SIFISV apontou formalmente esta deficiência, entretanto, a agência em todos os momentos alegou indisponibilidade financeira e de recursos humanos para implementar essas demandas.

Outro aspecto extremamente importante para o bom êxito do programa é a condição de desgaste da frota veículos, que a cada ano sofre com as depreciações e interferem na otimização e atendimento das metas programadas, vez que é muito comum a interrupção das atividades motivada por problemas mecânicos ocorridos nos veículos. Como a maioria dos veículos são oriundos de 2005 e 2008, há de se considerar que nas condições de estrada sem pavimentação, os mesmos não respondem com o desempenho desejado, chegando inclusive a comprometer a execução parcial das ações realizadas no norte do estado.

Embora seja necessário renovar a frota dos veículos empregados no programa, o MAPA apresenta-se impossibilitado de fazer novas aquisições.

O serviço de Inspeção e Fiscalização Animal – SIFISA encontra-se executando suas ações com veículos adquiridos pelo Programa ERRADMOSCA, além disto, veículos de cabines dupla, comumente utilizados nos deslocamentos intermunicipais, atendem as necessidades do Gabinete, do Setor de Transporte, etc, além das áreas de Fiscalização e Inspeção Vegetal cujos veículos foram alienados sem qualquer reposição. A cessão desses veículos para outros serviços vem comprometendo quantitativamente, ao longos dos anos o atendimento das metas.

Um ponto relevante que já vinha sendo discutido a tempo com a Empresa de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA era a necessidade de serem realizadas pesquisas locais para avaliar o emprego de inseticidas mais eficientes no combate à praga. Em 2013 foram elaborados projetos de pesquisa com vistas a alocar recursos e a aprovação dos mesmos. No final de 2013 foi sinalizado aporte de recursos para execução dos projetos abordando os seguintes aspectos:

- Levantamento de Hospedeiros da Mosca da Carambola;
- Eficiência do uso de parasitóides no controle da Mosca da Carambola;
- Impacto econômico-social do programa;
- Avaliação da eficiência de produtos utilizadas nas ações de combate à MC;
- Definição da biologia da espécie nas condições locais;
- Variação genética da praga em relação as espécies de origem (Àsia)

Essas linhas de pesquisa estão previstas para serem iniciadas em 2014. Seus resultados serão de grande valia e subsidiarão avaliações e readequações no programa.

Em síntese, é notório afirmarmos que o Programa de Erradicação da Mosca da Carambola sofre interferência de diversas ordens que afetam diretamente o atingimento das metas e o bom desempenho do mesmo. É imperativo que a coordenação nacional, juntamente com o SIFISV/SFA/AP avaliem criteriosamente o andamento das ações e proponham uma nova modalidade de execução, na tentativa de minimizar os gargalos atuais existentes. No que pese esse novo modelo, o SIFISV já vem trabalhando uma nova proposta de atuação visando corrigir as distorções dos desvios de função, do desgaste dos veículos e da melhoria da infraestrutura física para acondicionamento de materiais de uso no programa.

Adicionalmente a esta remodelação é imprescindível ainda que a SFA/AP estude e readeque o funcionamento de sua área administrativa, pois sem uma gestão administrativa moderna, capacitada e eficiente, não há como viabilizarmos os avanços necessários requeridos pelo programa.

INDICADOR DE DESEMPENHO:

O indicador de desempenho para a Ação Erradicação da Mosca da Carambola é incidência de praga por município. O índice previsto para esta ação foi a incidência em 14 municípios durante o ano de 2013. Ao final do período foi constatada ocorrência da praga em todos os municípios do estado, considerando que a estrutura operacional tanto da SFA/AP quanto da Agência de Defesa do Estado, não foi satisfatória, promovendo a descontinuidade nas ações em alguns períodos do ano, os resultados previstos não foram alcançados.

Incidência da Praga por Município Controlado (IPMC) = N° previsto de Municípios Controlados com Incidência da Praga/ N° constatado de municípios controlados com a incidência da praga. $IPMC = 14/16 = 87,50 \%$.

EFICÁCIA

Variação Absoluta (VA) entre a quantidade realizada de unidades do produto da ação e a meta física programada, em Quantidade da Meta Física que no caso do estado do Amapá, considera-se toda a área geográfica:

$$\begin{aligned} \text{VA 2013} &= \text{QR 2013} - \text{QP2013} \\ \text{VA 2013} &= 14.281.458 - 14.281.458 = 0 \end{aligned}$$

Varição Relativa (VR) entre a quantidade realizada de unidades do produto da ação e a meta física programada para 2013, estabelecida em percentagem:

$$\begin{aligned} \text{VR 2013} &= [(\text{QR 2013} : \text{QP 2013})] \cdot 100 \\ \text{VR 2013} &= 14.281.458 - 14.281.458 \cdot 100 = 100\% \end{aligned}$$

AÇÕES DE EDUCAÇÃO SANITÁRIA EM DEFESA AGROPECUÁRIA – INFORMAÇÕES ADICIONAIS

O Plano Nacional de Erradicação da Mosca da Carambola “*Bactrocera carambolae*” se utiliza das ações de Educação Sanitária em Defesa Agropecuária objetivando contribuir com o nível de esclarecimento da população local visando evitar o trânsito de frutos infestados e conseqüentemente a dispersão da praga para outros estados brasileiros. Tem como base o regulamento de Defesa Vegetal – Decreto nº 24.114/1934, no Decreto nº 2.226/1998, na Portaria MAPA nº 21/1999, na IN MAPA nº 52/2007 e nº 41/2008 e IN nº 28/2008.

A coordenação do Programa de educação Sanitária em defesa Agropecuária é de responsabilidade da Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA/MAPA e objetiva a promoção de Cursos de formação de Agentes Multiplicadores em Educação Sanitária com ênfase ao programa de erradicação da Mosca da Carambola; contempla profissionais das instâncias do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária, para atuarem junto ao público-alvo quanto às orientações e procedimentos fitossanitários básicos relacionados a temas específicos da Defesa Agropecuária.

A expectativa é que os multiplicadores capacitados atuem como vigilantes fitossanitários, além de se engajarem de forma a influenciar a comunidade local visando a Adoção do Programa e colaborarem de forma proativa visando evitar a dispersão da praga do Estado do Amapá para outras unidades da federação.

Sob este foco, relacionamos abaixo, as ações desenvolvidas pelo Núcleo de Educação Sanitária em Defesa Agropecuária no Amapá:

QUADRO I – Ações do Núcleo de Educação Sanitária em apoio ao Programa Nacional de Erradicação da Mosca-da-Carambola no Estado do Amapá

DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE	QUANT.
AÇÕES DO NÚCLEO		
A- Cursos		
Formação para Agentes Multiplicadores do Programa de Erradicação da Mosca-da-Carambola	Curso	02
Multiplicadores /Formandos.	Multiplicador	42
B- Cursos		
De Capacitação Técnica para Servidores Institucionais sobre o Programa de Erradicação da Mosca-da-Carambola	Curso	02
Servidores /Capacitados	Capacitação	36
C- Palestras - Biologia da Mosca-da-Carambola		
Instituições Abrangidas	Escola	14
Palestras Ministradas	Palestra	37
Pessoas Envolvidas (alunos, professores, assistentes, serventes, etc)	Pessoas	1.1.823
D- Visita Técnicas e Supervisões		
Em Ações executadas pelos Multiplicadores do Vale do Jarí	Visita	01
E- Reunião Técnica de Avaliação do Plano Pós Erradicação do Vale do Jarí.	Participação	01
F - Ações de Educação Sanitária solicitadas pela Coordenação Geral do Programa.	Execução	03
G- Participação em Eventos Especiais		
Expo-Feira Agropecuária do Amapá	Evento	01
H- Ações de Apoio à Equipe de Combate, nas Propriedades.		
Visita de Sensibilização	Visita	46
Famílias Visitadas	Família	1.038
Propriedades Atingidas	Propriedade	46
I- Panfletagens (Aeroporto/ Rodoviária/Área Portuária/Ferrovária e Feiras do Produtor).		
Operações Realizadas	Panfletagem	82
Abordagens com Panfletagem	Pessoas	7.984
J-Materiais Distribuídos (folder, panfleto e revistinha)	Unidade	
Cartazes	Unidade	1.600
Cartilhas	Unidade	3.650

Folders	Unidade	7.917
Panfletos	Unidade	7.917
AÇÃO DOS MULTIPLICADORES		
Disseminação de informações sobre a praga e seu combate		
Multiplicadores Atuantes	Multiplicador	42
Alunos Envolvidos	Aluno	171
Pessoas Diretamente Abordadas	Pessoas	342

FONTE: NES-PNEMC-SFA/AP-2013

Inspeção de Bebidas , Vinhos e Vinagres e Outros Produtos de Origem Vegetal- IPVEGETAL13

Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Inspeção de Estabelecimento Produtor	Termo	30	25	5.000,00	3.609,62
2	Fiscalização de Estabelecimento Comercial	Termo	80	82		
3	Coleta de Amostra	Termo	6	9		
4	Vistoria Oficial	Termo	Por demanda	4		

FONTE: POA SIFISV/2013 – SGI – PPA 2012-2015

A ação 20ZX – Fiscalização de Atividades Agropecuárias tem por objetivo Garantir a segurança higiênico-sanitária e tecnológica dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal.

A responsável pela execução das ações do PI IPVEGETAL 13 é a Fiscal Federal Agropecuária Alda Lúcia Brabo Alves, o trabalho envolve a inspeção, a fiscalização e o registro de estabelecimentos de bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal, bem como a realização de análise prévia à importação e exportação desses produtos.

O Estado do Amapá apresenta 02 (dois) estabelecimentos registrados na área de produção de Refrigerantes, 01 (um) estabelecimento produtor de Cerveja/Chopp e 12 (doze) estabelecimentos registrados na atividade de Polpa de Frutas, sendo que desses somente 06 (seis) encontram-se ativos

Para este programa, o Serviço de Sanidade, Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal, desenvolveu ações de Inspeção voltadas para a área de bebidas e vinagre, realizando inspeção higiênico-sanitária nos estabelecimentos produtores de polpa de frutas, açaí, refrigerante e matéria prima; objetivando assegurar a qualidade e a inocuidade desses produtos destinados ao consumo humano.

O SIFISV/SFA/AP, através do PI- IPVEGETAL13 no exercício de 2013 programou a execução de 30 inspeções em estabelecimentos produtores e 80 fiscalizações no comércio varejista de bebidas. A inspeção em estabelecimentos produtores é considerada para o MAPA a meta física mais importante para avaliação do processo produtivo.

Foram executadas 25 inspeções, abrangendo estabelecimentos produtores de polpa de frutas, açaí, refrigerante e matéria prima utilizando a Lista de Verificação (LVs) documento fiscal onde é avaliado o processo de produção industrial e higiênico-sanitário dos estabelecimentos produtores de bebidas. Além disto, foram realizadas 82 fiscalizações em estabelecimentos comerciais varejistas nos municípios de Macapá, Porto Grande, Amapá, Calçoene, Tartarugalzinho e Laranjal do Jarí.

Não foi possível a execução de 100% das metas de Inspeção de Estabelecimento Produtor em virtude da falta de estrutura de veículos, associado aos problemas gerenciais do Setor de Transporte. A área de bebidas não dispõe de veículo para execução das ações, faz uso dos veículos ocasionalmente cedidos pela área de Defesa Vegetal que é responsável pela aquisição de 90% da frota de veículos da SFA/AP, por ser o Programa ERRADMOSCA uma prioridade, prima-se pelo atendimento das ações daquela área, pois sua dinâmica requer atividades diárias e ininterruptas, o que em menor proporção promove entraves na execução das ações de outras áreas, como as da fiscalização.

Além das metas de maior relevância foram realizadas: 04 vistorias oficiais para efeito de registro de estabelecimento produtor de polpa de fruta (açaí) e 08 termos de colheita de amostra para aferição de padrão da qualidades dos produtos e 01 análise prévia à importação.

Foram lavrados 05 termos de intimação às empresas produtoras para adequação documental (renovação de licenças ambientais, laudos de análises de água e alteração de responsáveis técnicos).

Denúncias não formalizadas nos permitiram constatar o funcionamento de dois estabelecimentos sem registro e, por conseguinte inconformes quanto às exigências de controle higiênico-sanitários, boas práticas de fabricação, RTs, Licenciamento, Estrutura física (lay-out), etc. A fiscalização prestou orientações e os convocou a tomarem maiores informações no Serviço, o que foi feito posteriormente e em caso de não atendimento sofrerão as sanções legais.

Outras atividades específicas realizadas: Registro de Produtos (16), Registro de Estabelecimento (02), Renovação de Registro de Estabelecimento (02), Renovação de Registro de Produto (06), Cancelamento de

Registro de Produto à pedido (01), Alteração de Composição de Produto (02), Registro de Responsável Técnico da empresa (02), todos lançados no Sistema SIPE. Outras atividades demandadas e atendidas: Encontro sobre Alimentos Seguros – município de Porto Grande promovido pelo SEBRAE/AP; e sobre Aquisição Oficial de Alimentos pelo Poder Público promovido pela SFA/AP; II Encontro Alimentos Seguros no Município de Macapá promovido pelo SEBRAE/AP. Análise de Anteprojeto para estabelecimento produtor de polpa de fruta (05) e Atendimento ao Público (27).

INDICADORES DE DESEMPENHO

Os indicadores para a ação PI – IPVEGETAL13 foram estabelecidos objetivando, a princípio, a análise de três critérios: eficiência, eficácia e efetividade.

A *eficiência* foi calculada para algumas atividades executadas, sendo definida como a relação entre os produtos gerados por uma atividade e o custo dos insumos empregados para tal, em um determinado período de tempo.

A *eficácia* também foi determinada para as atividades executadas, sendo considerada como o grau de alcance das metas programadas, em um determinado período de tempo, independentemente dos custos implicados, ou seja, a *relação percentual* entre o executado e o programado para cada atividade.

Informamos a seguir, o resultado dos indicadores de desempenho obtidos para o ano de 2013 no exercício da fiscalização.

A) EFICIÊNCIA – EF: Custo da Fiscalização – CF: Recurso executado/ Estabelecimento inspecionado
 $CF = 3.608,62/107 = 34,00 \text{ Reais / fiscalização}$

Nome do Indicador	Índice de custo da inspeção
Objetivo do indicador	Aferir os gastos com o conjunto das atividades que envolvam a Inspeção na indústria e no comércio.
TIPO	Eficiência – EF
Área responsável	CGVB/SDA
Fórmula de cálculo e método de medição	Ef= RE / Estabelecimento Inspecionado Recurso executado/ Estabelecimento Inspecionado RE = Orçamento realizado na execução do conjunto de processo de suporte a atividade de inspeção (R\$ $3.608,62/107 = 34,00 \text{ Reais / fiscalização}$)

B) EFICÁCIA – IEF: Estabelecimentos Inspecionados = Total de Inspeção Programado / Total de Inspeção Realizada
 $IEF = 110/107 = 97\%$

Nome do Indicador		Desempenho da Execução Física	
Objetivo do indicador		Avaliação de desempenho operacional	
TIPO		Eficácia	
Área responsável		CGVB/SDA/SIFISV/SFA/AP	
Fórmula de cálculo e método de medição		Total de Inspeção Programado: 110 Total de Inspeção Realizada : 107	
Fontes nos dados		POA 2013	
Evolução dos dados do Indicador			
Meta para exercício 2013		Resultado nos exercícios anteriores	
Prevista	Realizada	2012	2011
110	107	100	36

C) EFETIVIDADE – ICE: Conformidade de Produtos = N° de Amostras de Produtos em Conformidade/N° Total de Análises Realizadas.

$$ICE = 3/8 \times 100 = 37\%$$

Análise crítica do Resultado do Indicador em 2013

A Eficácia é medida considerando o número de inspeções realizadas em estabelecimentos produtores de bebidas porém, essas atividades em nosso Estado apresentam características de sazonalidade, por prevalecer a atividade de produção de açaí (80%), cuja safra dos frutos na região ainda é sazonal (abril a setembro), desta forma, a grande demanda de inspeção fica condicionada a seis meses do ano, priorizando-se, no segundo semestre, ações de fiscalização do comércio de bebidas em geral (atacadista e distribuidores) com deslocamentos para verificação da legalidade da comercialização de bebidas nos demais municípios do estado. A categoria de estabelecimento produtor de refrigerante corresponde a 20% do total

Observa-se que a descentralização dos recursos, foi inferior ao programado, em decorrência de contingenciamento de recursos financeiros pelo Ministério da Agricultura. O índice de Eficácia, mostra um indicativo positivo com 97% de metas física realizada, apesar do pouco recurso disponibilizado. Tal condição foi possível em virtude da maioria dos estabelecimentos produtores, encontrarem-se localizados na região metropolitana, outro aspecto anteriormente citado é que a atividade vem sendo executada, utilizando-se dos veículos de outro PI, os custos de manutenção preventiva, corretiva, pagamento de seguro, material de expediente, etc foram imputados ao PI ERRADMOSCA.

Identificação da Ação							
Código	2028- Defesa Agropecuária						
Descrição	Assegurar a qualidade dos alimentos e fiscalização da classificação dos produtos vegetais por meio do aprimoramento dos mecanismos de controle de produtos e processos visando a oferta de alimentos seguros.						
Ação	20ZX - Fiscalização de Atividades Agropecuárias						
Plano orçamentário	000E - Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos Vegetais						
Iniciativa	04D4- Fiscalização das Atividades Agropecuárias						
Unidade Responsável	Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA/MAPA						
Unidade Gestora	13100 - Superintendência Federal de Agricultura no Amapá – SFA/AP						
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)							
Despesa	Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
339014	3.009,00	1.647,42	1.647,42	1.647,42	0,00	0,00	1.647,42
339030	991,00	800,00	800,00	800,00	0,00	0,00	800,00
339030	1.000,00	2.751,36	2.751,36	2.751,36	0,00	0,00	2.751,36
	5.000,00	5.198,78	5.198,78	5.198,78	0,00	0,00	5.198,78

PADRONIZAÇÃO, CLASSIFICAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E INSPEÇÃO DOS PRODUTOS VEGETAIS - (DIPOV/SDA)

METAS DO EXERCÍCIO PARA A AÇÃO						
ORDEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA		META FINANCEIRA	
			PREVIST A	REALIZAD A	PREVIST A	REALIZADA
1	Fiscalização de Embaladores	Termo	04	03	5.000,00	5.198,78
2	Fiscalização Comércio Atacadista	Termo	12	03		
3	Fiscalização do Comércio Varejista	Termo	50	59		
4	Quantitativo de Produto Fiscalizado	Tonelada	-	540		
5	Colheita de Amostra PNCRV	Termo	-	14		

FONTE: POA SIFISV/2013 – SGI – PPA 2012-2015

Segundo a Lei nº 12.593/2012, que criou o PPA 2012/2015, a ação 4746 - PI - PADCLASSIF13 – Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos Vegetais, tem como principal finalidade: Assegurar a qualidade dos alimentos e fiscalização da classificação dos produtos vegetais seus subprodutos e resíduos de valor econômico, por meio do aprimoramento dos mecanismos de controle de produtos e processos visando a oferta de alimentos seguros.

O trabalho envolve a padronização, classificação, fiscalização e inspeção, de produtos vegetais em estabelecimento industrializador, embalador, atacadista, varejista, produtor de cesta básica, centrais de abastecimentos bem como a realização de análise prévia à importação e exportação desses produtos, para a fiscalização da qualidade e segurança dos alimentos, e demais produtos, subprodutos.

A execução das metas teve início a partir do mês de agosto, com a saída do FFA – Responsável Técnico do PI, tendo como base a fiscalização de rotina. Foram programadas 12 fiscalizações em estabelecimento atacadista, 03 fiscalizações em estabelecimento embalador e 50 fiscalizações em estabelecimentos varejistas. Destas, foram realizadas 03 fiscalizações em estabelecimento atacadista; 03 estabelecimentos embaladores e 59 fiscalizações em estabelecimentos varejistas.

A meta fiscalização em estabelecimento atacadista não foi executada em sua totalidade pois o enquadramento da meta não foi feita adequadamente pelo RT anterior. No Estado do Amapá existem somente estabelecimentos embaladores e varejistas, segundo caracterização da legislação pertinente. Deste universo, foram fiscalizados 03 (três) estabelecimentos embaladores com vistas a levantar a demanda pela nova RT.

Foram realizadas ainda, 14 coletas de amostra das quais 09 foram solicitadas pela Coordenação Nacional em cumprimento às metas do Plano Nacional de Qualidade Vegetal – PNQV, objetivando avaliar a qualidade dos produtos: farinha de mandioca, farinha de trigo e óleo de soja de várias marcas e lotes. Também foram realizadas 05 coletas de amostra de azeite de oliva para análise prévia de importação.

INDICADORES DE DESEMPENHO

A) EFICIÊNCIA – EF:

Custo da Fiscalização – CF: Recurso executado/ Estabelecimento Fiscalizado

CF= 5.198,78/65= 79,98 Reais/fiscalização

Nome do Indicador	Índice de custo da fiscalização
Objetivo do indicador	Aferir os gastos com o conjunto das atividades que envolvam a Fiscalização no comércio (embalador, atacadista e varejista).
TIPO	Eficiência – EF
Área responsável	CGVB/SDA
Fórmula de cálculo e método de medição	EF = RE / Estabelecimento Fiscalizado RE = Orçamento realizado na execução do conjunto de processo de suporte a atividade da Fiscalização. 5.198,78/65 = 79,98 Reais / fiscalização

B) EFICÁCIA – IEF: Estabelecimentos Fiscalizados = Total de Fiscalização programada / Total de Fiscalização Realizada

$$IEF = 65/65 = 100\%$$

Nome do Indicador	Desempenho da Execução Física		
Objetivo do indicador	Avaliação de desempenho operacional		
TIPO	Eficácia		
Área responsável	CGVB/SDA/SIFISV/SFA/AP		
Fórmula de cálculo e método de medição	Total de Inspeção Programada: 65 Total de Inspeção Realizada : 65		
Fontes nos dados	POA 2013		
Evolução dos dados do Indicador			
Meta para exercício 2013	Resultado nos exercícios anteriores		
Prevista	Realizada	2012	2011
65	65	140	-

C) EFETIVIDADE – ICE: Conformidade de Produtos = N° de Amostras de Produtos em Conformidade/N° Total de Análises Realizadas.

$$ICE = 11/14 \times 100 = 78\%$$

Análise crítica do Resultado do Indicador em 2013.

As metas do PI – PADCLASSIF13 foram reprogramadas e cumpridas em sua totalidade com fiscalizações do comércio atacadista com um percentual de 100%; fiscalizações no comércio varejista com um percentual de 118%. Os principais produtos fiscalizados foram: Feijão, Arroz, Óleo de Soja, Farinha de Mandioca, Farinha de Trigo e Farinha de Tapioca (Farinha Bijusada), totalizando 540 toneladas/ano. Das amostras coletadas, obteve-se 78% de índice de Conformidade. As atividades desenvolvidas tem o apoio do Auxiliar Agropecuário José Pinto, lotado no SIFISA e eventualmente a colaboração de um Agente Administrativo, lotado no serviço.

A Fiscalização ocorreu no comércio dos municípios de Macapá, Calçoene, Amapá, Tartarugalzinho, e Laranjal do Jarí.

O deslocamento aos municípios de Calçoene, Amapá e Tartarugalzinho, foi viabilizado em função da fiscalização da área de bebidas a esses municípios, devido o RT executar ações dos PIs. Somente o deslocamento ao município de Laranjal do Jarí foi realizado com recursos descentralizados do PI-PADCLASSIF13.

Ação 20ZW – Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos, Inoculantes e Biofertilizantes – FISFECOI

Identificação da Ação							
Código	2028 – Defesa Agropecuária						
Descrição	Viabilizar o registro e a certificação de estabelecimentos produtores e comerciais de fertilizantes, corretivos e inoculantes; a inspeção e a fiscalização sobre a produção e a comercialização dos insumos básicos.						
Ação	20ZW – Fiscalização das Atividades Agropecuárias						
Plano Orçamentário	000A – Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos, Inoculantes e Biofertilizantes						
Iniciativa	04D4 – Fiscalização das Atividades Agropecuárias						
Unidade Responsável	Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA/MAPA						
Unidade Orçamentária	Superintendência Federal de Agricultura no Amapá – SFA/AP (130100)						
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)							
Despesa	Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
339014	4.639	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
339030	2.300	1249,90	1.249,90	1.249,90	0,00		1.249,90
339033	3000	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
339039	5061	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
	15000	1249,90	1.249,90	1.249,90	0,00		1.249,90

Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Fiscalização Estabelecimento Comercial	Termo	25	13	13.000,00	1.249,90
2	Coleta de amostra	Termo	Por demanda	0	1.000,00	0
3	Registro de Estabelecimento Comercial	Processo	Por demanda	1	1.000,00	0
	TOTAL				15.000	1.249,90

FONTE: POA SIFISV/2013 – SGI – PPA 2012-2015

INDICADORES DE DESEMPENHO

1- EFICÁCIA – Avalia o desempenho Operacional da Execução Física do PI FISFECOI

Fórmula: $E_c = (TFR/TFP)$

TFR= Total de Fiscalização Realizada

TFP= Total de Fiscalização Programada

Obs: dados oriundos do POA-2013

$$E_c = 13/25 = \mathbf{0,52}$$

2- EFICIÊNCIA – Afere os gastos com o conjunto das atividades que envolvem a fiscalização de campo e estabelece o Índice de Custo da Fiscalização

Fórmula: $E_f = E_c \times Op/Oe$

E_c = Eficácia

Op = Orçamento programado para a atividade de fiscalização

Oe = Orçamento realizado na execução do conjunto de processos de suporte à atividade de fiscalização

$E_f = E_c \times Op/Oe$

$$E_f = 0,52 \times \frac{15.000,00}{1.249,90}$$

$$E_f = 0,52 \times 12$$

$$E_f = \mathbf{6,24}$$

Análise Crítica:

O PI FISFECOI tem como objetivo principal a fiscalização de estabelecimentos produtor de fertilizantes. O estado do Amapá não apresenta nenhum estabelecimento com tal característica, o que leva a fiscalização a realização de fiscalizações no comércio para avaliar as garantias dos produtos produzidos em outras unidades da federação.

A coleta de amostra de fertilizantes requer que o estabelecimento comercial disponha de uma quantidade mínima de produto em estoque que assegure a realização da coleta e assegure a permanência de produto como garantia da contra prova. Para algumas situações não foi possível a realização dos procedimentos de coleta fiscal, visto que o estabelecimento não dispunha das quantidades necessárias para viabilizar a coleta oriundas de produto de idêntico lote.

Com relação a meta fiscalização realizada, o baixo percentual de execução foi decorrente da baixa descentralização orçamentária, somente 9,6 % dos recursos programados, foram descentralizados. O contingenciamento de recursos em 2013 afetou consideravelmente as ações de fiscalização em todas as áreas finalísticas.

Ação 20ZX - FISAGROTOX – Fiscalização de Agrotóxicos e Afins.

Identificação da Ação							
Código	2028 – Defesa Agropecuária						
Descrição	Fiscalização e inspeção de agrotóxicos e afins na produção, comercialização, importação, exportação e utilização; coleta de amostras para controle de qualidade e verificação de eficácia e praticabilidade agrônômica dos produtos.						
Ação	20ZX – Fiscalização das Atividades Agropecuárias						
Plano Orçamentário	000C – Fiscalização de Agrotóxicos e Afins						
Iniciativa	04D4 – Fiscalização das Atividades Agropecuárias						
Unidade Responsável	Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA/MAPA						
Unidade Orçamentária	Superintendência Federal de Agricultura no Amapá – SFA/AP (130100)						
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)							
Despesa	Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
339014	1.700	1.700	888,73	888,73	0,00	0,00	888,73
339030	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
339033	3.300	3.300	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
339039	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	5.000	888,73	888,73	888,73	0,00	0,00	888,73

Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Fiscalizações do comércio de agrotóxico	Termo	8	8	0,00	0,00
2	Educação Sanitária	Palestra	5	5	0,00	0,00
3	Recolhimento de embalagens de agrotóxico	Und	3	3	0,00	0,00
4	Participação em eventos	Und	1	1	0,00	888,73

FONTE: POA SIFISV/2013 – SGI - DIAGRO

1- Desempenho Operacional

A atividade de Fiscalização do Comércio de Agrotóxicos é executada diretamente pela Agência de Defesa e Inspeção Agropecuária do Estado do Amapá – DIAGRO sob a responsabilidade do Fiscal Estadual Agropecuário – Engenheiro Agrônomo Ivenio Roque Hartmann Neto com base na Lei n° 7.802/1989 e Decreto n°4.074/2002 e n°5549/2005.

Dentre os meses de Janeiro a Dezembro, foram realizadas as seguintes atividades de Educação Sanitária:

- Ações de Educação Sanitária:

Foram realizadas palestras de Educação Sanitária abordando o tema da Tríplice Lavagem das Embalagens Vazias de Agrotóxicos e Uso Correto do EPI, na AQUIPOLO - Associação dos Agricultores Familiares Aquicultores do Polo Hortigranjeiro da Fazendinha e ASSOPOLO - Associação dos Produtores do Polo e na Associação dos Moradores e Produtores da Vila do Trem, sendo capacitados 47 produtores.

- Treinamento dos comerciantes da Feira do Pescado:

Foi realizada pela Coordenação de Agrotóxicos da DIAGRO, uma palestra com o tema “Comércio, Uso e destino final das embalagens de Agrotóxicos”. A devida palestra fez parte do treinamento concedido pela Secretaria de Desenvolvimento Rural aos comerciantes da Feira do Pescado do Igarapé das Mulheres.

Ainda na execução das ações de Educação Sanitária, a DIAGRO teve atuação nas Exposições Agropecuárias do município de Macapá e Amapá; e por ocasião da realização das reuniões para elaboração do PPA- Plano Plurianual Participativo, ocorridas em todos os municípios do Estado.

No decorrer do ano, diversas palestras foram proferidas em escolas de Ensino Médio e Fundamental.

Organização do Primeiro Recolhimento Itinerante de Embalagens de Agrotóxicos – RI, do Amapá.

O Setor Vegetal da DIAGRO, em parceria com o RURAP, PESCAP, IMAP, MP/PRODEMAC e ARIDAP, organizou o primeiro R.I. do Estado. Este evento realizado em Dezembro/2013 e teve como principal objetivo, a sensibilização dos pequenos produtores para realizarem a tríplice lavagem e a devolução das embalagens vazias nos postos autorizados. Esta ação foi executada nas seguintes associações: ASSOPOLO, AQUIPOLO e AMPVT.

- Ações de Fiscalização do Comércio de Agrotóxicos:

Durante o ano de 2013 foram realizadas cinco ações de fiscalização do comércio de Agrotóxicos e Afins, abrangendo os municípios de Macapá e Santana, os estabelecimentos fiscalizados encontram-se relacionados abaixo:

Relação das empresas cadastradas para o comércio de agrotóxicos no estado:

Razão Social	Nome Fantasia	Cidade
S. M. AMANHAJÁS DE ABREU-ME	Agronorte Sementes	Macapá
AGRICOLA CERRADO LTDA ME	Agrícola Cerrado	Macapá
J. RABELO & CIA LTDA	Propec Agropecuária	Macapá
IGUAÇU COSTA & CIA LTDA	Amapá Rações	Macapá
JACOB & BORGES LTDA-ME	Agronorte	Macapá
F. S. C. SANTOS-ME	Loja do Produtor	Macapá
HERNANDES & CIA LTDA	Casa do Criador	Macapá
H.C.BATISTA	Casa do Criador	Santana

Principais Entraves:

Dentre os principais entraves citados pela DIAGRO, foram relacionados:

- A Falta de um Posto de Recebimento de Embalagens Vazias de Agrotóxicos e da indisponibilidade do Receituário Agrônomico pelo CREA-AP, impede a equipe de fiscalização do Programa realizar o trabalho de fiscalização com maior eficácia.
- Falta de transporte adequado para a equipe de fiscalização;
- Inexistência de carteira funcional dos Fiscais;
- Falta de treinamento dos Fiscais na área de Agrotóxicos e afins;
- Falta de notebook para conferência de dados dos fiscalizados e dos produtos;
- Ausência de legislação estadual específica para Agrotóxicos.

A Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Amapá – DIAGRO apresenta problemas de ordem estrutural e gerencial. A dotação orçamentária da agência é reduzida, considerando seu nível de competência. Há necessidade ímpar que a agência, estabeleça discussão interna acerca de seu arcabouço legal, ferramenta básica para a execução das ações e concretize a regulamentação da mesma.

- AÇÃO 20ZX – FISCALIZAÇÃO DE SEMENTES E MUDAS

Identificação da Ação							
Código do Programa	2028 - Defesa Agropecuária						
Descrição	Reestruturar, implementar e coordenar o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária - SUASA e aperfeiçoar e modernizar os processos operacionais da defesa agropecuária para ampliar o alcance e a abrangência dos seus serviços em todo o território nacional.						
Ação	20ZX – Fiscalização das Atividades Agropecuária						
Plano Orçamentário	000B - Fiscalização de Sementes e Mudanças						
Iniciativa	04D4 – Fiscalização das Atividades Agropecuárias						
Unidade Responsável	Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA/MAPA						
Unidade Orçamentária	Superintendência Federal de Agricultura no Amapá – SFA/AP (130100)						
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)							
Despesa	Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
339014	7.921,00	7.921,00	1.773,79	1.773,79	0,00		1.773,79

339030	2.151,94	2.151,94	996,80	996,80	0,00		996,80
339039	500,00	500,00	499,00	499,00	0,00		499,00
339033	4.191,00	4.191,00					
449052	5.000,00	5.000,00					
	19.763,94	19.763,94	3.269,59	3.269,59	0,00		3.269,59

Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Fiscalização de Produtor de Mudas	Nº	21	08	Ref. POA-FISCALSEM 2013 R\$ 8.492,94 (14 + 30+ 39)	R\$ 3.269,59
2	Fiscalização do Comércio de Sementes	Nº	30	20		
3	Fiscalização do Comércio de Mudas	Nº	08	03		
3	Fiscalização de Usuários de Sementes	Nº	10	05		
4	Fiscalização de Responsáveis Técnicos (RT)	Nº	21	06		
5	Capacitação Técnica	Treinamento	01	-		
6	Reunião Técnica	Reunião	03 (*)	01	3.386,00	-
TOTAL			91	42		

FONTE: POA SIFISV/2013 – SGI

Análise Crítica:

Cumprimento das metas:

A execução das ações de Fiscalização de Sementes e Mudas tem como base o regulamento da Lei 10.711 de 05/08/03 e Decreto 5.153 de 23/07/04, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Sementes e Mudas, além de legislações complementares.

A Fiscalização de Sementes e Mudas é executada com alicerce no PI FISCALSEM, coordenado pela Coordenação Nacional de Sementes e Mudas - CSM, vinculada ao Departamento de Fiscalização de Insumos Agropecuários – DFIP/SDA/MAPA .

O PI FISCALSEM tem como finalidade: assegurar a oferta de materiais de propagação vegetal de qualidade para os produtores rurais e certificar a produção de sementes e mudas para garantia de conformidade com os padrões de qualidade fisiológica, fitossanitária e identidade genética.

Em 2013 foi possível executar 45% das metas programadas, tendo como ênfase o produto: Fiscalização Realizada. Esta baixa execução está diretamente relacionada à deficiência de recursos humanos, a cada ano o quantitativo de pessoal diretamente vinculados à execução das atividades da área finalística, sofre uma baixa, contrapondo-se as crescentes demandas.

O PI FISCALSEM é executado pela FFA Líliam Pastana Monteiro, que acumula a função de Chefe de Serviço. Como as ações de Defesa Vegetal tem caráter prioritário, por tratar-se de praga quarentenária, cuja dinâmica das atividades é totalmente diferenciada das ações de inspeção e fiscalização vegetal, requerendo esforço de continua adequação, replanejamento, etc, com envolvimento direto da chefia em assuntos cujas atribuições são da esfera administrativa, tais distorções sobrecarregam e consomem a disponibilidade de tempo que deveria ser empregada nas ações finalísticas do PI.

Embora a execução das metas físicas tenha sido baixa, associada a baixa descentralização orçamentária; foi possível fiscalizar as ações prioritárias pois, o quantitativo de agentes envolvidos na cadeia de sementes e mudas se reduz com o implemento das fiscalizações. O estado ainda se ressentido de uma rede organizada, onde a pesquisa se volte para atender interesses relacionados a oferta de materiais adequados às características regionais e resulte na oferta materiais de propagação de interesse comercial devidamente regularizados.

O contingenciamento de recursos afetou sobremaneira a descentralização orçamentária do PI, fator que impossibilitou o cumprimento das metas de forma geral.

INDICADORES DE DESEMPENHO

Informamos a seguir, o resultado dos indicadores de desempenho obtidos para o ano de 2013. O Plano FISCALSEM tem previsto no PPA, apenas um produto: Fiscalização Realizada.

Memória de Cálculo

EFICÁCIA – Avalia o desempenho Operacional da Execução Física do PI FISCALSEM

Fórmula:

$$Ec = (TFR / TFP)$$

TFR= Total de Fiscalização Realizada

TFP= Total de Fiscalização Programada

Obs: dados oriundos do POA-2013 $Ec = 41 / 91 = 0,450$

3- EFICIÊNCIA – Afere os gastos com o conjunto das atividades que envolvem a fiscalização de campo e estabelece o Índice de Custo da Fiscalização

Fórmula: $Ef = Ec \times Op/Oe$

Ec= Eficácia

Op= Orçamento programado para a atividade de fiscalização

Oe= Orçamento realizado na execução do conjunto de processos de suporte à atividade de fiscalização

$Ef = Ec \times Op/Oe$

$Ef = 0,450 \times \frac{19.763,94}{3.269,59}$

$Ef = 0,941 \times 6,044$

$Ef = 5,687$

4- EFETIVIDADE – Está diretamente vinculado ao índice de conformidade de Sementes e Mudanças Analisadas. Como no ano de 2013 não foi programado e realizado nenhuma coleta de sementes, não foi possível avaliar este indicador

Ação 20ZX – Fiscalização das Atividades Agropecuárias

- Fiscalização das Atividades com Organismo Geneticamente Modificados

Identificação da Ação							
Código do Programa	2028 - Defesa Agropecuária						
Descrição	0366- Reestruturar, implementar e coordenar o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária - SUASA e aperfeiçoar e modernizar os processos operacionais da defesa agropecuária para ampliar o alcance e a abrangência dos seus serviços em todo o território nacional.						
Ação	20ZX – Fiscalização de Atividades Agropecuárias						
Plano Orçamentário	000D - Fiscalização das Atividades com Organismo Geneticamente Modificados						
Iniciativa	04D4 – Fiscalização das Atividades Agropecuárias						
Unidade Responsável	Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA/MAPA						
Unidade Orçamentária	Superintendência Federal de Agricultura no Amapá – SFA/AP (130100)						
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)							
Despesa	Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
339014	7.382,70	7.382,70	1.772,69	1.772,69	0,00		1.772,69
339030	1.344,00	1.344,00			0,00		
339039	1.273,30	1.273,30			0,00		
339033	5.000,00	5.000,00			0,00		
	15.000,00	15.000,00	1.772,69	1.772,69	0,00		1.772,69

Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Fiscalização em Estabelecimento Comercial	Nº	03	02	6.688,00	1.772,69
2	Fiscalização do Uso Comercial de Vegetais GM	Nº	24	13		
3	Coleta de Amostra para Análise de Fiscalização	Nº	18	-		
4	Participação em Reunião Técnica	Nº	03	-	8.311,70	-
TOTAL			48	15	14.999,70	1.772,69

Desempenho Operacional:

O PI FISCORGEM é operacionalizado com vista a identificar a ocorrência de materiais geneticamente modificados, mais notadamente nas culturas do milho e soja em função do mercado dispor de materiais com a inserção de eventos transgênicos para tais culturas.

Esta ação teve início em 2012, visando mapear a ocorrência de uso de materiais transgênicos no país. Hoje, a utilização de sementes transgênicas já predomina nos cultivos com fins econômicos em todo país, tal característica está calçada na facilidade de manejo cultural obtido com o emprego dessas sementes, sobretudo quando estas características evidenciam economia, eficiência operacional e controle das ocorrência de ataques de pragas potencialmente danosas.

A Coordenação Nacional de Biossegurança – CBIO disponibiliza os kits de identificação em campo, os eventos de mais comuns no país, entretanto, o foco maior deve ser dado às instituições que pesquisam a introdução de novos eventos ou para o emprego de eventos que ainda não foram autorizados no país; tais condições não são uma realidade em nosso estado.

O atraso na liberação dos kits de campo, associado à deficiência de recursos humanos, vez que na SFA/AP as atividades da área de defesa vegetal são prioritárias, afetou a execução das metas físicas. Com referência a meta Fiscalização do Uso Comercial de Vegetais GM, o percentual de execução foi de 54%, o ciclo das culturas a serem fiscalizadas está em torno de quatro meses, como o início das ações foram retardadas, não houve disponibilidade de material para a realização dos testes de Campo.

A meta coleta de amostras em 2013, foi programada considerando a demanda oriunda da coordenação em 2012, como a incidência no uso em nosso estado, de eventos ainda não autorizados, é praticamente inexistente, já que a área cultivada ainda é pequena, mas com tendência de crescimento exponencial; a meta não foi executada, considerando que não houveram suspeitas desse gênero, além de

considerarmos que a capacidade operacional de nossa rede oficial de laboratórios é insuficiente para atender a demanda nacional.

O contingenciamento de recursos ocorrido em 2013 afetou diretamente a realização dos eventos nacionais, a programação de treinamentos, reuniões, cursos, etc, foram todas canceladas em todas as ações técnicas. Tal comprovação pode ser observada quando verificamos que a descentralização orçamentária foi de 12 % do programado para o exercício.

As atividades fiscais foram pautadas no regulamento da Lei 11.105 de 24/03/05 e Decreto 5.591 de 22/11/05, que estabelece normas de segurança e mecanismos de fiscalização de atividades que envolvam organismos geneticamente modificados, além de legislações complementares.

Informamos a seguir, o resultado dos indicadores de desempenho obtidos para o ano de 2013 O projeto FISCORGEM tem previsto no PPA, apenas um produto: Fiscalização Realizada.

Memória de Cálculo

EFICÁCIA – Avalia o desempenho Operacional da Execução Física do PI FISCORGEM

Fórmula: $E_c = (TFR/TFP)$

TFR= Total de Fiscalização Realizada

TFP= Total de Fiscalização Programada

Obs: dados oriundos do POA/SGI-2013

$$E_c = 13/24 = \mathbf{0,54}$$

EFICIÊNCIA –

Afere os gastos com o conjunto das atividades que envolvem a fiscalização de campo e estabelece o Índice de Custo da Fiscalização

Fórmula:

$$E_f = E_c \times Op/Oe$$

E_c = Eficácia

Op = Orçamento programado para a atividade de fiscalização

Oe = Orçamento realizado na execução do conjunto de processos de suporte à atividade de fiscalização

$$E_f = E_c \times Op/Oe$$

$$E_f = 0,54 \times \frac{15.000,00}{1.772,69}$$

$$E_f = 0,54 \times 8,461$$

$$E_f = \mathbf{4,568}$$

VIGIAGRO – SISTEMA DE VIGILÂNCIA AGROPECUÁRIA INTERNACIONAL

O Sistema de Vigilância Agropecuária Internacional - VIGIAGRO é a estrutura organizacional do Ministério da Agricultura, que responde pelos controles oficiais referentes aos procedimentos de exportação, importação e trânsito internacional de animais, vegetais, seus produtos, subprodutos, derivados ou partes, assim como resíduos de valor econômico e insumos agropecuários utilizados nas diversas cadeias produtivas do agronegócio.

No caso do Amapá a área Macapá-Santana comporta a Zona de Livre Comércio; enquanto o município de Oiapoque faz fronteira com a Guiana Francesa, portanto apontando situações em que ocorrem movimentações de pessoas e cargas, cenário de importações e exportações de artigos diversos, inclusive os componentes do agronegócio.

Mesmo sem os benefícios fiscais das Zonas de Livre Comércio, entende-se que a localização estratégica do Amapá proporcionará a efetivação de um corredor de exportações, tanto de produtos que venham ser, em médio prazo, produzidos localmente (soja e milho, por exemplo), quanto de outros produzidos fora do Amapá e até da Região Amazônica, mas que, certamente, encontrarão na área portuária Macapá-Santana condições de minimizar custos desses procedimentos.

Por outro lado, a atuação da Vigilância especialmente quando se trata da entrada de pessoas e mercadorias se estabelece como recurso da mais alta valia no sentido de auxiliar na preservação da sanidade da agropecuária nacional.

É oportuno também registrar que é através do município de Oiapoque que se processa o contato físico entre a parte oriental da Amazônia Brasileira e parte da Região Nordeste, com o Caribe e América Central, situação esta que potencializa sua importância relativa no contexto da Vigilância Agropecuária Brasileira. A UVAGRO/Oiapoque, localizada na fronteira do Brasil/Amapá com a França/Guiana Francesa (cerca de 600 km de Macapá) é o órgão de fiscalização agropecuário internacional do MAPA localizado no Município do Oiapoque.

Vale ressaltar que o Brasil vem discutindo juntamente com os países da região do platô das Guianas (Guiana Francesa, República das Guianas e Suriname) a harmonização de normas e procedimentos que deverão ser implantadas após a inauguração da ponte binacional que vai ligar o Brasil a Guiana Francesa pelo município de Oiapoque no Amapá. A inauguração está prevista para outubro de 2014. A Guiana Francesa é uma extensão da França, presente no continente sul-americano. A região conta com um território de 83.534 km², uma população de 229 mil habitantes e um Produto Interno Bruto (PIB) de 2,8 bilhões de euros. Apesar da fronteira existente de 700 quilômetros com o território brasileiro é desconhecido o potencial econômico da proximidade da Guiana Francesa com o Brasil e também os riscos sanitários, principalmente de ingresso de novas pragas no território brasileiro, com o aumento do comércio e fluxo de pessoas que a inauguração da ponte propiciará. Por exemplo, a *Bactrocera carambolae*, conhecida como mosca da carambola entrou no Amapá em 1996, pelo Oiapoque, via Guiana Francesa e hoje está presente em todos os municípios do Amapá. Além da mosca da carambola, que ainda está restrita ao estado Amapá, por meio das ações bem sucedidas do Programa Nacional de Erradicação da Mosca da Carambola do MAPA, entrou no Brasil pelo Amapá, o Moko da bananeira, doença que prejudica a fruticultura nacional causando prejuízos de vários milhões de dólares.

As relações entre Brasil e Guiana Francesa têm evoluído de maneira satisfatória nos últimos anos, mas há a necessidade premente da preocupação das autoridades brasileiras, por meio de políticas públicas de desenvolvimento, no sentido de aparelhar satisfatoriamente o órgão de fiscalização agropecuário localizado no Município do Oiapoque (UVAGRO-OIAPOQUE), vinculado a Superintendência Federal de Agricultura

no Amapá. Nesse sentido estão sendo discutidos com o órgão central, a remoção de alguns servidores administrativos. No ano de 2013 foi removido um Fiscal Federal Agropecuário (veterinário) para a UVAGRO-OIAPOQUE.

Na SFA/AP, o VIGIAGRO é gerenciado pelo Chefe da Divisão de Defesa Agropecuária (DDA), com suas ações executadas através de Fiscais Federais Agropecuários lotados no Serviço de Sanidade, Inspeção e Fiscalização Vegetal – SIFISV/SFA/AP ou no Serviço de Saúde, Inspeção e Fiscalização Animal – SIFISA, dependendo do tipo de atendimento, ou seja, se envolve questões da área vegetal ou da área animal, respectivamente. Ocasionalmente, os atendimentos do VIGIAGRO/SFA/AP também receberam apoio da Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário – DPDAG/SFA/AP. As tarefas foram executadas através da Unidade de Vigilância Agropecuária do Porto de Santana (UVAGRO/Porto de Santana) e; através da Unidade de Vigilância Agropecuária do Município de Oiapoque (UVAGRO/Município de Oiapoque).

A UVAGRO/Porto de Santana é o principal ponto de importações e exportações do Estado do Amapá. O atendimento inicial das demandas se fez por um servidor administrativo que programou as operações fiscais que, durante 2013, se fizeram nas importações envolvendo produtos/embalagens de madeira e nas exportações e no tratamento fitossanitário de “cavacos” de eucalipto que são exportados, à granel (via navio), principalmente para a China, Japão e Espanha. O produto (cavaco de eucalipto), oriundo de plantios em território amapaense, é obtido na unidade industrial instalada na área portuária de Santana/AP e se destina à fabricação de celulose em outros países. As projeções indicam que as exportações deverão crescer em 2014, com significativo incremento na movimentação portuária.

Durante 2013 foram executadas 71 fiscalizações em containers, para importações de produtos com engradados (pallets) de madeira, além de produtos de uso pessoal, utilidades domésticas e/ou embalagens em madeira. As fiscalizações de exportações de produtos madeireiros em 2013 foram de 20 navios e 9 remessas de amostras aéreas. Cada exportação e/ou importação gera um processo individual que fica arquivado na SFA.

- A UVAGRO/Aeroporto de Macapá também faz atendimentos mediante demandas. Em 2013 não existiram vôos internacionais regulares. A INFRAERO informa previamente a SFA/AP sobre ocorrência em caso de vôo fretado. Nenhuma anormalidade foi verificada no período.

4 PARTE A, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU N° 127/2013

PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

4.1. Relação dos Programas do Plano Plurianual vigente da UJ

QUADRO A.4.2.2.2 – MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA EXTERNA POR GRUPO DE DESPESA

Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos						
Recebidos						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos						
Recebidos						

4.1.3 – Realização da Despesa

QUADRO A.4.2.3.1.– DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS - TOTAL

Unidade Orçamentária:		Código UO:		UGO:	
Modalidade de Contratação		Despesa Liquidada		Despesa paga	
		2013	2012	2013	2012
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)					
a) Convite					
b) Tomada de Preços					
c) Concorrência					
d) Pregão					
e) Concurso					
f) Consulta				NÃO SE APLICA	
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas					
2. Contratações Diretas (h+i)					
h) Dispensa					
i) Inexigibilidade					
3. Regime de Execução Especial					
j) Suprimento de Fundos					
4. Pagamento de Pessoal (k+l)					
k) Pagamento em Folha					
l) Diárias					
5. Outros					
6. Total (1+2+3+4+5)					

**QUADRO A.4.2.3.2 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS
ORIGINÁRIOS – VALORES EXECUTADOS DIRETAMENTE PELA UJ**

Unidade Orçamentária:		Código UO:		UGO:	
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga		
	2013	2012	2013	2012	
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)					
a) Convite					
b) Tomada de Preços					
c) Concorrência					
d) Pregão					
e) Concurso			NÃO SE APLICA		
f) Consulta					
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas					
2. Contratações Diretas (h+i)					
h) Dispensa					
i) Inexigibilidade					
3. Regime de Execução Especial					
j) Suprimento de Fundos					
4. Pagamento de Pessoal (k+l)					
k) Pagamento em Folha					
l) Diárias					
5. Outros					
6. Total (1+2+3+4+5)					

QUADRO A.4.2.3.3 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS - TOTAL

Unidade Orçamentária:						Código UO:	UGO:	
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
1. Despesas de Pessoal	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Nome 1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
2. Juros e Encargos da Dívida		NÃO SE APLICA						
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3. Outras Despesas Correntes								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
4. Investimentos	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

grupo								
5. Inversões Financeiras		NÃO SE APLICA						
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
6. Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
Obs: Não houve movimentação dessa natureza em nossa Unidade Jurisdicionada.								

QUADRO A.4.2.3.4 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS – VALORES EXECUTADOS DIRETAMENTE PELA UJ

Unidade Orçamentária:			Código UO:				UGO: 130100	
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
1. Despesas de Pessoal	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
2. Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa			NÃO SE APLICA					

despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3. Outras Despesas Correntes								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
4. Investimentos	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
5. Inversões Financeiras		NÃO SE APLICA						
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
6. Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

QUADRO A.4.2.3.5 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO– CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2013	2012	2013	2012
1.Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)				
a) Convite	-	-	-	-
b) Tomada de Preços	-	-	-	-
c) Concorrência	-	-	-	-
d) Pregão	4.038.398,03	2.161.444,54	2.532.611,02	2.141.448,67
e) Concurso	-	-	-	-
f) Consulta	-	-	-	-
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	-	-	-	-
2. Contratações Diretas (h+i)				
h) Dispensa	588.717,39	465.943,59	521.562,02	465.943,59
i) Inexigibilidade	13.722,61	8.273,52	11.922,61	8.273,52
3. Regime de Execução Especial				
j) Suprimento de Fundos				
4. Pagamento de Pessoal (k+l)				
k) Pagamento em Folha				
l) Diárias	111.779,81	126.550,51	111.779,81	126.550,51
5. Outros				
6. Total (1+2+3+4+5)				

OBS: Nas despesas liquidadas em 2013 com relação ao pregão eletrônico, houve acréscimo aproximado de 87,29% para 2012 tendo em vista a necessidade de aquisição de material químico para os trabalhos de combate a mosca da carambola, sendo este a primeira vez realizada diretamente pela nossa SFA/AP. As demais despesas sofreram pouca alteração, inclusive as despesas de diárias sofreu decréscimo de 11% entre os exercícios 2013/2012

QUADRO A.4.2.3.6 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
1. Despesas de Pessoal								
319008.00	1.694,15	13.626,02	1.694,15	13.626,02	-	-	1.694,15	13.626,02
339014.14	111.779,81	126.550,51	111.779,81	126.550,51	-	-	111.779,81	125.823,10
339036.02	14.071,50	5.664,00	14.071,50	5.664,00	-	-	14.071,50	5.664,00
Demais elementos do grupo								
2. Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3. Outras Despesas Correntes								
339030	1.200.418,46	91.624,19	183.704,47	58.253,00	1.016.713,99	33.371,19	174.705,19	58.253,00
339037	626.646,26	544.524,21	574.425,72	477.082,36	52.220,54	67.442,15	569.904,56	477.082,36
339039	2.809.726,13	2.600.910,94	2.545.218,28	2.101.826,29	291.507,85	499.084,65	2.321.151,83	2.081.870,42
339092	2.309,13	4.332,60	-	2.992,50	2.309,13	-	-	-
339139	4.047,18	5.300,00	334,07	5.300,00	3.713,11	-	334,07	1.852,57
Demais elementos do grupo								
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
4. Investimentos								
449052	-	47.093,00	47.093,00	-	-	-	47.093,00	-
443042 – AUXILIO	812.315,13	543.909,55	-	-	812.315,13	543.909,55	-	-
333041 - CONTRIBUIÇÕES	1.020.365,32	696.513,08	-	-	1.020.365,32	696.513,08	-	-
Demais elementos do grupo								

5. Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
6. Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

Fonte: SIAFI GERENCIAL

4.2 Reconhecimento de Passivos por insuficiência de créditos ou recursos

QUADRO A.4.2. - RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS

Valores em R\$
1,00

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI		Denominação			
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2012	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2013
		NÃO SE APLICA			

Fonte: SIAFI GERENCIAL

A SFA/AP não teve reconhecimento de passivos

4.3 Movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores

QUADRO A.4.3 – RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES

Valores em R\$
1,00

Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscricão	Montante 01/01/2013	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2013
2013	1.914.652,22	610.689,51	1.303.962,71	
2012	1.914.652,22		-	1.914.652,22
2011	319.770,13	-	-	319.770,13
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscricão	Montante 01/01/2013	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2013
2013	201.716,41	199.506,78	-	2.209,63
2012	67.828,06	67.828,06	-	-
2011	178.710,01	-	-	178.710,01

Fonte: SISTEMA SIAFI E SIAFI GERENCIAL

Obs: Embora não esteja constando no SIAFI GERENCIAL RP processados a pagar 2013 o valor de R\$ 175.831,00 + R\$ 2.209,63. Por razão de estarem bloqueados, sendo desbloqueados por nl, sendo pago apenas ALSAR TECNOLOGIA EM REDES LTDA no valor de R\$ 175.831,00. Quanto o valor de R\$ 2.209,63 se trata de questões judiciais sendo transferido para o próximo exercício.

4.4 Transferências de Recursos

QUADRO A.4.4.1 – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA

Posição em 31.12.2013

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome:									
CNPJ:				UG/GESTÃO:					
Informações sobre as Transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
			NÃO SE APLICA						

LEGENDA

Modalidade:

- 1 - Convênio
- 2 - Contrato de Repasse
- 3 - Termo de Cooperação
- 4 - Termo de Compromisso

Situação da Transferência:

- 1 - Adimplente
- 2 - Inadimplente
- 3 - Inadimplência Suspensa
- 4 - Concluído
- 5 - Excluído
- 6 - Rescindido
- 7 - Arquivado

Fonte:

QUADRO A.4.4.2 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS PELA UJ NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:						
CNPJ:						
UG/GESTÃO:						
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
	2	2	2			
	0	0	0			
	1	1	1			
	3	2	1			
Convênio						
Contrato de Repasse				NÃO SE APLICA		
Termo de Cooperação						
Termo de Compromisso						
Totais						

Obs: Não aconteceu nenhuma celebração de convênios com esta SFA/AP. Quanto a contrato de repasse esta SEOF/SFA/AP não tem conhecimento.

**QUADRO A.4.4.3 – RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SOBRE
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PELA UJ NA MODALIDADE DE
CONVÊNIO, TERMO DE COOPERAÇÃO E DE CONTRATOS DE
REPASSE.**

Valores em
R\$ 1,00

Unidade Concedente					
Nome:					
CNPJ:		UG/GESTÃO:			
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montante Repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse
2013	Contas Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado	NÃO SE APLICA		
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
2012	Contas Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado	NÃO SE APLICA		
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
2011	Contas Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado	NÃO SE APLICA		
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
Anteriores a 2011	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado	NÃO SE APLICA		

Obs: Não aconteceu nenhuma celebração de convênios com esta SFA/AP. Quanto a contrato de repasse esta SEOF/SFA/AP não tem conhecimento.

**QUADRO A.4.4.4 – VISÃO GERAL DA ANÁLISE DAS PRESTAÇÕES DE
CONTAS DE CONVÊNIOS E CONTRATOS DE REPASSE.**

R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome:					
CNPJ:		UG/GESTÃO:			
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montantes Repassados			Instrumentos	
				Convênios	Contratos de Repasse
2013	Quantidade de Contas Prestadas				
	Com Prazo de Análise ainda não Vencido	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada		
			Quantidade Reprovada		
			Quantidade de TCE		NÃO SE APLICA
			Montante Repassado (R\$)		
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade			
		Montante Repassado (R\$)			
		Quantidade Aprovada			
		Quantidade Reprovada		NÃO SE APLICA	
	Com Prazo de Análise Vencido	Contas Analisadas	Quantidade de TCE		
			Montante Repassado (R\$)		
			Quantidade		
Montante Repassado (R\$)					
2012	Quantidade de contas prestadas				
	Contas Analisada s	Quantidade Aprovada			
		Quantidade Reprovada			
		Quantidade de TCE			
		Montante repassado			
	Contas NÃO Analisada s	Quantidade			
		Montante repassado (R\$)			
Quantidade de Contas Prestadas					
2011	Contas analisadas	Quantidade Aprovada			
		Quantidade Reprovada			

		Quantidade de TCE		
		Montante Repassado		
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade		
		Montante Repassado		
Exercício Anterior a 2011	Contas NÃO Analisadas	Quantidade		
		Montante Repassado		
Obs: Não se aplica por esta Seção de Execução Orçamentária e Financeira				

4.5 Suprimentos de Fundos

QUADRO A.4.5.1 – DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DA CONTA TIPO “B” E POR MEIO DO CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO (SÉRIE HISTÓRICA)

Valores em R\$ 1,00

Suprimento de Fundos							
Exercícios	Conta Tipo “B”		CPGF				Total (R\$)
	Quantidade	(a) Valor	Saque		Fatura		(a+b+c)
			Quantidade	(b) Valor	Quantidade	(c) Valor	
2013							
2012			NÃO SE APLICA				
2011							

**QUADRO A.4.5.2 – DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DE
SUPRIMENTO DE FUNDOS POR UG E POR SUPRIDO (CONTA TIPO
“B”)**

Valores
em R\$
1,00

Código da UG 1					Nome da UG			
Suprido	CPF	Empenho			Finalidade	Valor	Justificativa para a Não Utilização do CPGF	Nº Processo Prestação de Contas
		Nº	Data	ND				
		NÃO SE APLICA						
Total Utilizado pela UG								
Código da UG 2					Nome da UG			
Total Utilizado pela UG								
Total Utilizado pela UJ								

Não houve movimentação nesta SFA/AP.

**QUADRO A.4.5.3 - DESPESA COM CARTÃO DE CRÉDITO
CORPORATIVO POR UG E POR PORTADOR**

Valores
em R\$
1,00

Código da UG 1		Limite de Utilização da UG			
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
Total Utilizado pela UG					
Código da UG 2:		Limite de Utilização da UG:			
	NÃO SE APLICA				
Total Utilizado pela UG					
Total Utilizado pela UJ					

Não houve movimentação nesta SFA/AP.

QUADRO A.4.5.4 - PRESTAÇÕES DE CONTAS DE SUPRIMENTO DE FUNDOS (CONTA TIPO “B” E CPGF)

Suprimento de Fundos												
Situação	Conta Tipo “B”						CPGF					
	2013		2012		2011		2013		2012		2011	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
PC não Apresentadas												
PC Aguardando Análise		NÃO SE APLICA										
PC em Análise												
PC não Aprovadas												
PC Aprovadas												

Fonte: SIAFI e SIAFI GERENCIAL

Não houve movimentação nesta SFA/AP.

QUADRO – A.4.6.2.1 – RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS SOB GESTÃO DA UJ – RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS ESTIMADAS E QUANTIFICADAS PELA UJ

Tributo/Contribuição Gasto Tributário	Legislação	Natureza da Renúncia (LRF, art. 14, § 1º)	Objetivos Socioeconômicos	Contrapartida Exigida	Prazo de Vigência	Medidas de Compensação
	NÃO SE APLICA					

Obs: Não houve movimentação dessa natureza em nossa Unidade Jurisdicionada.

Tributo/Contribuição Gasto Tributário
I. Imposto sobre importação
1. Zona Franca de Manaus
2. Áreas de livre comércio
3. Máquinas e equipamentos - Aquisições do CNPq

QUADRO A.4.6.2.2. - VALORES RENUNCIADOS E RESPECTIVA CONTRAPARTIDA

Gasto Tributário:							
Valores	2013		2012		2011		
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	
Renúncia							
Contrapartida		NÃO SE APLICA					
Medidas de Compensação							

Obs: Não houve movimentação dessa natureza em nossa Unidade Jurisdicionada.

QUADRO A.4.6.2.3 - VALORES RENUNCIADOS POR TRIBUTO E GASTO TRIBUTÁRIO – 2013-2011

Tributo Contribuição Gasto Tributário	2013			2012			2011		
	Renúncia		Medidas de Compensa- ção	Renúncia		Medidas de Compensa- ção	Renúncia		Medida s de Compe nsa- ção
	Projeta do	Estima do		Projet ado	Estima do		Projet ado	Estim ado	
			NÃO SE APLICA						

Obs: Não houve movimentação dessa natureza em nossa Unidade Jurisdicionada.

QUADRO A.4.6.2.4.1 - CONTRIBUINTES BENEFICIADOS PELA RENÚNCIA – PESSOAS FÍSICAS

Gasto Tributário:						
U F	2013		2012		2011	
	Quantidade	Valor Renunciado	Quantidade	Valor Renunciado	Quantidade	Valor Renunciado
A C						
A L						
A P						
A M						
B A						
C E						
D F						
E S						
G O						
M A		NÃO SE APLICA				
M T						
M S						
M G						
P A						
P B						
P R						
P						

E						
P						
I						
R						
J						
R						
N						
R						
S						
R						
O						
R						
R						
S						
C						
S						
P						
S						
E						
T						
O						
□						

Obs: Não houve movimentação dessa natureza em nossa Unidade Jurisdicionada.

QUADRO A.4.6.2.4.2 - CONTRIBUINTES BENEFICIADOS PELA RENÚNCIA – PESSOAS JURÍDICAS

Gasto Tributário:							
U F	2013		2012		2011		
	Quantidade	Valor Renunciado	Quantidade	Valor Renunciado	Quantidade	Valor Renunciado	
A C							
A L							
A P							
A M							
B A							
C E							
D F							
E S							
G O							
M A							
M T		NÃO SE APLICA					
M S							
M G							
P A							
P B							
P R							
P E							

P						
I						
R						
J						
R						
N						
R						
S						
R						
O						
R						
R						
S						
C						
S						
P						
S						
E						
T						
O						
<input type="checkbox"/>						

Obs: Não houve movimentação dessa natureza em nossa Unidade Jurisdicionada.

QUADRO A.4.6.2.5.1 - BENEFICIÁRIOS DA CONTRAPARTIDA DA RENÚNCIA – PESSOAS FÍSICAS

Gasto Tributário:							
U F	2013		2012		2011		
	Quantidade	Valor Aplicado	Quantidade	Valor Aplicado	Quantidade	Valor Aplicado	
A C							
A L							
A P							
A M							
B A							
C E							
D F							
ES							
G O							
M A		NÃO SE APLICA					
M T							
M S							
M G							
P A							
P B							
P R							
P E							
PI							

RJ						
R						
N						
R						
S						
R						
O						
R						
R						
S						
C						
SP						
SE						
T						
O						
<input type="checkbox"/>						

Obs: Não houve movimentação dessa natureza em nossa Unidade Jurisdicionada.

QUADRO A.4.6.2.5.2 - BENEFICIÁRIOS DA CONTRAPARTIDA DA RENÚNCIA – PESSOAS JURÍDICAS

Gasto Tributário:						
UF	2013		2012		2011	
	Quantidade	Valor Aplicado	Quantidade	Valor Aplicado	Quantidade	Valor Aplicado
AC						
AL						
AP						
A						
M						
BA						
CE						
DF						
ES						
GO						
M						
A						
M						
T						
MS						
M						
G						
PA						
PB						
PR						
PE						
PI						
RJ						
RN						
RS						
RO						
RR						
SC						
SP						
SE						
TO						
□						

NÃO SE APLICA

Obs: Não houve movimentação dessa natureza em nossa Unidade Jurisdicionada.

QUADRO A.4.6.2.6 - APLICAÇÃO DE RECURSOS DA RENÚNCIA DE RECEITA PELA PRÓPRIA UJ

Gasto tributário	Programas	Recursos Renunciados Aplicados			Recursos Orçamentários Liquidados			
		2013	2012	2011	2013	2012	2011	
		NÃO SE APLICA						

Obs: Não houve movimentação dessa natureza em nossa Unidade Jurisdicionada.

QUADRO A.4.6.2.7 - PRESTAÇÕES DE CONTAS DE RENÚNCIA DE RECEITAS

Gasto Tributário:						
Situação	2013		2012		2011	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
PC não Apresentadas						
PC Aguardando Análise			NÃO SE APLICA			
PC em Análise						
PC não Aprovadas						
PC Aprovadas						

Obs: Não houve movimentação dessa natureza em nossa Unidade Jurisdicionada.

QUADRO A.4.6.2.8 - COMUNICAÇÕES À RFB

Gasto Tributário:												
Renúncia	2013				2012				2011			
	Comunicações		Valores Indevidamente Renunciados		Comunicações		Valores Indevidamente Renunciados		Comunicações		Valores Indevidamente Renunciados	
	Susp.	Canc.	Susp.	Canc.	Susp.	Canc.	Susp.	Canc.	Susp.	Canc.	Susp.	Canc.
				NÃO SE APLICA								

Obs: Não houve movimentação dessa natureza em nossa Unidade Jurisdicionada

QUADRO A.4.6.2.9 - INDICADORES DE GESTÃO DA RENÚNCIA DE RECEITAS

Gasto Tributário:							
Ano	Metas				Renúncia/PIB (%)	Geração de empregos	
	Descrição	Indicador	Prev.	Real.	Nac.	Diretos	Indiretos
2013							
2012					NÃO SE APLICA		
2011							

Obs: Não houve movimentação dessa natureza em nossa Unidade Jurisdicionada.

QUADRO A.4.6.2.11 - AÇÕES DA RFB

Exercício 2013					
Gasto Tributário	Fiscalizações	Autos de Infração		Recolhimento	
		Qtd. Empresas	Valor (R\$)	Qtd. Empresas	Valor (R\$)
TOTAL					

Exercício 2012					
Gasto Tributário	Fiscalizações	Autos de Infração		Recolhimento	
		Qtd. Empresas	Valor (R\$)	Qtd. Empresas	Valor (R\$)

QUADRO A.4.7.1- REQUISIÇÕES E PRECATÓRIOS – ADMINISTRAÇÃO DIRETA

Precatórios - Requisição												
Administração Direta												
Natureza	Quantidade de Requisição e Valor						Quantidade de Precatório e Valor					
	2012		2011		2010		2012		2011		2010	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
Alimentícia												
Comum												
Total												

Precatórios – Dotação e Pagamento											
Natureza	Dotação Orçamentária			Valores Pagos/Tipo de Credor						Saldos a Pagar	
				Pessoa Física			Pessoa Jurídica				
	2010	2011	2013	2010	2011	2013	2010	2011	2013		
Alimentícia											
Comum											
Total											

QUADRO A.4.1 - REQUISIÇÕES E PRECATÓRIOS – ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

Precatórios - Requisição												
Administração Indireta												
Natur eza	Quantidade de Requisição e Valor						Quantidade de Precatório e Valor					
	2012		2011		2010		2012		2011		2010	
	Q td .	Valor	Q td .	Valor	Q td .	Valo r	Qtd.	Val or	Qtd.	V al o r	Q td .	V al o r
Alime ntícia												
Comu m												
Total												

Precatórios – Dotação e Pagamento										
Natureza	Dotação Orçamentária			Valores Pagos/Tipo de Credor						Saldos a Pagar
				Pessoa Física			Pessoa Jurídica			
	2013	2011	2010	2013	2011	2010	2013	2011	2010	
Alimentícia	2013	2011	2010	2013	2011	2010	2013	2011	2010	
Comum										
Total										

Observações:

5 PARTE A, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU TCU N.º 127/2013.

5. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E OUTROS CUSTOS RELACIONADOS.

5.1 Estrutura de pessoal da unidade

5.1.1 Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada

QUADRO A.5.1.1.1 – FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	103	100	4	2
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	103	100	4	2
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	103	100	4	2
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	1	1	1	1
4. Total de Servidores (1+2+3)	104	101	5	3

QUADRO A.5.1.1.2 – SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UJ

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	10
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	4
1.2. Exercício de Função de Confiança	0
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)	6
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	0
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	0
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	0
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	0
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	0
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	1
3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	1
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	0
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	0
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	0
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	0
4. Licença Remunerada (4.1+4.2)	0
4.1. Doença em Pessoa da Família	0
4.2. Capacitação	0

5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	0
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	0
5.2. Serviço Militar	0
5.3. Atividade Política	0
5.4. Interesses Particulares	0
5.5. Mandato Classista	0
6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)	0
7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)	11
Fonte: SIAPE	

5.1.2 Qualificação da Força de Trabalho

QUADRO A.5.1.2.1 – DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ (SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO)

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	6	6	1	1
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	6	6	1	1
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	5	5	0	0
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	0	0	0	0
1.2.4. Sem Vínculo	1	1	1	1
1.2.5. Aposentados	0	0	0	0
2. Funções Gratificadas	14	14	2	1
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	14	14	2	1
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	0	0	0
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	20	20	3	2

Fonte: SIAPE

5.1.2.2 -Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade

QUADRO A.5.1.2.2 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIA SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de Cargo Efetivo	-	1	19	52	-
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	-	-	-	-	-

1.2.	Servidores de Carreira	-	1	-	-	-
1.3.	Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-
2.	Provimento de Cargo em Comissão	1	-	5	7	1
2.1.	Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-
2.2.	Grupo Direção e Assessoramento Superior	1	-	3	1	1
2.3.	Funções Gratificadas	-	-	2	6	-
3.	Totais (1+2)	1	1	24	59	26

Fonte: SIAPE

5.1.2.3 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade

QUADRO A.5.1.2.3 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de Cargo Efetivo	-	1	-	1	5	1	-	-	1
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	-	1	-	1	5	1	-	-	1
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	0	-	4	1	7	-	-	-
2. Provimento de Cargo em Comissão	-	-	-	1	7	0	-	-	-
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-	1	5	-	-	-
2.3. Funções Gratificadas	-	-	-	1	6	5	-	-	-
3. Totais (1+2)	-	1	-	1	5	2	-	-	1

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: SIAPE

QUADRO A.5.1.3 - QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA E NOS DOIS ANTERIORES

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
Membros de Poder e Agentes Políticos											
Exercícios	2013	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provimento em Comissão											
Exercícios	2013	4.312.920,98	-	1.985.733,99	277.739,26	390,54	47.108,42	24.039,62	2.095,68	48.618,46	7.088.806,40
	2012	3.436.786,09	-	2.780.666,99	377.595,49	330,27	34.110,00	21.447,26	-	3.949,12	6.984.834,43
	2011	3.316.794,05	-	2.782.094,13	381.614,30	321,24	49.531,00	14.304,95	-	-	6.865.583,72
Servidores com Contratos Temporários											
Exercícios	2013	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença											
Exercícios	2013	196.300,11	-	19.385,89	-	17.787,27	5.095,00	-	-	1.630,32	240.198,59
	2012	77.727,46	-	2.694,08	-	4.714,00	1.536,00	-	-	-	86.671,54
	2011	358.024,34	-	46.430,74	-	23.280,34	8.355,00	-	-	-	436.090,42
Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial											
Exercícios	2013	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Exercício	2013	823.923,80	85.	78.	23.889,	28.	8.683	2.8	-	17.412,64	1.069.803,37

ios			970 .52	693 .32	95	411 .74	.28	18, 12				
	2012	410.143,87	81. 948 .75	452 0,2 3	59.869, 66	21. 067 .72	8.665 .27	5.0 19, 21	-	-	1.038.834,71	
	2011	400.718,94	81. 447 .65	401 0,7 8	48.820, 30	23. 066 .51	15.78 1,06	4.6 61, 86	-	-	975.575,60	
Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas												
Exercíc ios	2013	895.664,61	64. 408 .83	118 9,1 2	31.551, 40	64. 971 .81	18.26 0,99	1.4 97, 20	-	15.831,48	1.210.455,44	
	2012	733.740,58	63. 328 .01	162 0,1 8	16.305, 96	53. 066 .38	14.13 1,88	1.2 13, 14	-	826,29	1.044.627,32	
	2011	743.444,27	65.28 5,35	202.450, 33	19.558,1 6	53.640, 85	12.878,78	6.496, 63	-	-	-	1 .1 0 3 .7 5 4 ,3 7

5.1.4 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

QUADRO A.5.1.4.1 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS - SITUAÇÃO APURADA EM 31 DE DEZEMBRO

Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência
1. Integral	28	5
1.1 Voluntária	27	04
1.2 Compulsória	-	-
1.3 Invalidez Permanente	1	1
1.4 Outras	-	-
2. Proporcional	-	-
2.1 Voluntária	-	-
2.2 Compulsória	-	-
2.3 Invalidez Permanente	-	-
2.4 Outras	-	-
3. Totais (1+2)	28	05

Fonte: SIAPE

5.1.4.2 Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela Unidade Jurisdicionada

QUADRO A.5.1.4.2 - INSTITUIDORES DE PENSÃO - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Regime de Proventos do Servidor Instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no Exercício de Referência
1. Aposentado	55	9
1.1. Integral	55	9
1.2. Proporcional	-	-
2. Em Atividade	-	-
3. Total (1+2)	55	9

Fonte: SIAPE

5.1.5 Cadastramento no SISAC

5.1.5.1 - Atos Sujeitos à Comunicação ao Tribunal por intermédio do SISAC

QUADRO A.5.1.5.1 – ATOS SUJEITOS AO REGISTRO DO TCU (ART. 3º DA IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao registro no TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Admissão	-	-	-	-
Concessão de aposentadoria	05	02	05	02
Concessão de pensão civil	09	05	09	05
Concessão de pensão especial a ex-combatente	-	-	-	-
Concessão de reforma	-	-	-	-
Concessão de pensão militar	-	-	-	-
Alteração do fundamento legal de ato concessório	-	-	-	-
Totais	14	07	14	07

5.1.5.2 - Atos Sujeitos à comunicação ao TCU

QUADRO A.5.1.5.2 – ATOS SUJEITOS À COMUNICAÇÃO AO TCU (ART. 3º DA IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos à comunicação ao TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Desligamento	Não Há	Não Há	Não Há	Não Há
Cancelamento de concessão				
Cancelamento de desligamento				
Totais	Não Há	Não Há	Não Há	Não Há

5.1.5.3 - Regularidade do cadastro dos atos no Sisac

QUADRO A.5.1.5.3 – REGULARIDADE DO CADASTRO DOS ATOS NO SISAC

Tipos de Atos	Quantidade de atos de acordo com o prazo decorrido entre o fato caracterizador do ato e o cadastro no SISAC			
	Exercício de 2013			
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	Mais de 90 dias
Atos Sujeitos ao Registro pelo TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Admissão		-		
Concessão de aposentadoria		05		
Concessão de pensão civil		09		
Concessão de pensão especial a ex-combatente		-		
Concessão de reforma		-		
Concessão de pensão militar		-		
Alteração do fundamento legal de ato concessório		-		
Total		14		
Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Desligamento		-		
Cancelamento de concessão		-		
Cancelamento de desligamento		-		
Total		-		

QUADRO A.5.1.5.4 – ATOS SUJEITOS À REMESSA FÍSICA AO TCU (ART. 14 DA IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao envio ao TCU		Quantidade de atos enviados ao TCU	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Pensões graciosas ou indenizatórias	Não Há	Não Há	Não Há	Não Há
Outros atos fora do SISAC (especificar)				
Totais	Não Há	Não Há	Não Há	Não Há

Fonte: SIAPENET

QUADRO A.5.2.1 – CARGOS E ATIVIDADES INERENTES A CATEGORIAS FUNCIONAIS DO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE JURISDICIONADA

Descrição dos Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão em que há Ocorrência de Servidores Terceirizados	Quantidade no Final do Exercício			Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	2013	2012	2011		
Não Há	-	-	-	-	-
Análise Crítica da Situação da Terceirização no Órgão					

Fonte: SIAPENET

QUADRO A.5.2.2 – AUTORIZAÇÕES PARA REALIZAÇÃO DE CONCURSOS PÚBLICOS OU PROVIMENTO ADICIONAL PARA SUBSTITUIÇÃO DE TERCEIRIZADOS

Nome do Órgão Autorizado a Realizar o Concurso ou Provimento Adicional	Norma ou Expediente Autorizador, do Exercício e dos dois Anteriores		Quantidade Autorizada de Servidores
	Número	Data	
Não Há	-	-	-

Fonte: SIAPENET

QUADRO A.5.2.3 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

Unidade Contratante													
Nome: SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA NO AMAPÁ													
UG/Gestão:130100							CNPJ:00.396.895/0034-93						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2011	V	0	005/2011	07.145.039/00 01-46	01/10/20 11	02/10/20 14	1 2	1 2	-	-	-	-	ATIVO PRORROGADO
2010	L	0	007/2010	07.304.842/00 01-86	29/11/20 10	30/11/20 14	1 2	1 2	-	-	-	-	ATIVO PRORROGADO
Observações:													
<p>LEGENDA Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva. Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.</p>													

Fonte: Pesquisa no Processo do Contrato e na Empresa Contratada

QUADRO A.5.2.4 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Unidade Contratante													
Nome:													
UG/Gestão:							CNPJ:						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2009	12	0	50-0000/2009	08.450.948/0001-50	11/08/2009	13/08/2014	7 2	7 2	-	-	-	-	ATIVO PROR ROGA DO
Observações:													
LEGENDA							Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.						
Área: 1. Segurança; 2. Transportes; 3. Informática; 4. Copeiragem; 5. Recepção; 6. Reprografia; 7. Telecomunicações; 8. Manutenção de bens móveis 9. Manutenção de bens imóveis 10. Brigadistas 11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes 12. Outras													

Fonte: Pesquisa no Processo do Contrato e na Empresa Contratada

QUADRO A.5.2.6 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	(em R\$ 1,00)
1. Nível superior	6	4	4	4	R\$20.731,69
1.1 Área Fim	2	1	1	1	R\$4.392,27
1.2 Área Meio	4	3	3	3	R\$16.339,42
2. Nível Médio	4	4	4	4	R\$9.290,48
2.1 Área Fim	-	1	1	1	R\$1.576,48
2.2 Área Meio	4	3	3	3	R\$7.714,00
3. Total (1+2)	10	8	8	8	R\$30.022,17

Fonte: SIAPE

6 PARTE A, ITEM 6, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013.

6. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO

6.1 Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros

FROTA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES DE PROPRIEDADE DA UNIDADE JURISDICIONADA

Item- a) – Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos;

- PORTARIA nº 191 DE 23 DE OUTUBRO DE 2012

Item-b)- Tem uma suma importância para melhor desenvolver as Atividades desta SFA-AP, nos Setores Administrativos, SIFISV; SIFISA; DDA, de Controle e Fiscalização nas Ações.

Frota de Veículos	Quantidade de Veículos	Idade Média (ano)	Custo Manutenção ano	Média anual de km	Pagamento Seguro Obrigatório	Consumo de combustível Óleo diesel	Consumo de combustível Gasolina	Lubrificantes
NISSAN	4	14	75.073,41	6.870	439,84	9.525,51	-	1.675,75
MAHINDRA	3	06	-	-	329,88	-	-	-
RANGER / ÓLEO DIESEL	3	06	16.005,55	2.731	329,88	3.573,26	-	304,75
FIESTA	3	06	2.479,56	1.114	315,75	-	2.003,94	112,50
PÁLIO	3	07	679,00	453	315,75	-	665,94	109,50
GOL	5	15	-	-	526,25	-	-	-
MOTO	1	06	-	-	290,90	-	-	-
STRADA	21	07	60.916,46	12.014	2.309,16	-	17.231,28	3.136,75
RANGER GASOLINA	10	06	21.111,86	9.823	1.099,60	-	12.387,99	2.514,75
RANGER(CONVÊNIO FOCEM (1))	10	-	-	-	-	-	-	-
FIAT	02	-	-	-	210,50	-	-	-
LANCHA			-	-			24,75	
TOTAL.....	55	-	176.265,84	33.005	6.167,51	13.098,77	32.313,90	7.854,00

Como impacto temos: Erradicação do Combate a Mosca da Carambola; Controle da Febre Aftosa, Fiscalização de Grãos e Bebidas, programas executados em todo o Estado do Amapá.

(1)- Convênio COF-PAMA, Nº 07/07

LUBRIFICANTES – valores incluídos: óleo lubrificantes, filtro de óleo, aditivo do radiador, descarbonizantes, filtro de ar, mão de obra.

Abastecimento da voadeira, memo.nº123/SIFISV/DDA/SFA/AP,19/10/2012 ; abastecimento do veículo Courier, placa NEO-1449, memo. Nº103/2012/SIFISA/DDA/SFA/AP, abastecimento gol, placa NEV- 4397,MEMO Nº105/2012/SIFISA/DDA/SFA/AP.

Item – g) - Informamos que no memento não temos plano de substituição da frota/SFA/AP

Item –h) - A SFA/AP , não possui serviços de locação

Item- i) – Estrutura de controle: Contrato com Empresa Especializada em Serviços de Manutenção Preventiva e Corretiva da frota desta SFA-AP, controle através de guias para abastecimento, ficha de controle de quilometragem, para melhor desenvolvermos nossas atividades, até setembro/2012 a partir de outubro/2012, implantamos o Sistema de Controle de Veículos Automotores / SCVA do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, tendo a partir dessa data um maior controle dos veículos que compõem a frota desta SFA/AP.

6.2 Gestão de Patrimônio Imobiliário

QUADRO A.6.2.1 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2013	EXERCÍCIO 2012
BRASIL	UF 1	03	02
	município Macapá	01	01
	município Laranjal do Jari	01	01
	município de Oiapoque	01	0
	UF “n”	0	0
	município 1	0	0
	município 2	0	0
	município “n”	0	0
Subtotal Brasil		03	02
EXTERIOR	PAÍS 1	0	0
	cidade 1	0	0
	cidade 2	0	0
	cidade “n”	0	0
	PAÍS “n”	0	0
	cidade 1	0	0
	cidade 2	0	0
	cidade “n”	0	0
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		03	02

Fonte: SIAPE

**QUADRO A.6.2.2 – DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ,
EXCETO IMÓVEL FUNCIONAL**

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
130100	060500118.5003	13	RUIM	131.769,37	26/06/2003	-	-	-
130100	061300009.5001	13	RUIM	145.274,51	08/04/2002	-	-	-
130100	060900046.5005	13	BOM	281.055,67	02/10/2012	-	-	-
Total							-	-
Fonte: SFA/AP								

QUADRO A.6.2.3 – DISCRIMINAÇÃO DE IMÓVEIS FUNCIONAIS DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ

Situação	RIP	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
			Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
Ocupados							
Vazios							
Total							
Fonte: SFA/AP							

7 **PARTE A, ITEM 7, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/5/2013.**

7. **GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO**

7.1 **Gestão da Tecnologia da Informação (TI)**

QUADRO A.7.1 – GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

Quesitos a serem avaliados	
1. Em relação à estrutura de governança corporativa e de TI, a Alta Administração da Instituição:	
<input type="checkbox"/>	Aprovou e publicou plano estratégico institucional, que está em vigor.
<input checked="" type="checkbox"/>	monitora os indicadores e metas presentes no plano estratégico institucional.
<input type="checkbox"/>	Responsabiliza-se pela avaliação e pelo estabelecimento das políticas de governança, gestão e uso corporativos de TI.
<input checked="" type="checkbox"/>	aprovou e publicou a definição e distribuição de papéis e responsabilidades nas decisões mais relevantes quanto à gestão e ao uso corporativos de TI.
<input checked="" type="checkbox"/>	aprovou e publicou as diretrizes para a formulação sistemática de planos para gestão e uso corporativos de TI, com foco na obtenção de resultados de negócio institucional.
<input checked="" type="checkbox"/>	aprovou e publicou as diretrizes para gestão dos riscos aos quais o negócio está exposto.
<input checked="" type="checkbox"/>	aprovou e publicou as diretrizes para gestão da segurança da informação corporativa.
<input checked="" type="checkbox"/>	aprovou e publicou as diretrizes de avaliação do desempenho dos serviços de TI junto às unidades usuárias em termos de resultado de negócio institucional.
<input checked="" type="checkbox"/>	aprovou e publicou as diretrizes para avaliação da conformidade da gestão e do uso de TI aos requisitos legais, regulatórios, contratuais, e às diretrizes e políticas externas à instituição.
<input type="checkbox"/>	Designou formalmente um comitê de TI para auxiliá-la nas decisões relativas à gestão e ao uso corporativos de TI.
<input type="checkbox"/>	Designou representantes de todas as áreas relevantes para o negócio institucional para compor o Comitê de TI.
<input checked="" type="checkbox"/>	Monitora regularmente o funcionamento do Comitê de TI.
2. Em relação ao desempenho institucional da gestão e de uso corporativos de TI, a Alta Administração da instituição:	
<input type="checkbox"/>	Estabeleceu objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
<input checked="" type="checkbox"/>	Estabeleceu indicadores de desempenho para cada objetivo de gestão e de uso corporativos de TI.
<input type="checkbox"/>	Estabeleceu metas de desempenho da gestão e do uso corporativos de TI, para 2012.
<input type="checkbox"/>	Estabeleceu os mecanismos de controle do cumprimento das metas de gestão e de uso corporativos de TI.
<input type="checkbox"/>	Estabeleceu os mecanismos de gestão dos riscos relacionados aos objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
<input type="checkbox"/>	Aprovou, para 2012, plano de auditoria(s) interna(s) para avaliar os riscos considerados críticos para o negócio e a eficácia dos respectivos controles.
<input checked="" type="checkbox"/>	Os indicadores e metas de TI são monitorados.
<input type="checkbox"/>	Acompanha os indicadores de resultado estratégicos dos principais sistemas de informação e toma decisões a respeito quando as metas de resultado não são atingidas.
<input type="checkbox"/>	Nenhuma das opções anteriores descreve a situação desta instituição.
3. Entre os temas relacionados a seguir, assinale aquele(s) em que foi realizada auditoria formal em 2012, por iniciativa da própria instituição:	
<input type="checkbox"/>	Auditoria de governança de TI.
<input type="checkbox"/>	Auditoria de sistemas de informação.
<input type="checkbox"/>	Auditoria de segurança da informação.
<input type="checkbox"/>	Auditoria de contratos de TI.
<input type="checkbox"/>	Auditoria de dados.
<input type="checkbox"/>	Outra(s). Qual(is)? _____
<input checked="" type="checkbox"/>	Não foi realizada auditoria de TI de iniciativa da própria instituição em 2012.
4. Em relação ao PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação) ou instrumento congênere:	
<input checked="" type="checkbox"/>	A instituição não aprovou e nem publicou PDTI interna ou externamente.
<input type="checkbox"/>	A instituição aprovou e publicou PDTI interna ou externamente.
<input type="checkbox"/>	A elaboração do PDTI conta com a participação das áreas de negócio.
<input type="checkbox"/>	A elaboração do PDTI inclui a avaliação dos resultados de PDTIs anteriores.
<input type="checkbox"/>	O PDTI é elaborado com apoio do Comitê de TI.

<input type="checkbox"/>	O PDTI desdobra diretrizes estabelecida(s) em plano(s) estratégico(s) (p.ex. PEI, PETI etc.).
<input type="checkbox"/>	O PDTI é formalizado e publicado pelo dirigente máximo da instituição.
<input type="checkbox"/>	O PDTI vincula as ações (atividades e projetos) de TI a indicadores e metas de negócio.
<input type="checkbox"/>	O PDTI vincula as ações de TI a indicadores e metas de serviços ao cidadão.
<input type="checkbox"/>	O PDTI relaciona as ações de TI priorizadas e as vincula ao orçamento de TI.
<input type="checkbox"/>	O PDTI é publicado na <i>internet</i> para livre acesso dos cidadãos. Se sim, informe a URL completa do PDTI: _____
5. Em relação à gestão de informação e conhecimento para o negócio:	
<input type="checkbox"/>	Os principais processos de negócio da instituição foram identificados e mapeados.
<input checked="" type="checkbox"/>	Há sistemas de informação que dão suporte aos principais processos de negócio da instituição.
<input type="checkbox"/>	Há pelo menos um gestor, nas principais áreas de negócio, formalmente designado para cada sistema de informação que dá suporte ao respectivo processo de negócio.
6. Em relação à gestão da segurança da informação, a instituição implementou formalmente (aprovou e publicou) os seguintes processos corporativos:	
<input type="checkbox"/>	Inventário dos ativos de informação (dados, <i>hardware</i> , <i>software</i> e instalações).
<input checked="" type="checkbox"/>	Classificação da informação para o negócio (p.ex. divulgação ostensiva ou acesso restrito).
<input type="checkbox"/>	Análise dos riscos aos quais a informação crítica para o negócio está submetida, considerando os objetivos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade.
<input type="checkbox"/>	Gestão dos incidentes de segurança da informação.
7. Em relação às contratações de serviços de TI: utilize a seguinte escala: (1) nunca (2) às vezes (3) usualmente (4) sempre	
<input type="checkbox"/>	(4) são feitos estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação.
<input type="checkbox"/>	(3) nos autos são explicitadas as necessidades de negócio que se pretende atender com a contratação.
<input type="checkbox"/>	(2) são adotadas métricas objetivas para mensuração de resultados do contrato.
<input type="checkbox"/>	(3) os pagamentos são feitos em função da mensuração objetiva dos resultados entregues e aceitos.
<input type="checkbox"/>	(2) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, os artefatos recebidos são avaliados conforme padrões estabelecidos em contrato.
<input type="checkbox"/>	(3) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, há processo de <i>software</i> definido que dê suporte aos termos contratuais (protocolo e artefatos).
8. Em relação à Carta de Serviços ao Cidadão (Decreto 6.932/2009): (assinale apenas uma das opções abaixo)	
<input checked="" type="checkbox"/>	O Decreto não é aplicável a esta instituição e a Carta de Serviços ao Cidadão não será publicada.
<input type="checkbox"/>	Embora o Decreto não seja aplicável a esta instituição, a Carta de Serviços ao Cidadão será publicada.
<input type="checkbox"/>	A instituição a publicará em 2013, sem incluir serviços mediados por TI (e-Gov).
<input type="checkbox"/>	A instituição a publicará em 2013 e incluirá serviços mediados por TI (e-Gov).
<input type="checkbox"/>	A instituição já a publicou, mas não incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
<input type="checkbox"/>	A instituição já a publicou e incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
9. Dos serviços que a UJ disponibiliza ao cidadão, qual o percentual provido também por e-Gov?	
<input type="checkbox"/>	Entre 1 e 40%.
<input type="checkbox"/>	Entre 41 e 60%.
<input type="checkbox"/>	Acima de 60%.
<input checked="" type="checkbox"/>	Não oferece serviços de governo eletrônico (e-Gov).
Comentários	
Registre abaixo seus comentários acerca da presente pesquisa, incluindo críticas às questões, alerta para situações especiais não contempladas etc. Tais comentários permitirão análise mais adequada dos dados encaminhados e melhorias para o próximo questionário.	
Registro no parecer, a carência na velocidade de conexão da internet, que prejudica o trabalho dos servidores desta instituição e conseqüentemente os serviços prestados a população. Quanto a questão de estagiários colocados no relatório anterior e a manutenção de impressoras e copiadoras, os dois foram sanados.	

8 PARTE A, ITEM 8, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013.

8. GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

8.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

QUADRO A.8.1 - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?		X			
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.		X			
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos reciclados, atóxicos ou biodegradáveis).		X			
4. Nos obrigatórios estudos técnicos preliminares anteriores à elaboração dos termos de referência (Lei 10.520/2002, art. 3º, III) ou projetos básicos (Lei 8.666/1993, art. 9º, IX) realizados pela unidade, é avaliado se a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO) é uma situação predominante no mercado, a fim de avaliar a possibilidade de incluí-la como requisito da contratação (Lei 10.520/2002, art. 1º, parágrafo único <i>in fine</i>), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?		X			
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?			X		
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?			X		
7. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?	X				
8. No modelo de execução do objeto são considerados os aspectos de logística reversa, quando aplicáveis ao objeto contratado (Decreto 7.404/2010, art. 5º c/c art. 13).					X
9. A unidade possui plano de gestão de logística sustentável de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, encaminhe anexo ao relatório o plano de gestão de logística sustentável da unidade.			X		
10. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade (análise custo-benefício) de tais bens e produtos.				X	

11. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.	X				
12. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.	X				
Considerações Gerais:					
LEGENDA					
Níveis de Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

8.2 Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

QUADRO A.8.2 – CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA

Adesão a Programas de Sustentabilidade						
Nome do Programa		Ano de Adesão			Resultados	
NÃO SE APLICA						
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Papel	211	195	542	2.319,94	1.924,65	5.349,54
Água (m ³)	11,66	12,82	12,69	8.193,60	6.239,30	5.140,40
Energia Elétrica (kWh)	15.66	20.02	16.02	47.388,79	47.500,61	41.321,69
			Total		55.664,56	51.811,63

Fonte: SAD/SFA/AP

9 PARTE A, ITEM 9, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013.

9.1 - CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS

9.1 Tratamento de deliberações exaradas em acórdão do TCU

QUADRO A.9.1.1 - CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA NO AMAPÁ					002799
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
01	TC 029.221-2010-2	648/2012 TCU Plenário	9.4	ACORDÃO	OFÍCIO Nº 0796/2013-TCU-SECEX, de 25/09/2013
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Descrição da Deliberação					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
SEÇÃO DE GESTÃO DE PESSOAS					002799
Síntese da Providência Adotada					
Notificação dos servidores desta SFA/AP RENATO DA ROCHA PORTAL e CARLOS ALBERTO PEREIRA DE CARVALHO , dando ciência do desconto efetuado na folha de pagamento a partir de 10/2013; Encaminhado Ofício nº 407/2013-SFA/AP a SFA/CE para adoção das medidas quanto ao servidor RUY SANTOS CARVALHO em razão de sua remoção e informado ao TCU sobre a exoneração de LUIZ CARLOS PINHEIRO BORGES e do falecimento do servidor RAIMUNDO DOS SANTOS CARDOSO .					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Em andamento apuração através de Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Controladoria Geral da União.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Observamos o acórdão emitido em favor da SFA/AP, que os fatos textuais foram positivos, pois os servidores passaram a ser cuidadosos com a coisa pública.					

FONTE: SAD/SFA/AP

QUADRO A.9.1.2 - SITUAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA NO AMAPÁ					002799
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida

01	TC 016.041/2009-8 apenso 007.683/2013-8	7488/2013-TCU 2ª Câmara	9.2	RELATÓRIO	Ofício nº 1104/2013-TCU- SECEX/AP, DE 06/12/2013
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA NO AMAPÁ					002799
Descrição da Deliberação					
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
SEÇÃO DE GESTÃO DE PESSOAS/SFA/AP					002799
Justificativa para o seu não Cumprimento:					
O servidor RAIMUNDO DE ASSIS DA SILVA LOBATO, encontrava-se afastado de suas atividades funcionais de recesso de final de ano, férias e licença prêmio. Foi dado cumprimento em março/2013.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Entrega de documentação em final de ano dificultaram a notificação do servidor.					

FONTE: SAD/SFA/AP

9.2 Tratamento de Recomendações do OCI

QUADRO A.9.2.1 - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
NÃO HOUVE NENHUMA RECOMENDAÇÃO DO OCI NESTA SFA/AP			
Descrição da Recomendação			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Síntese da Providência Adotada			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

FONTE: SAD/SFA/AP

QUADRO A.9.2.2 - SITUAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
NÃO HOUVE NENHUMA RECOMENDAÇÃO DO OCI NESTA SFA/AP			
Descrição da Recomendação			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

FONTE: SAD/SFA/AP

9.3 Informações Sobre Atuação da Unidade de Auditoria Interna

Não se Aplica

9.4 Declaração de Bens e Rendas Estabelecidas na Lei nº 8.730/93.

QUADRO A.9.4.1 – DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	Não Há	Não Há	Não Há
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	Não Há	Não Há	Não Há
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			

Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	1	1	1
	Entregaram a DBR	22		22
	Não cumpriram a obrigação			

Fonte: ARQUIVO

9.5 Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário

QUADRO A.9.5 – MEDIDAS ADOTADAS EM CASO DE DANO AO ERÁRIO EM 2013

Casos de dano objeto de medidas administrativas internas	Tomadas de Contas Especiais							
	Não instauradas			Instauradas				
	Dispensadas			Não remetidas ao TCU				
	Débito < R\$ 75.000	Prazo > 10 anos	Outros Casos*	Arquivamento			Não enviadas > 180 dias do exercício instauração*	Remetidas ao TCU
				Recebimento Débito	Não Comprovação	Débito < R\$ 75.000		

9.6 Alimentação SIASG e SICONV

QUADRO A.9.6 – MODELO DE DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal de Agricultura no Amapá
Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário.
DPDAG – AP

DECLARAÇÃO

Eu, Sebastião Paulo de Souza, CPF/MF nº 327b 389 607-82, Técnico em Assuntos Educacionais-M.Sc, declaro junto aos órgãos de Controle Interno e Externo, que todas as informações referentes aos Contratos de Repasse sendo estes geridos pela Caixa Econômica Federal/GIDUR/MC-AP, onde analisamos as propostas das entidades convenentes e fiscalização final da conclusão Dops Planos de Trabalho firmados até o exercício de 2013 por esta Unidade, e atualizados no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabeleceu o art. 19 da Lei 12.465 de 12 de agosto de 2011 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Esclareço outrossim, que os Convênios propriamente são formulados diretamente acompanhados pelos Órgãos singulares do MAPA e Convenentes, sob a responsabilidade dos Setores afins desta Unidade Gestor envolvidos no acompanhamento e execução destes pleitos.

Macapá/AP, 18 de fevereiro de 2014


Sebastião Paulo de Souza
ScSag/DPDAG/SFA-AP



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA NO AMAPÁ
SERVIÇO DE APOIO ADMINISTRATIVO

DECLARAÇÃO

Eu **Graciema Maria Santos da Silva Dias**, responsável pela inclusão e atualização dos dados nos sistemas, CPF 112.957.242-00, chefe do Serviço de Apoio Administrativo, Superintendência Federal de Agricultura, Estado do Amapá, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referente a contratos, convênios, e instrumentos congêneres firmados ate o exercício de 2013 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG conforme estabelece o art. 17 da Lei nº 12.708, de 17 de maio de 2012 e suas correspondentes em exercicios anteriores.

SAD/SFA/AP. Macapá-AP, 17 de fevereiro de 2014.

Graciema Maria Santos da Silva Dias
Chefe do SAD/SFA/AP.

10 PARTE A, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013.

10.1 - RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

10.1 Descrição dos canais de acesso do cidadão ao órgão ou entidade para fins de solicitações, reclamações, denúncias, sugestões, etc., contemplando informações gerenciais e estatísticas sobre o atendimento às demandas.

O Mapa disponibiliza na internet as informações classificada como:

Transparência Ativa para *consultas, reclamações e sugestões*:

- Central de Relacionamento 0800.704.1995;
- Ouvidoria@agricultura.gov.br – sic.mapa@agricultura.gov.br;
- Sistema eletrônico do serviço de informação ao cidadão.

E, para solicitações e denúncias “in loco” no Estado do Amapá a

- Superintendência Federal de Agricultura no Amapá;
- Agência de Defesa Agropecuária no Amapá/DIAGRO/AP;
- UVAGRO/Município de Santana;
- UVAGRO/Município de Oiapoque;
- UTRA/Laranjal do Jarí.

Obs: Em caso de suspeita de uma mosca da carambola procurar a SFA e Unidade Local.

Contemplando informações gerenciais e estatísticas sobre o atendimento às demandas.

Superintendência Federal de Agricultura do Amapá, por meio do Programa Nacional de Educação Sanitária em Defesa Agropecuária que é exercido sob a Coordenação da Secretaria de Defesa Agropecuária, Órgão do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento/MAPA/DF. E, o Plano Nacional de Erradicação da Mosca-da-Carambola “*Bactrocera Carambolae*” no Estado do Amapá contempla as Ações de Educação Sanitária e Defesa Agropecuária para impedir a sua dispersão nos estados brasileiros. Como base, o Regulamento de Defesa Vegetal publicado no Decreto nº 24.114/1.934, o Decreto nº 22.26/1.998, a Portaria nº 21/1.999, Instrução Normativa nº 52/2.007 e nº 41/2.008, assim como também da Instrução Normativa nº 28 que foi Oficialmente Instituída em 15 de maio de 2.008.

Pois, o referido Programa tem como objetivo a promoção de Curso de Formação de Agentes Multiplicadores em “Educação Sanitária” para o Programa de Erradicação da Mosca-da-Carambola, Curso de Capacitação e Atualização de Servidores contemplando os profissionais das três Instâncias do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária, para atuarem junto ao público-alvo quanto a orientações e procedimentos sanitários básicos relacionados a temas específicos da defesa agropecuária, assim como também sensibilizar a Sociedade em Geral para a importância da Erradicação da Mosca-da-Carambola em nosso Estado, bem como

orientar os procedimentos corretos para interromper o ciclo da praga, preservação das armadilhas e sobre a Portaria que proibi o transporte de frutos hospedeiros e sua comercialização para outros Estados da Federação.

Diante do exposto apresentaremos os resultados das Ações que foram solicitadas pela Coordenação da Secretaria de Defesa Agropecuária/MAPA/DF por meio dos Fax nº 07/2013/DPCP/CGPP/MAPA, para cumprir o que foi acordado no Plano de Trabalho firmado em 12 de dezembro de 2012 no Vale do Jarí/AP, (Ações de Educação Sanitária) e Fax DPCP/CGPP nº24/2013, continuação das Ações de Educação Sanitária, que foi proposto na elaboração do Plano de Trabalho firmado na reunião em dezembro de 2012, no Vale do Jarí e o Ofício nº AB/AGED/MA em cumprimento a meta do Convênio firmado entre a AGED/MARANHÃO e MAPA/DF. (Ações de Educação Sanitária).

E, no quadro abaixo apresentaremos os resultados das Ações Desenvolvidas pelo referido Núcleo de Educação Sanitária no Amapá, com Registros, Discriminações e a Quantificação das Ações Realizadas nos Municípios do Estado do Amapá, assim como também nos Estados Pará e Maranhão. Ver Tabela 01 - Anexa

QUADRO I – Ações do Núcleo de Educação Sanitária em apoio ao Programa Nacional de Erradicação da Mosca-da-Carambola no Estado do Amapá

DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE	QUANT.
AÇÕES DO NÚCLEO		
E- Cursos		
Formação para Agentes Multiplicadores do Programa de Erradicação da Mosca-da-Carambola	Curso	02
Multiplicadores /Formandos.	Multiplicador	42
F- Cursos		
De Capacitação Técnica para Servidores Institucionais sobre o Programa de Erradicação da Mosca-da-Carambola	Curso	02
Servidores /Capacitados	Capacitação	36
G- Palestras - Biologia da Mosca-da-Carambola		
Instituições Abrangidas	Escola	14
Palestras Ministradas	Palestra	37
Pessoas Envolvidas (alunos, professores, assistentes, serventes, etc)	Pessoas	1.823
H- Visita Técnicas e Supervisões		
Em Ações executadas pelos Multiplicadores do Vale do Jarí	Visita	01
E- Reunião Técnica de Avaliação do Plano Pós Erradicação do Vale do Jarí.	Participação	01

F - Ações de Educação Sanitária solicitadas pela Coordenação Geral do Programa.	Execução	03
G- Participação em Eventos Especiais		
Expo-Feira Agropecuária do Amapá	Evento	01
H- Ações de Apoio à Equipe de Combate, nas Propriedades.		
Visita de Sensibilização	Visita	46
Famílias Visitadas	Família	1.038
Propriedades Atingidas	Propriedade	46
I- Panfletagens (Aeroporto/ Rodoviária/Área Portuária/Ferrovária e Feiras do Produtor).		
Operações Realizadas	Panfletagem	82
Abordagens com Panfletagem	Pessoas	7.984
J-Materiais Distribuídos (folder, panfleto e revistinha)	Unidade	
Cartazes	Unidade	1.600
Cartilhas	Unidade	3.650
Folders	Unidade	7.917
Panfletos	Unidade	7.917
Entrevista, TV e RÁDIO		
Informar a Comunidade local do problema existente	Rádio	03
ACÇÃO DOS MULTIPLICADORES		
Disseminação de informações sobre a praga e seu combate		
Multiplicadores Atuantes	Multiplicador	42
Alunos Envolvidos	Aluno	171
Pessoas Diretamente Abordadas	Pessoas	342

FONTE: NES-PNEMC-SFA/AP-2013

10.2. Mecanismos para medir a satisfação dos cidadãos-usuários ou clientes dos produtos e serviços resultantes da atuação da unidade.

A SFA/AP, não promoveu pesquisas de satisfação porque, não dispomos em nosso quadro de pessoal, servidor qualificado para aplicar e fazer análise crítica com relação a temas específicos da defesa agropecuária.

10.3 Demonstrações dos resultados de eventuais pesquisas de opinião feitas nos últimos três últimos anos com cidadãos em geral, segmentos organizados da sociedade ou usuários dos produtos e serviços resultantes da atuação do órgão ou entidade

Objetivo

Identificar a existência de estruturas na UJ que garantam canal de comunicação do cidadão com a unidade para fins de solicitações, reclamações, denúncias e sugestões, bem como de mecanismos ou procedimentos que permitam verificar a percepção da sociedade sobre os serviços prestados pela unidade.

Demonstrar os pontos fortes e fracos da atuação da UJ na percepção dos beneficiários/usuários dos serviços que presta.

Estrutura de Informação

Não há estrutura definida para fornecimento da informação, ficando a cargo do gestor optar pela forma mais eficiente para apresentação dos dados.

Abrangência

Todas as unidades jurisdicionadas relacionadas no Anexo I da DN TCU nº 127/2013, obedecendo-se aos conteúdos especificados no **Quadro A1-Relacionamento entre as Unidades Jurisdicionadas e os Conteúdos Gerais do Relatório de Gestão.**

11 PARTE A, ITEM 11, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013.

11. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

11.1 Medidas Adotadas para Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

DECLARAÇÃO PLENA

QUADRO A.11.2.1 - DECLARAÇÃO DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO REFLETEM CORRETAMENTE A SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UNIDADE JURISDICIONADA.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
SUPERINTENDENCIA FEDERAL DE AGRIC. PEC. E ABASTECIMENTO NO AMAPA- SFA/AP			130100
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320/1964, relativos ao exercício de 2013, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília	Data	31/12/2013
Contador Responsável	ALBERTO JERONIMO PEREIRA	CRC nº	006624/T-8

11.2 Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
SECRETARIA-EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
COORDENAÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAS

00 396 895/0012-88

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA,
PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Coordenação Geral de Administração
de Pessoas
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS BLOCO D
ANEXO 1º ANDAR ALA A
CEP 70043-900

BRASÍLIA - DF

DECLARAÇÃO

Declaramos para os devidos fins, junto ao Tribunal de Contas da União, que o servidor, Alberto Jerônimo Pereira CPF nº 135.037.821-68, apresentou autorização de acesso do Imposto de Renda, neste Ministério, conforme prevê a Instrução Normativa do TCU-65/2011 de 28/04/2011.

Brasília, 12 de fevereiro de 2014.

Carlos Antônio Portugal de Assunção
Chefe de Divisão de Cadastro - CGAP

Ministério da Agricultura, Pecuária e
Abastecimento - MAPA

Confere com o Original

Data: 12/02/14

12 PARTE A, ITEM 12, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013.

12. OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO

12.1 Outras informações Consideradas Relevantes pela UJ

De um modo geral as ações do Programa Nacional de Erradicação da Febre Aftosa - PNEFAsão compartilhadas nas seguintes esferas:

Federal: DSA/SDA/MAPA e SFA/AP

A coordenação e supervisão nacional do PNEFA; Elaboração de estratégias de combate à doença; Estabelecimento dos regulamentos e diretrizes nacionais; Controle do trânsito internacional de animais e de seus produtos e subprodutos; Controle da qualidade da vacina empregada; Diagnóstico laboratorial; Sistema de Informações e vigilância no âmbito nacional e internacional; Atividades de auditoria nos serviços veterinários estaduais; Apoio às atividades de educação sanitária e de capacitação dos recursos humanos; Inspeção de animais e de seus produtos e subprodutos previamente à importação e junto aos abatedouros com serviço de inspeção federal; Apoio financeiro através de convênios com as secretarias estaduais de agricultura e outras instituições.

Estadual: DIAGRO/AP

Cadastramento de propriedades rurais; Promoção e fiscalização da vacinação de bovinos e bubalinos; Supervisão da vacinação em áreas ou propriedades de risco; Controle do trânsito de animais e de seus produtos e subprodutos (intra e interestadual); Fiscalização da distribuição e do comércio de vacinas contra a febre aftosa; Atendimento a focos da doença, bem como, às notificações de suspeita de doença vesicular e erradicação dos focos; Educação Sanitária, organização e estímulo à participação da comunidade; Desenvolvimento do sistema de informação e vigilância sanitária animal no âmbito estadual; Fiscalização de eventos pecuários (feiras, exposições, leilões e outras aglomerações); Inspeção de animais e de seus produtos e subprodutos; Capacitação de recursos humanos.

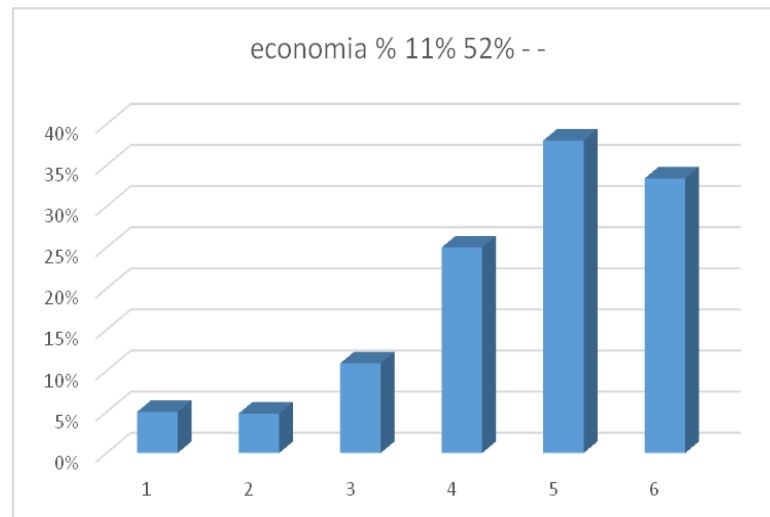
Setor Privado: Pecuáristas

Aquisição e aplicação da vacina contra a febre aftosa, de acordo com as diretrizes definidas pelo serviço veterinário; Declaração de informações cadastrais atualizadas; Cumprimento dos regulamentos estabelecidos com destaque para as normas de movimentação de animais; Comunicação ao serviço veterinário de suspeitas de ocorrência de qualquer doença vesicular; Mobilização e oferta de recursos financeiros e de influências políticas para a sustentação do Programa.

ANEXOS

RELAÇÕES DOS PREGÕES REALIZADOS NOANO: 2013

Nº DE PREGÃO	FORNECEDORES	DATA DO PREGÃO	VALOR DO PREGÃO	ECONOMIA %	PREGÕES REVOGADOS	DATA DOS PREGÕES REVOGADOS
012013	Teca Tecnologia e Comercio LTDA- EEP	07/05/2013	R\$ 42.750,00	11%	32013	17/06/2013
022013	Sei Utilidades e Embalagens LTDA- ME	07/05/2013	R\$ 31.750,00	52%	52013	02/08/2013
022013	Maues & Maues LTDA- ME	07/05/2013	R\$ 545,00	-		
022013	Hungaros e Picoli LTDA- EPP	07/05/2013	R\$ 2.800,00	-		
022013	Maues & Maues LTDA- ME	07/05/2013	R\$ 7.919,00	5%		
042013	Policard Systems e Serviços S/A	11/07/2013	R\$ 341.232,78	4,80%		
062013	Chevromais - Comercio de Peças, Acessorios e Lubrificantes	12/08/2013	R\$ 26.998,00	10,90%		
62013	Arrozeira Santa Lucia LTDA	12/08/2013	R\$ 38.722,00	25%		
72013	isca Tecnologia LTDA- EPP	05/09/2013	R\$ 40.961,00	38%		
82013	Fernando Bacchin Agropecuária- EPP	17/12/2013	R\$ 902.989,00	33,40%		



Análise Crítica

A operacionalização das licitações realizadas pela SFA/AP, no ano de 2013, foram 06 Pregões de Forma Eletrônica, todas com as exigências legais formalizadas nos Editais, cumpriu-se conforme Lei nº 10.520/02, Decreto Federal nº 3.555/00 e Dec. Federal nº 5.450/05, para que sessão pública e credenciamentos dos licitantes realizar-se de forma transparente e não prejudica-se, foi tomadas as providências no sentido de Revogamos 02 Pregões para evitar impugnações e inconsistências processuais, mas foi fixada novas datas através de esclarecimentos no ato convocatório do Pregão e não acarretou prejuízo para o órgão. Com isso a SFA/AP, consegui uma economia ao Erário de aproximadamente 30,01% do orçamentário estimado para o ano 2013.

Aos termos da Lei nº 4.969/66 - D. O. 10 - 5 - 66
o presente expediente foi publicado no BOLETIM
DO PESSOAL em 06 de 28/06/2013



Setor Publicação - SRH-SFA/AP

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTERIO DA AGRICULTURA PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
SUPERINTENDENCIA FEDERAL DE AGRICULTURA NO AMAPÁ**

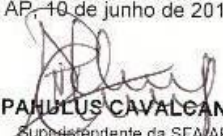
PORTARIA Nº040/2013 – SFA/AP

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA NO ESTADO DO AMAPÁ, usando das atribuições que lhe é subdelegada pelo inciso XXII, art. 44 do Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, aprovado pela Portaria Ministerial nº 428, de 09 de junho de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 14 de junho de 2010, resolve:

Art. 1º - **Designar**, os servidores **WALDIR GARCIA DE OLIVEIRA**, ocupante do cargo de Economista, Classe S, Padrão III, Matrícula Siape nº 1013204, **AECIO FLAVIO DE OLIVEIRA MOTA FILHO**, ocupante do cargo de Agente Administrativo, Classe S, Padrão III, Matrícula Siape nº 1013255, e **MARIA VALCIRENE PANTALEÃO BARBOSA BARROZO**, ocupante do cargo de Agente Administrativo, Classe S, Padrão III, Matrícula Siape nº 3001, todos pertencentes ao Quadro de Pessoal do Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, lotados na SFA/AP, para sob a Presidência do primeiro, constituírem Comissão com Atribuição de Acompanhamento da Gestão da SFA/AP, no que diz respeito ao controle das recomendações emanadas pela Controladoria Geral da União (CGU), bem como das determinações do Tribunal de Conta da União (TCU).

Art. 2º - Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.

Macapá - AP, 10 de junho de 2013.


PETRUS PAULUS CAVALCANTE RAMOS

Superintendente da SFA/AP
Portaria Ministerial nº 365 – DCU de 04/05/2012